

**Universidade Federal Fluminense  
Faculdade de Educação**

**Revista Querubim  
Letras – Ciências Humanas – Ciências Sociais**

**Ano 16**

**Número 42**

**Volume 5 – Ciências Sociais**

**ISSN –1809-3264**

**Aroldo Magno de Oliveira  
(Org./Ed.)**

**Niterói - RJ**

**Ano  
2020**

Revista Querubim 2020 – Ano 16 nº42 – vol.5. – Ciências Sociais – 120p. (outubro – 2020)  
Rio de Janeiro: Querubim, 2020 – 1. Linguagem 2. Ciências Humanas 3. Ciências Sociais Periódicos. I - Título: Revista Querubim Digital

### **Conselho Científico**

Alessio Surian (Universidade de Padova - Itália)  
Darcília Simoes (UERJ – Brasil)  
Evarina Deulofeu (Universidade de Havana – Cuba)  
Madalena Mendes (Universidade de Lisboa - Portugal)  
Vicente Manzano (Universidade de Sevilla – Espanha)  
Virginia Fontes (UFF – Brasil)

### **Conselho Editorial**

#### **Presidente e Editor**

Aroldo Magno de Oliveira

### **Consultores**

Alice Akemi Yamasaki  
Andre Silva Martins  
Elanir França Carvalho  
Enéas Farias Tavares  
Guilherme Wyllie  
Hugo Carvalho Sobrinho  
Hugo Norberto Krug  
Janete Silva dos Santos  
João Carlos de Carvalho  
José Carlos de Freitas  
Jussara Bittencourt de Sá  
Luiza Helena Oliveira da Silva  
Marcos Pinheiro Barreto  
Mayara Ferreira de Farias  
Paolo Vittoria  
Pedro Alberice da Rocha  
Ruth Luz dos Santos Silva  
Shirley Gomes de Souza Carreira  
Vânia do Carmo Nóbile  
Venício da Cunha Fernandes

## SUMÁRIO

01	<b>Adson de Lima Claudino</b> – Moda sem gênero: uma desconstrução nos padrões de se vestir para homens e mulheres	04
02	<b>Adson de Lima Claudino et al</b> – O papel de empreendimentos na diversificação da oferta turística: um estudo de caso no Município de Touros, RN/Brasil	09
03	<b>Amanda Eugênia Dos Santos</b> – Valorização cultural: breves considerações acerca da questão afro-brasileira no texto constitucional de 1988	17
04	<b>Ana Chrystinne Souza Lima et al</b> – Análise do Plano Municipal de Gestão integrada de resíduos sólidos da cidade de Araguaína (PMGIRS), Tocantins: à luz da vulnerabilidade ambiental	24
05	<b>Eduardo Alex Karnikowski e Louise de Lira Roedel Botelho</b> – Memória organizacional: descrição da experiência em uma cooperativa de trabalho de catadores	31
06	<b>Edvan Juvêncio Sobrinho et al</b> – A qualidade do atendimento no serviço público: um estudo de caso em uma escola pública estadual na cidade de Porto Velho em Rondônia	38
07	<b>Juliana Avila Pereira e Sophia Papaconstantinou</b> – Da caça às bruxas a Harry Potter: a ressignificação da bruxaria no século XXI	48
08	<b>Kamila Caixeta e Ferreira Renovato e Marli Terezinha Vieira</b> – Política pública para formação dos trabalhadores no SUS e integração serviço-ensino: uma revisão sistemática da literatura de 2015 a 2020	53
09	<b>Louise de Lira Roedel Botelho et al</b> – Carreira feminina e o teto de vidro: uma análise bibliográfica em diferentes setores	61
10	<b>Louise de Lira Roedel Botelho et al</b> – Compreendendo a invisibilidade social dos catadores de materiais recicláveis a partir da literatura	69
11	<b>Louise de Lira Roedel Botelho et al</b> – Políticas públicas para o setor e o papel das itcps para o Rio Grande do Sul	75
12	<b>Lucieleny Ribeiro Jardim e Ailton Pereira Morila</b> – Os ritmos do tempo na experiência de juventudes em tempos de inseguranças: narrativas em canções no Festival Anual da Canção Estudantil (FACE) da região Extremo sul da Bahia	83
13	<b>Lucivania Pereira Gloria e Lucas Braga da Silva</b> – Percepção ambiental da comunidade ribeirinha da Bacia Hidrográfica do Ribeirão São João no município de Porto Nacional – Tocantins	90
14	<b>Rosalia Sousa Lima Costa e Ana Luísa Ribeiro de Araújo</b> – “ <i>Eu decidi que eu iria estudar</i> ”: trajetória de uma mulher negra para cursar o ensino superior	98
15	<b>Solange Beatriz Billig Garces et al</b> – Reflexos do envelhecimento na imagem corporal de mulheres idosas: estudo realizado por meio de um levantamento bibliográfico	106
16	<b>Thiago Valadão Costa et al</b> – Alunos portadores de necessidades especiais em processo inclusivo nas escolas estaduais em Araguaína – TO: dados de 2018	114

## MODA SEM GÊNERO: UMA DESCONSTRUÇÃO NOS PADRÕES DE SE VESTIR PARA HOMENS E MULHERES

Adson de Lima Claudino<sup>1</sup>

### Resumo

Fundamentado no argumento de que moda não deve distinguir gêneros, o presente artigo tem como objetivo discutir a moda como uma ferramenta para a desconstrução dos padrões impostos no modo de se vestir para homens e mulheres. Trata-se de um ensaio teórico, com abordagem qualitativa, no qual se empregou a pesquisa bibliográfica. A moda é capaz de estabelecer paradigmas sobre os gêneros, mas também está suscetível para rompê-los, logo, moda sem gênero surge para desmistificar as concepções e os padrões sociais de que homens devem se vestir de determinada forma e as mulheres de outra.

**Palavras-chave:** Moda; Gênero; Padrões sociais.

### Abstract

Based on the argument that fashion should not distinguish between genders, this article aims to discuss fashion as a tool for deconstructing the standards imposed on the way of dressing for men and women. It is a theoretical essay, with a qualitative approach, in which bibliographic research was used. Fashion is able to establish paradigms about genders, but it is also susceptible to break them, so genderless fashion appears to demystify the social conceptions and standards that men should dress in a certain way and women in another.

**Keywords:** Fashion; Gender; Social standards.

### Introdução

A correlação entre moda e gênero vai além dos padrões impostos para homens e mulheres no modo de se vestir, nas peças utilizadas e até mesmo nas cores usadas. A moda como fenômeno social possibilita a expressão do que se sente através das peças de vestuário, desta forma, a limitação imposta quanto ao uso de roupas e acessórios para homens e mulheres ganha uma nova interface com o surgimento da moda sem gênero.

Moda sem gênero consolida o pensamento de que todas as peças de vestuário podem transitar no armário de quaisquer indivíduos, pois possuem tamanho e caimento que se adequam a qualquer corpo, e não ao sexo pré-estabelecido. A moda sem gênero ganha notoriedade no mercado (desfiles, grifes e campanhas publicitárias) e no meio científico, resultando em pesquisas dedicadas à essa temática, Assunção (2017), Machado (2009), Williams (2012), Zambrini (2016) são alguns dos teóricos que estudam o assunto.

Esta área de estudo situa-se no âmbito das ciências sociais, uma vez que investiga o padrão comportamental imposto nas sociedades e busca desconstruí-lo por meio de um “movimento de libertação através das roupas”. Zambrini (2016, p.55) salienta que “[...] o campo da moda tem uma herança histórica e cultural que superestima o masculino em detrimento do feminino”, logo, a moda sem gênero visualiza o feminino da mesma forma que o masculino, visto que a distinção entre os sexos não é enfatizada e/ou imposta.

---

<sup>1</sup>Graduando em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Diante das explanações, o artigo tem como objetivo discutir a moda como uma ferramenta para a desconstrução dos padrões impostos no modo de se vestir para homens e mulheres, e mais que isto, enfatizar que a moda não deve ser um aspecto limitante e sim inclusivo.

O estudo possui abordagem qualitativa, no qual se empregou a pesquisa bibliográfica para levantamento de obras que discutem a temática debatida. Trata-se, portanto, de um ensaio teórico fundamentado no argumento de que a moda não deve distinguir gêneros.

### **Moda e gênero**

A moda possibilita expressão de comportamentos, sentimentos e ideias, tendo como princípios básicos os gostos pessoais de um indivíduo adotados em um determinado período, deste modo, inserem-se em quaisquer manifestações: culturais, identitárias, ideológicas e/ou religiosas (GOMES; LOPES; ALVES, 2016).

O uso de peças de vestuário torna-se frequentemente associado à moda, pois através das roupas as pessoas expõem suas identidades, suas personalidades, os comportamentos da cultura a qual pertence qualquer mensagem que se pretende transmitir.

Lurie (1997 apud MACHADO, 2009, p. 32) aponta que através da moda:

[...] você comunica seu sexo, idade e classe social através do que está vestindo – e possivelmente me fornece uma informação importante (ou uma informação falsa) em relação ao seu trabalho, origem, personalidade, opiniões, gostos, desejos sexuais e humor naquele momento.

Sabe-se que até o período medieval não havia distinção de gênero entre as vestimentas, tais modificações iniciaram-se com pequenas peças e posteriormente, institucionalizou-se que homem deveria usar calça e mulher saia/vestido, o que acentuou os padrões de se vestir entre os povos. Assunção (2017, p.56) acrescenta que “a diferenciação entre a indumentária feminina e a masculina se dá por volta de 1350, junto ao nascimento do sistema da moda”.

Estudar moda é também pesquisar a construção social dos gêneros procurando entender como o olhar da sociedade vai mudando em relação ao que entendemos por masculino e feminino (ZAMBRINI, 2016, p. 58).

Gênero, por sua vez, é definido como a “classificação pessoal e social das pessoas como homens ou mulheres” (JESUS, 2012, p.13), sendo assim, é notório como o vestuário possui influência na consolidação dos estereótipos de gênero. O formato das peças, os tamanhos, suas estruturas e até mesmo as cores, muitas vezes são desenvolvidas para um sexo em específico, e essas divisões são perceptíveis no comércio e nas estratégias de *marketing*, quando lojas segregam os setores de vestuário feminino e masculino e os identificam pela simbologia da cores (azul para meninos, rosa para meninas).

Como uma alternativa para abraçar um público mais amplo, atrair consumidores e consolidar a moda como ferramenta que possibilita uma quebra no paradigma que distingue vestimentas de homens e de mulheres – no aspecto social e cultural – surge a moda sem gênero. As peças desenvolvidas para uso simultâneo por ambos os sexos vêm recebendo inúmeras coleções de grifes como Armani, Gucci e Prada, apresentadas nas passarelas das semanas de moda de Milão, Nova York, Paris e Londres (E AGORA QUARENTA 2017).

## Moda sem gênero

A moda sem gênero, também denominada de *unisex*, *plurisex*, *gender-bender*, *agender* ou androginia (E AGORA QUARENTA, 2017), é o movimento que permite homens e mulheres de compartilharem peças de vestuário, e até mesmo acessórios e perfumes, sem existência de preconceitos. Pois, atualmente o que se vê é uma moda de vestuário mais inclusiva e com menos regras em seu uso.

No fundo, as pessoas estão cada vez mais querendo se libertar de certos códigos pré-estabelecidos. A moda sem gênero surge para quebrar paradigmas, abraçar a diversidade e mostrar que a moda é livre, independentemente de quem seja o público final (REVISTA VERSAR, 2018, não p.).

Da mesma forma que a indústria da moda estabeleceu distinção entre as peças de vestuário para homens e mulheres, atualmente ela vem rompendo esses padrões de comportamentos sociais impostos por uma sociedade normativa, ao modo que desenvolve a moda sem gênero. Williams (2012) expressa que independente das regras sociais, a moda pode ser um fenômeno unisex.

Seguir normas de gênero é o que a sociedade espera e aceita, porém, o sistema de moda permite a violação das normas sociais. As pessoas estão propensas a comprar moda, independente de serem homens ou mulheres (WILLIAMS, 2012, p.141).

A moda unisex é relevante socialmente, pelo fato de eliminar as distinções no vestuário de homens e mulheres, pois por um longo período houve concepções de que o corpo masculino deveria ter os músculos e virilidade ressaltada através das roupas, enquanto que no caso das mulheres, a sensualidade deveria estar aparente nas roupas utilizadas por elas, inibindo os homens de serem sensuais por meio do vestuário adotado.

Em contrapartida, na contemporaneidade, apesar dessas regras se perpetuarem com menos intensidade, a moda sem gênero extingue a construção de gêneros através das roupas, ao modo que “o uso de roupas largas e imparciais, permitem um visual neutro de gênero” (MCROBBIE, 1997, p.01 apud WILLIAMS, 2012, p.140).

O movimento de moda sem gênero apesar de não ser tão recente, consolida-se na sociedade contemporânea devido aos novos modos de expressão das pessoas. Além disso, é evidente que os indivíduos se sentem livres para poder se expressar através de suas vestimentas, de modo que possam se apresentar genuinamente diante desse novo contexto social.

## Implicações sobre a moda sem gênero

Tendo como finalidade questões sociais e inovadoras, a Revista Versar (2018, não p.) salienta que “a proposta da moda sem gênero é quebrar preconceitos e abrir espaço para que todas as pessoas sejam aceitas e respeitadas”. Diante de sua rápida popularização comercial, a adoção deste movimento resulta em questionamentos acerca dos benefícios advindos com a implementação de peças unisex no mercado. Segundo Assunção (2017, p. 58):

Algumas marcas de roupas que vestem ambos os sexos fazendo uso das mesmas peças estão crescendo em número e visibilidade no mercado, inaugurando uma moda unisex que aponta para uma possível desconstrução dos papéis de gênero.

Araújo e Sampaio (2016) no artigo: *Moda sem gênero: uma reflexão para além das cores neutras* questiona se a implantação de peças com cores neutras nos departamentos masculino e feminino das lojas seriam suficientes para romper com os padrões sociais. Conforme as autoras:

Quando estabelecemos a existência de uma moda diferente para homens e para mulheres e que cada uma dessas se propõe a valorizar as especificidades e atributos de seu público alvo, com o objetivo de servir ao público, está sendo legitimado que existem públicos específicos dentro de cada uma destas categorias. No entanto, estes são classificados por uma maioria que hierarquiza as relações e, por sua vez, promove outras formas de padronização e, ao mesmo tempo, opressão. (ARAÚJO; SAMPAIO, 2016, não p.).

Questionamentos como esse são relevantes ao permitirem uma reflexão sobre como a moda sem gênero é adotada pelo comércio, pois se sabe que ações como tornar as cores neutras e inaugurar departamentos exclusivamente unissex nas lojas, não irão resultar em mudanças significativas sobre os estereótipos de gênero. Faz-se necessário um aprofundamento ainda maior nessas ações, pois as novas gerações estão mudando e os padrões impostos aos gêneros não são tão válidos na sociedade atual.

[...] de forma contrária, as pessoas podem assumir posições polêmicas em relação aos valores estabelecidos que garantam uma dada ordem social, bastando, para isso, incorporarem comportamentos que estejam em oposição às “normas” (CASTILHO, 2006 apud ASSUNÇÃO, 2017, p.53).

A tendência da moda sem gênero torna-se positiva, pois no ambiente social em que as pessoas julgam aqueles que não seguem os modelos determinados, esta busca uma nova perspectiva de enxergar a sociedade como sendo uns iguais aos outros, independente do seu gênero. No entanto, ainda apresenta uma limitação negativa, que diz respeito à forma equivocada que as empresas inserem esse segmento no mercado e a forma como o apresentam para o público consumidor.

### **Considerações finais**

Diante das explicações, vê-se que a moda sem gênero ganha notoriedade na contemporaneidade, em um momento em que a desconstrução de estereótipos de gênero passa a ser amplamente debatida por estudiosos e pelas mídias sociais. Sendo assim, para que seja possível visualizar uma sociedade com menos restrições quanto ao modo de se vestir, temáticas como estas são de suma importância, pois permitem a reflexão acerca dos gostos e comportamentos de homens e mulheres.

A moda é capaz de estabelecer paradigmas sobre os gêneros, mas também está suscetível para rompê-los, a moda sem gênero surge para desmistificar as concepções e os padrões que homens devem se comportar e se vestir de determinada forma e as mulheres de outra. Do mesmo modo que a moda sem gênero tornou-se sensação nas passarelas e nas coleções das grandes grifes, esta também necessita ganhar espaço no cotidiano das pessoas - e nos armários de seus adeptos - de modo que seja vista diariamente e deixe de ser encarada como algo estranho.

Este artigo propõe o entendimento de que as novas gerações estão caminhando para um mundo com menos barreiras nas formas de expressão e comportamento, além disso, a sociedade está se libertando, ainda que lentamente, dos padrões sociais e dos estereótipos, tornando-se mais inclusiva e diversificada, utilizando a moda como uma dessas possibilidades. Por fim, a reflexão final do estudo, a qual pode resultar em novas pesquisas, concentra-se em: *Até que ponto a desconstrução dos estereótipos de gênero no modo de se vestir impacta na sociedade atual?*

Faz-se pertinente que novos estudos sejam desenvolvidos acerca da temática de moda sem gênero, para obter-se um maior entendimento sobre este movimento que se consolida como revolucionário e desafiador para as novas gerações, pelo fato de proporcionar uma libertação de normas e regras sociais.

### Referências

- ARAÚJO, Elayne Eva Borges; SAMPAIO, Paula Faustino. Moda sem gênero: uma reflexão para além das cores neutras. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 3., 2016, Campina Grande (PB). **Anais [...]** Campina Grande (PB): Realize Editora, 2016. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/21420>>. Acesso em: 30 ago. 2020.
- ASSUNÇÃO, Letícia Formoso. O conceito de moda e o seu papel nas relações de gênero. **Revista Poliedro**, Pelotas (RS), v. 1, n. 01, p. 48-64, set. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/poliedro/article/view/748/635>>. Acesso em: 24 ago. 2020.
- E AGORA QUARENTA. **Moda sem gênero**: a nova tendência mundial. 2017. Disponível em: <<http://www.eagora40.com.br/index.php/opiniaio/28-moda-sem-genero-a-nova-tendencia-mundial-2>>. Acesso em: 24 ago. 2020.
- GOMES, Nelson; LOPES, Maria Vieira; ALVES, Paulo Emanuel. Coolhunting e estudos de tendências aplicados à moda: modelo de segmentação estratégica. **Moda palavra E-Periódico**, Florianópolis (SC), v. 9, n. 17, p. 06-26, jan. 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/modapalavra/article/view/1982615x09172016006/4816>>. Acesso em: 24 ago. 2020.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília, 2012.
- MACHADO, Carlos Henrique. **Auto conceito, estilo de vida e consumo de vestuário de moda feminina**. 2009. 121 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós - graduação em Administração, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. **REVISTA VERSAR. Moda sem gênero prega uma forma de se vestir livre de preconceitos**. 2018. Disponível em: <<https://www.revistaversar.com.br/index.php/2018/02/28/moda-sem-genero-prega-uma-forma-de-se-vestir-sem-preconceitos/amp/>>. Acesso em: 24 ago. 2020.
- WILLIAMS, Caroline. A percepção de gênero através da moda. Tradução de Rachel Cordeiro. **Iara – Revista de Moda, Cultura e Arte**, São Paulo, v.5, n. 1, p.138-142, maio. 2012. Disponível em: <[http://www1.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistaiara/wpcontent/uploads/2015/01/09\\_IARA\\_vol\\_n1\\_Traducao.pdf](http://www1.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistaiara/wpcontent/uploads/2015/01/09_IARA_vol_n1_Traducao.pdf)>. Acesso em: 22 ago. 2020.
- ZAMBRINI, Laura. Olhares sobre moda e design a partir de uma perspectiva de gênero. **Revista dObras**, São Paulo, v. 9, n. 19, p. 53-61, 2016. Disponível em: <<https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/view/452>>. Acesso em: 22 ago. 2020.

Enviado em 31/08/2020

Avaliado em 15/10/2020

## O PAPEL DE EMPREENDIMENTOS NA DIVERSIFICAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE TOUROS, RN/BRASIL

Adson de Lima Claudino<sup>2</sup>

Noemy Luíza Silva Dantas<sup>3</sup>

Isabella Ludimilla Barbosa do Nascimento<sup>4</sup>

### Resumo

O objetivo do estudo consiste em analisar o impacto de novos empreendimentos para a oferta turística do município de Touros/RN, atribuindo ao turismo a perspectiva de ferramenta para desenvolvimento econômico local. Trata-se de um estudo de caso realizado através da pesquisa bibliográfica e coleta de dados *in loco* com gestores públicos. Os resultados apontam que o turismo está em desenvolvimento no município de Touros e apesar da localidade dispor de atrativos naturais ainda requer melhorias nas estruturas de suporte ao turista. Ademais, com a implementação de novos empreendimentos, vê-se a possibilidade para expansão da oferta turística local.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento; Empreendimentos turísticos; Touros/RN

### Abstract

The aim of the study is to analyze the impact of new enterprises for the touristic offer for the city of Touros/RN, attributing to tourism the perspective of a tool for local economic development. It is a case study, carried out through bibliographic research and data collection *in loco* with public managers. The results show that the tourist activity is developing in the city of Touros and despite the location having natural attractions it still requires improvement in the tourist support structures. Moreover, with the implementation of new ventures, the possibility of expanding the local tourist offer is seen.

**Keywords:** Development; Touristic enterprises; Touros/RN.

### Introdução

O turismo configura-se como uma das atividades econômicas mais importantes do mundo, no qual ocorre o consumo dos serviços de hospedagem, alimentos e bebidas, lazer e entretenimento, dentre outras possibilidades, gerando renda para a população local e propagando o surgimento de novos mercados de consumo, de modo que permita o vínculo entre a oferta e a demanda (BARBOSA, 2005).

Para que o turismo se desenvolva além de atrativos naturais, segmento esse que monopoliza a oferta turística no Brasil e em especial na região nordeste, faz-se necessária a implementação de empreendimentos capazes de dar suporte à demanda, podendo ser também caracterizados como atrativos artificiais, eles são capazes de diversificar a oferta turística de um destino e promover novas experiências para os visitantes. Pezzi e Vianna (2015) salientam que o turismo de experiência ganha notoriedade ao proporcionar momentos marcantes para os turistas durante sua viagem, por meio de ofertas inovadoras que otimizem a viagem.

---

<sup>2</sup>Graduando em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

<sup>3</sup>Graduanda em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

<sup>4</sup>Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Turismo (UFRN). Mestre em Turismo e Desenvolvimento Regional (UFRN). Bacharel em Turismo (UFRN).

O SEBRAE/SP (2017) menciona que durante a viagem, um turista relaciona-se com inúmeras empresas turísticas e seus respectivos serviços, as quais encontram-se correlacionadas uma vez que constituem a oferta turística local. Corroborando, Martins (2006) ressalta que o empreendedorismo em sinergia com o turismo reverbera em resultados benéficos para os setores responsáveis pelo desenvolvimento da atividade turística, devido ao crescimento exponencial do setor por meio das ações inovadoras dos empreendedores.

O município de Touros, localizado no Rio Grande do Norte (RN) situa-se no polo turístico Costa das Dunas, dispõe de belas praias, as quais contribuem para a consolidação do segmento de sol e mar como principal atrativo turístico local. Além disso, a cidade detém de potencial para segmentos ainda pouco explorados, como: religioso, histórico-cultural, aventura, eventos e pesca etc.

Um segmento com potencial para ser desenvolvido em Touros é o histórico-cultural, pois segundo a teoria apresentada por Pinto (1998) o Brasil foi descoberto no município, divergindo da história de que as embarcações portuguesas finalizaram a rota de descobrimento em Porto Seguro (BA). Logo, vê-se a oportunidade de diversificar a oferta turística local ao implementar empreendimentos que possuam correlação com a temática do descobrimento do Brasil na cidade.

Touros é um destino de suma relevância para a história do RN, no entanto possui elementos similares a todos os demais do litoral: sol e mar. Sendo assim, vislumbra como uma estratégia de diferencial competitivo a possibilidade de diversificação da oferta turística, a implementação de novos empreendimentos turísticos para que a cidade ofereça novos produtos, serviços e experiências para os turistas.

Sendo assim, ao investigar a influência de empreendimentos turísticos para o turismo, o objetivo do presente estudo consiste em analisar o impacto de novos empreendimentos para a oferta turística do município de Touros/RN, atribuindo ao turismo a perspectiva de ferramenta para desenvolvimento econômico local.

Conforme Patton (2002), a pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso; realizada através da pesquisa bibliográfica e coleta de dados *in loco* com dois gestores públicos da Secretaria Municipal de Turismo de Touros. Para a análise dos dados empregou-se a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011), uma vez que permite ao pesquisador analisar os dados obtidos de forma mais subjetiva.

As seções posteriores do artigo englobam: revisão de literatura sobre turismo e desenvolvimento e turismo e empreendimentos turísticos; em seguida apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa; os resultados e, por fim, a conclusão e as referências bibliográficas.

## **Discussão teórica**

### **Turismo: impactos e desenvolvimento**

O turismo é uma atividade que geralmente ao ser citada está atrelada ao desenvolvimento que é capaz de trazer para a localidade onde a atividade está sendo realizada. Segundo a pesquisa realizada em 2019 pela *World Travel & Tourism Council (WTTC)*, o turismo foi responsável por 8,1% do PIB brasileiro no ano de 2018, apresentando uma alta de 3,1% em relação ao ano anterior, uma das mais elevadas da América do Sul e o dobro da economia brasileira, caracterizando-a como uma atividade de desenvolvimento econômico para os destinos. Ressalta-se que a complexidade da atividade turística e, por consequência, a dificuldade em uma única definição da atividade, desperta

para uma extensiva discussão no campo acadêmico. Segundo Beni (1990), o turismo é uma atividade que resulta do somatório de recursos naturais do meio ambiente, culturais, sociais e econômicos e assim, o seu campo de estudo é amplo e abrangente.

O crescimento gradativo dos destinos a partir da atividade turística, muitas vezes, ocorre espontaneamente na localidade com a infraestrutura de apoio ao turista surgindo conforme as necessidades do local e o desejo de satisfazer o visitante, gerando uma maior circulação econômica, melhoria na infraestrutura básica, maior variedade de serviços, além de outros benefícios para a comunidade receptora.

O termo desenvolvimento é visto muitas vezes como um sinônimo de crescimento, o qual se deve ressaltar que ambos têm significados distintos entre si, como afirma Ribeiro (2016), crescimento econômico refere-se ao aumento do Produto Interno Bruto (PIB) e outros dados numéricos quantitativos, enquanto o desenvolvimento econômico está relacionado com a melhoria do bem estar da população. Segundo Coriolano (2012, p. 63) "o desenvolvimento é um processo multidimensional, territorial, ambiental, econômico, social e cultural". Tendo em mente o grande alcance do termo desenvolvimento, e todas as suas vertentes, o aspecto escolhido para ser tratado no trabalho é a sua vertente econômica com enfoque no desenvolvimento econômico dos destinos.

De acordo com Barbosa (2005), alguns dos benefícios econômicos gerados pela atividade turística são: Aumento da urbanização; Incremento das indústrias associadas à atividade; Incremento da demanda de mão-de-obra para serviços; Incremento da indústria de construção; Aumento da demanda dos produtos locais desde hortifrutigranjeiros até artesanato; Incremento da entrada de divisas para equilibrar a balança comercial; Maior arrecadação de impostos e taxas.

O desenvolvimento por meio da atividade turística acaba acontecendo até mesmo de forma indireta a partir do seu efeito multiplicador, de forma que a cidade em si pode não receber diretamente os turistas, mas pode ser um ponto de produção de bens necessários, beneficiando-se do turismo por consequência, sendo uma alternativa viável e rentável para as localidades que não possuem potencial turístico, mas estão próximas de cidades que recebem grandes fluxos.

No que se diz respeito ao aspecto negativo dos impactos econômicos do turismo, existe uma consonância na opinião de diversos autores, sendo eles: aumento inflacionário, sazonalidade e dependência da atividade turística (IGNARRA, 1999; KANNI, 2002; OLIVEIRA, 2008), onde a população concentra as suas atividades ao redor do turismo, o que pode acarretar desemprego devido à sazonalidade.

A atividade turística gera inúmeros impactos na localidade receptora, sejam eles positivos ou negativos. O desenvolvimento advindo da atividade não é simples e requer planejamento com o objetivo de maximizar os aspectos positivos e minimizar, o quanto for possível, os aspectos negativos para que haja uma melhora na atividade e no bem estar da comunidade local.

### **Turismo e empreendimentos turísticos**

O turismo é compreendido como uma atividade social e econômica, devido reunir uma vasta quantidade de empresas que atuam direta ou indiretamente no setor, as quais são direcionadas para os visitantes da localidade em que estão inseridas, no entanto, essas empresas não são de uso exclusivo dos turistas, elas devem prover o turismo sustentável e divulgar o destino e seus atrativos, capazes de despertar o interesse dos viajantes para conhecê-los (SILVA; FARIAS; FERREIRA, 2019).

Ignarra (1999) salienta que durante sua viagem, um turista requer de serviços e equipamentos como transportes, alojamento, alimentação, informações turísticas e atividades comerciais. Logo, entende-se que a oferta turística de um destino é indissociável da experiência que um visitante terá na localidade escolhida, sendo assim, é de suma importância direcionar ações para que tais componentes corroborem para a satisfação total dos turistas durante sua estadia no local visitado.

Empreendimentos turísticos são as instalações e os serviços indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística (OLIVEIRA, 2001; LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2008). Conforme Oliveira (2001, p. 64) são “constituídos pelos meios de hospedagem, alimentação, entretenimento, agenciamento, informações e outros serviços voltados para o atendimento aos turistas”.

Santos e Pavarin (2012) destacam que além de produtos e serviços com qualidade, as empresas devem direcionar ações para um treinamento eficaz de seus colaboradores, uma vez que o atendimento surge como um fator de suma importância para a estadia dos turistas na localidade, de modo que atenda às suas expectativas.

Santos e Pavarin (2012) discorrem ainda que no contexto de empresas turísticas, é possível obter um planejamento adequado por meio de três níveis distintos, sendo eles: estratégico, tático e operacional. O nível estratégico corresponde às ações gerais da empresa, trata-se de um planejamento em longo prazo através de uma visão sistêmica da organização; no nível tático o planejamento ocorre em médio prazo, ao analisar todos os departamentos da empresa e as atividades que estes exercem, atribuindo uma atenção maior para essas tarefas. Por fim, tem-se o nível operacional, realizado em curto prazo e direcionado para ações cotidianas da empresa.

Observa-se a relevância do planejamento para os empreendimentos turísticos, uma vez que para atender de forma satisfatória os turistas que usufruem de suas instalações e serviços, os gestores necessitam atribuir atenção para os níveis estratégico, tático e operacional dos estabelecimentos, de modo a oferecer um produto e/ou serviço condizente com a expectativa do turista. Conforme reforça o SEBRAE/SP (2017), a qualidade dos serviços oferecidos pelas empresas é um fator crucial para a satisfação dos turistas, pois caso ocorra algum erro em uma dessas organizações, toda a experiência turística no destino visitado pode ser comprometida.

Silva Farias e Ferreira (2019) apontam que o processo de diferenciação dos destinos no setor do turismo é resultado da competitividade turística, a qual resulta na implementação de novos produtos e serviços capazes de alavancar a autenticidade da localidade. Observa-se que os destinos vislumbram a possibilidade de diferenciar-se dos demais por meio de empreendimentos e serviços turísticos, logo, faz-se pertinente a delimitação de estratégias para que a oferta turística de um lugar atenda às necessidades e expectativas dos viajantes.

## **Metodologia**

A pesquisa possui tipologia exploratória, utilizada em pesquisas cujo tema é pouco explorado, podendo ser aplicada em estudos iniciais para se obter uma visão geral acerca de determinados fatos (GIL, 2002). Caracteriza-se como um estudo de caso, ao propor reunir informações detalhadas e sistemáticas sobre um fenômeno (PATTON, 2002).

De acordo com Yin (2005, p. 32), o estudo de caso “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real” empregado quando “as circunstâncias são complexas e podem mudar, quando as condições que dizem respeito não

foram encontradas antes, quando as situações são altamente politizadas e onde existem muitos interessados”.

O universo do estudo corresponde ao município de Touros, localizado no RN e inserido no polo turístico Costa das Dunas. Escolhido em detrimento da sua potencialidade de expansão turística, tornou-se pertinente buscar um aprofundamento acerca das estratégias de desenvolvimento do setor do turismo no município.

Os dados secundários foram coletados por meio da pesquisa bibliográfica, conceituada por Boccato (2006, p. 266) como a pesquisa que “busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas”. Analisou-se artigos científicos, dissertações, livros, documentos oficiais e *sites* para embasar o estudo. Posteriormente, realizou-se a coleta de dados *in loco* no dia 29 de outubro de 2019 no município de Touros/RN com dois gestores públicos da Secretaria Municipal de Turismo de Touros. Pôde-se analisar como é desenvolvida a atividade turística local, os impactos advindos com o setor e as possibilidades de expansão da oferta turística.

Na análise dos dados, utilizou-se da técnica de análise de conteúdo definida por Bardin (2011, p.47) como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, [...] indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”. A análise supracitada permite uma análise mais subjetiva dos dados obtidos, de modo que seja possível apresentar a interpretação dos pesquisadores acerca da temática discutida.

## **Resultados e discussão**

Mediante a pesquisa realizada no município, percebe-se a partir da fala de uma gestora pública que a atividade turística ainda se desenvolve lentamente na localidade, apesar de seu vasto potencial. Sendo assim, é necessário estabelecer estratégias para o fomento do turismo na cidade, seja por meio de novos atrativos, da implementação de empreendimentos inovadores e/ou até mesmo através dos eventos.

O atual Centro de Turismo, por exemplo, apresenta-se bastante desgastado necessitando de uma reforma, o prédio possui lojas de *souvenirs*, sedia algumas secretarias e compreende um museu com peças, em sua maioria doadas, e alguns artefatos históricos. Acredita-se que reparos nas instalações, adequação do espaço e incremento de outros serviços possa torná-lo mais atrativo para os visitantes.

Como mencionado anteriormente, Touros detém de um caso histórico bastante curioso e atrativo, o descobrimento do Brasil no município, no entanto não possui nenhum empreendimento temático ou serviço associado a essa teoria, vislumbrando assim a possibilidade de planejar produtos/serviços diferenciados para incrementar a oferta turística. Mielke (2010) afirma que é preciso realizar atividades de cunho comercial que tenham identidade local, pois esta identidade é o diferencial ideal de mercado, o que caracteriza um grande potencial para a localidade no que diz respeito ao seu atrativo turístico.

Conforme relatado por um dos gestores, o calendário de eventos da cidade compreende: Feira de Arte e Cultura, *Réveillon* de Touros, Gincanas Culturais, Carnaval de Touros, Festa da Padroeira, Missa da Coroa do Bom Jesus, dentre outros. Ao ser questionado sobre os impactos destes eventos na demanda turística do destino e em quais espaços são realizados, apresentou-se que o Carnaval, o *Réveillon* e a Festa da Padroeira são os eventos que mais atraem turistas e que alguns eventos são sediados no Centro de Turismo ou até mesmo nas ruas da cidade, o que reflete

na possibilidade de construção de um Centro de Convenções ou um espaço específico para a realização de eventos.

Custódio (2004) ressalta que a implantação de empreendimentos turísticos temáticos hoteleiros no Brasil ocorre em áreas privilegiadas de nosso território, respaldado basicamente pelas suas ofertas naturais, cujo meio ambiente apresenta uma riqueza cênica diferenciada, traduzindo-se em demandas de mercado. Acredita-se que a beleza cênica e natural das praias de Touros, foi um dos elementos chave para a escolha da localidade pelo grupo Vila Galé para a implementação do Hotel Vila Galé Touros na cidade.

O Hotel Vila Galé Touros foi construído em 17 meses, tendo um investimento de aproximadamente R\$ 150 milhões, contém mais de 500 unidades habitacionais e gerou em média 300 empregos diretos (TRIBUNA DO NORTE, 2018). Observou-se durante a fala dos gestores públicos que o empreendimento contribuiu positivamente para o município, devido aos cargos de trabalho criados e pelo aumento da demanda turística na localidade.

Diante do exposto, o município vislumbra a oportunidade para a implementação de novos empreendimentos turísticos, aperfeiçoamento dos atrativos já consolidados e para o desenvolvimento de segmentos em potencial na cidade. Alguns empreendimentos que podem ser implementados são: um novo centro de turismo, bares e restaurantes tematizados, espaços de lazer, espaços para eventos, clubes para práticas de esportes radicais e/ou demais empreendimentos pertinentes para a oferta turística do destino.

Sabe-se que a atividade turística ainda está em desenvolvimento no município, apesar da localidade dispor de belos atrativos naturais ainda requer de melhoria nas vias de acesso, na infraestrutura urbana e nos equipamentos de suporte para os turistas. A partir da expansão na oferta turística, vê-se a oportunidade para um desenvolvimento mais eficaz do turismo local, resultando em um maior fluxo de turistas na região.

Por fim, destaca-se que o setor público necessita possuir um planejamento efetivo e integrado quanto ao desenvolvimento do turismo local, de modo que a demanda turística não se restrinja apenas ao Hotel Vila Galé Touros. Sendo assim, torna-se pertinente a construção de novos atrativos, de roteiros e até mesmo de passeios capazes de proporcionar novas experiências para os turistas.

## **Conclusão**

Touros é um município que requer de um desenvolvimento mais eficaz na atividade turística local, de modo que seja possível diferenciar-se dos demais destinos do polo Costa das Dunas, para isto faz-se necessária a implementação de novos empreendimentos e atrativos turísticos, capazes oferecer equipamentos e serviços diferenciados aos visitantes e dar suporte aos segmentos turísticos em potencial no município.

Além da diversificação da oferta turística, a implementação de empreendimentos representa um avanço no desenvolvimento da região, na medida em que são proporcionados empregos para a comunidade e melhorias na infraestrutura local, visto que o turismo desenvolve as localidades onde é propagado e disseminado.

Na medida em que os visitantes buscam por novas experiências durante suas viagens, é de suma importância que a gestão do município de Touros possua um planejamento para que a oferta turística seja ampliada, satisfaça as necessidades dos visitantes e que os equipamentos e serviços turísticos oferecidos possam ser usufruídos pela comunidade local também.

O trabalho conclui-se remetendo ao ponto inicial do estudo, no qual o objetivo é mostrar como os empreendimentos turísticos são uma ferramenta de diversificação da oferta turística e desenvolvimento local no município de Touros, valorizando não só a cultura local como também um dos elementos mais importantes do fluxo turístico, o residente.

## Referências

- BARBOSA, F.F. O turismo como um fator de desenvolvimento local e/ou regional. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 6, n. 14, p.107-114, fev. 2005.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro São Paulo: Edições 70, 2011.
- BENI, M. Sistema de Turismo - SISTUR: Estudo do Turismo face à moderna Teoria de Sistemas. **Revista Turismo Em Análise**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 15-34, 1990.
- BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.
- CORIOLOANO, L. N. A contribuição do turismo ao desenvolvimento local. In: PORTUGUEZ, A. P.; SEABRA, G. de F.; QUEIROZ, O. T. M. M. (Org.) **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. p. 61-70.
- CUSTÓDIO, D. V.A importância do planejamento urbano-ambiental para o crescimento sustentável do setor turístico. In: BARBOSA, L. G. M.; ZOUAIN, D. M. (Org.) **Gestão em turismo e hotelaria: experiências públicas e privadas**. São Paulo: Aleph, 2004. p 55-71.
- GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.
- KANNI, F. N. **Turismo Sustentável: contribuições para um desenvolvimento socioambiental**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes. São Paulo, 2002.
- LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2008.
- MARTINS, E. C. **O empreendedorismo como forma de desenvolvimento do turismo**. 2006. 48 f. Monografia (Especialização em Professores e Pesquisadores em Turismo e Hospitalidade) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- MIELKE, E.J.C. **Desenvolvimento turístico de base comunitária: uma abordagem prática e sustentável**. Campinas: Átomo & Alínea, 2010.
- OLIVEIRA, A. P. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização**. 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.
- OLIVERA, E. S. **Impactos socioambientais e econômicos do turismo e suas repercussões no desenvolvimento local: o caso de Itacaré – Bahia**. 2008. 153 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo), Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus - BA, 2008.
- PATTON, M. G. **Qualitative Research and Evaluation Methods**, 3 ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2002.
- PEZZI, E.; VIANNA, S. L. G. A Experiência Turística e o Turismo de Experiência: um estudo sobre as dimensões da experiência memorável. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 165-187, 2015.
- PINTO, L. **Reinvenção do descobrimento: o litoral norte-rio-grandense, atração necessária às navegações exploradoras do Atlântico Sul e ponto de desembarque de Pedro Álvares Cabral**. Natal: Econômico Empresa Jornalística, 1998.
- RIBEIRO, T. F. **O turismo como fator de desenvolvimento socioeconômico e de reequilíbrio territorial: uma análise do turismo na Região Sudoeste do Estado da Bahia–Brasil**. 2016. 355 f. Tese (Doutorado), Universitat de Barcelona, Barcelona, 2016.
- SANTOS, R. A. dos; PAVARIN, F. Os processos de classificação dos empreendimentos hoteleiros no Brasil: o alicerce para o processo de planejamento, gestão e operacionalização da cadeia produtiva hoteleira. **Revista Científica Eletrônica de Turismo**, Garça/SP, n. 17, jun. 2012.
- SEBRAE (São Paulo). **Cadernos de Atrativos Turísticos**. 2017. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/e6ab735ac11e71802d2e44cbce6d63f4/\\$File/SP\\_cadernodeatrativosturisticoscompleto.16.pdf.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/e6ab735ac11e71802d2e44cbce6d63f4/$File/SP_cadernodeatrativosturisticoscompleto.16.pdf.pdf)>. Acesso em: 08 ago. 2020.

SILVA, C. S.; FARIAS, M. F. de; FERREIRA, L. V. F. Competitividade de destinos turísticos: uma análise nos destinos Natal e Salvador. **Revista Querubim (Online)**, v. ve2, p. 96-143, 2019.

TRIBUNA DO NORTE. **Vila Galé Touros gera 300 empregos**. 2018. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/vila-gala-touros-gera-300-empregos/423190>>. Acesso em: 14 nov. 2019.

WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL (WTTC). **Travel&Tourism:EconomicImpact 2018 Brazil**. 2019. Disponível em: <<https://www.wttc.org/economic-impact/country-analysis/country-reports/>>. Acesso em: 02 nov. 2019.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Enviado 31/08/2020

Avaliado em 15/10/2020

## VALORIZAÇÃO CULTURAL: BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA QUESTÃO AFRO-BRASILEIRA NO TEXTO CONSTITUCIONAL DE 1988

Amanda Eugênia Dos Santos<sup>5</sup>

### Resumo

Buscamos, neste capítulo, analisar alguns trechos extraídos da Constituição Federal de 1988 referentes à causa dos remanescentes de quilombolas no Brasil. Analisamos critérios tais como: Preservação da cultura dos afrodescendentes, salvaguarda dos espaços físicos e religiosos que constituem o modo de ser quilombola e a inserção do quilombola como sujeito político dentro do Estado brasileiro. Para tanto, além do texto constitucional, também utilizamos artigos e livros referentes à temática. Os negros trazidos de algumas partes do continente africano, outrora cativados e escravizados pelos grandes senhores de engenhos e terras no Brasil, resistiam desde sua longa passagem nas senzalas e casas grandes das fazendas brasileiras. Nestas, na maioria do tempo eram impedidos de realizar suas manifestações culturais além de não ter a possibilidade de viver em liberdade.

**Palavras chave:** Afro-brasileiro; Cultura; Negros

### Abstract

We seek, in this chapter, to analyze some excerpts extracted from the 1988 Federal Constitution regarding the cause of the quilombola remnants in Brazil. We analyzed criterias such as: Preserving the culture of people of African descent, safeguarding the physical and religious space that constitute the quilombola way of life and the insertion of the quilombola as a political subject within the Brazilian state. Therefore, in addition to the constitutional text, we also use articles and books related to the theme. Blacks brought in from parts of the African continent, formerly captivated and enslaved by the great landowners of engenhos and lands in Brazil, resisted since their long passage in the slave quarters and large houses of Brazilian farms. In these, most of the time they were prevented from carrying out their cultural manifestations in addition to not having the possibility of living in freedom.

**Keywords:** Afro-Brazilian; Culture; Black

### Introdução

A impossibilidade da liberdade de expressão cultural dentre outras negações sofridas pelos escravos, se configuraram, séculos depois, em lutas que buscavam a valorização da cultura negra, bem como a luta por direitos sociais que os foram negados. A política de reconhecimento retratada na Constituição Federal de 1988 é um importante marco para todos que desejam uma boa explicação teórica acerca dos remanescentes das comunidades quilombolas do Brasil.

Antes de tudo, é necessário destacar o contexto o qual a Constituição Federal de 1988 estava inserida. Três anos antes, 1985, o Brasil ainda passava por uma ditadura civil e militar de durara quase 21 anos, neste período a constituição foi reformulada no ano de 1967, depois disso, passou por uma modificação em sua estrutura em 1969, quando a ela foi adicionado o Ato Institucional número 5 (Gaspari, 2002)<sup>6</sup>. Após anos de regime, a constituição finalmente foi reformulada de acordo com os princípios democráticos do momento.

---

<sup>5</sup> Licenciada em História pela Universidade Estadual de Alagoas- UNEAL, Campus III em Palmeira dos Índios – AL, Brasil.

<sup>6</sup> GASPARI, E. (2002). A ditadura envergonhada. As ilusões armadas. São Paulo).

A questão dos remanescentes de quilombolas e o texto Constitucional de 88 se tornam ainda mais interessante na medida em que lembramos que esses grupos, durante a fase colonial e imperial não possuíam qualquer tipo de direitos sociais e econômicos que os garantissem a dignidade como seres humanos. Assim, é importante destacar que a Constituição Federal de 1988 significou um salto quando a valorização e salvaguarda dos direitos humanos no país, como narrou Silva (2013):<sup>7</sup>

A Constituição Federal de 1988 foi um marco na transição democrática e na institucionalização dos direitos humanos no Brasil. Como marco de uma nova etapa da vida jurídica e política da República brasileira, a Constituição de 1988 consagrou o primado do respeito aos direitos humanos, propugnado pela ordem internacional, como verdadeiro paradigma balizador do ordenamento jurídico nacional (...). (Silva, 2013, p. 245).

Através dessas palavras, é necessário exaltar a relevância da entrada dos valores quilombolas nos limites políticos brasileiros e suas representações no mesmo.

O Brasil foi fortemente inserido no processo de globalização cultural que cresceu fortemente nos anos 80 e assumira um papel fundamental no mundo dado o contexto da época. Segundo Boaventura (2002):

A globalização cultural assumiu um relevo especial com a chamada “viragem cultural” da década de oitenta, ou seja, com a mudança de ênfase nas ciências sociais, dos fenômenos socioeconômicos para fenômenos culturais. A “viragem cultural” veio reacender a questão da primazia causal na explicação da vida social e, com ela, a questão do impacto da globalização cultural. (BOA VENTURA, 2002, p. 44).<sup>8</sup>

É grande desafio em analisar o texto constituinte, pois a técnica de escrita nele presente nos remete a grande problemática da categoria “remanescentes quilombolas” que está presente no Artigo 68 do texto federal:

**Art. 68.**<sup>9</sup>Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. (Fonte: Constituição Federal, 1988).

Nota-se, dessa maneira, a forte presença do estado como mediador entre os campos dos conhecimentos jurídicos e culturais na questão quilombola no Brasil. Mais do que isso, nas linhas textuais, o foco principal é referente à questão territorial permanente para as comunidades quilombolas. Dessa forma, dar-se-á entender que os quilombos deixaram de estarem apenas presentes nos livros de História, como algo que ficou para trás, como uma forma de comunidade que merece o reconhecimento do Estado Nacional brasileiro.

Também, é de grande importância exaltar um termo criado e inserido no texto constitucional de 1988, “remanescente quilombola”. Não se sabe se foi um termo criado de forma pejorativa para descrever os de dos quilombolas descendentes (talvez um produto de quase 21 anos de ditadura) ou apenas um termo sem quaisquer malícias, criado pelos formuladores do artigo da Constituição. Sobre esse assunto Leite escreveu que:

---

<sup>7</sup> SILVA, René Marc da Costa. (A constituição de 1988 e a discriminação racial e de gênero no mercado de trabalho no Brasil. Revista de Informação Legislativa. Ano 50, Número 200, out./dez 2013, p.245.) BOA VENTURA, (2002, p. 44).

<sup>9</sup>BRASIL. [Constituição (1988)]. (Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.Art. 68

A Assembleia Nacional Constituinte de 1988, após mais de vinte anos de ditadura militar, trouxe, de fato, algumas novidades, e uma das mais instigantes foi justamente o conceito de “remanescente de quilombo”. Desde então, o Brasil não é mais o mesmo. Os próprios descendentes dos africanos e os militantes almejam saber mais sobre o assunto, demandam por uma nova leitura da história. Mas também os juristas, os cientistas sociais, os artistas, políticos de vários partidos e tendências, os governos e até os poetas o fazem. (LEITE, 1999, p. 130) <sup>10</sup>.

As palavras de Leite (1999) também expõem o interesse dos próprios “remanescentes de quilombo” em procurar saber da história dos seus antepassados por meios das novas abordagens historiográficas que os momentos históricos os ofereciam. Além disso, os profissionais políticos e de outras áreas também se interessavam, talvez de uma forma mais profunda, pela temática.

### **A importância do quilombo de ontem e de hoje: o papel da constituição na vida dos afrodescendentes no Brasil.**

O quilombo quebrou as barreiras do tempo e do espaço, já que sua história não está apenas contida no passado, mas que quebrou as barreiras do tempo e se encontra no presente, sendo valorizado, como espaço físico e cultural. No entanto, as coisas não são tão perfeitas como parecem ser. O processo de preparo do espaço do quilombo bem como a adequação dos remanescentes quilombolas aos ambientes que rodeiam o quilombo foi por muitas vezes difíceis de serem absorvidas pela comunidade negra, como narram Oliveira e D’Abadia (2015):

Os remanescentes de quilombolas de ambientes rurais vivenciam dificuldades relacionadas à manutenção de seu território, haja vista que grande parte dessas comunidades já teve perda brusca de hectares via procedimentos ilegais [grilagem de terras], avanço de obras urbanas sem respeito às suas áreas territoriais e prática de racismo ambiental. (OLIVEIRA; DABADIA, 2015, p.2).<sup>11</sup>

Fato parecido com o que Lindoso (2011)<sup>12</sup> narrou em seu livro “A razão quilombola” quando ele explicou sobre o choque entre os moradores do Quilombo dos Palmares com a sociedade colonial. No entanto, é necessário afirmar que, o esforço pela formação dos quilombos no Brasil se trata, acima de tudo, de uma questão de resistência. Dessa maneira, a Constituição Federal afirma que:

**Art. 215.** O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. (EC no 48/2005)§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.<sup>13</sup>

O debate do texto federal é de enorme importância, pois traz para a população brasileira a ideia de valorização e respeito acerca de uma cultura fundamental para formação da nacionalidade

---

<sup>10</sup> LEITE, Ilka Boa ventura. (Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização? Porto Alegre: Horizontes antropológicos, 1999, p.135.)

<sup>11</sup> OLIVEIRA, Fernando Bueno; D’ABADIA, Maria Idelma Vieira. (Territórios quilombolas em contextos rurais e urbanos brasileiros. Goiás: UEG, 2015, p.2)

<sup>12</sup> LINDOSO, Dirceu. (A razão quilombola: estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica. Maceió. EDUFAL, 2011.)

<sup>13</sup>BRASIL. [Constituição (1988)]. (Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.art.215)

do país. Além disso, as linhas também expõem a preocupação da conservação das tradições culturais afro-brasileiros como patrimônio cultural brasileiro. Zanirato e Ribeiro (2006) narraram que:

Os bens materiais e imateriais, tangíveis e intangíveis que compreendem o patrimônio cultural são considerados “manifestações ou testemunho significativo da cultura humana”, reputados como imprescindíveis para a conformação da identidade cultural de um povo. Em se tratando do patrimônio natural, a avaliação é ainda maior, posto que a salvaguarda dos recursos materiais e do conhecimento tradicional sobre os usos desses recursos é tida como essencial para a garantia de uma vida digna para a população humana. (ZANIRATO; RIBEIRO, 2016, p. 2).<sup>14</sup>

Assim, o zelo pela garantia de salvaguarda e valorização das culturas afro-brasileiras se torna um tema de extrema importância para que um marco que constitui o sentimento de formação nacional seja respeitado, tanto pelos órgãos federais, tanto pela população geral do país. Também é possível identificar nas palavras dos autores que, a conservação dos valores quilombolas é de grande importância para garantir o bem-estar e a dignidade do ser humano, tendo em vista que este terá acesso ao conhecimento acerca da cultura afro-brasileira.

Retomando o texto constitucional de 1988, se nota que, existe uma grande preocupação quanto ao destaque às especificidades dos remanescentes, já que, nas linhas textuais apresenta referências à individualidade das diferentes culturas, estilo de vida e comportamentos que constituem os diferentes modos de ser do povo brasileiro:

**Art. 216.** Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: (EC no 42/2003).

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.<sup>15</sup>

Também se menciona no texto indicações referentes ao espaço físico do lugar cultural, como as edificações, espaços urbanos e de sítios, que constituem à memória e as manifestações da cultura afro, dando um valor mais religioso ao lugar mencionado. Dessa forma, também existe o esforço para defender as questões físicas e espirituais, como narram Funari e Pelegrini (2009):

A esse sentido legal do termo, devemos acrescentar outro, não menos importante: o patrimônio espiritual. Quando pensamos no que recebemos dos nossos antepassados, lembramo-nos não apenas dos bens materiais, mas também na infinidade de ensinamentos e lições de vida que eles nos deixaram (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 8).<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup>ZANIRATO, Sílvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. (Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. São Paulo: Revista Brasileira de História, 2006, p.2).

<sup>15</sup>BRASIL. [Constituição (1988)]. (Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.art.216)

<sup>16</sup> FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. (Patrimônio histórico e cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2009, pag.8)

Pode-se dizer que os remanescentes quilombolas conquistaram o reconhecimento como etnia dentro do estado brasileiro, garantindo dessa forma, proteção na realização das suas manifestações religiosas bem como demarcações territoriais que lhes garantam melhor privacidade dentro do seu universo religioso diferenciado.

É possível afirmar que esse artigo da constituição estava inserido em um contexto muito maior do que somente a totalidade brasileira, ou seja, o contexto do patrimônio cultural da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), ou, pelo menos, o artigo foi formulado com base no pensamento de preservação da agência. Sobre a Unesco narraram Funari e Pelegrini (2009):

A primeira convenção referente ao patrimônio mundial, cultural e natural foi adotada pela conferência geral da Unesco em 1972. (...) Segundo essa convenção, subscrita por mais de 150 países, o patrimônio da humanidade compõe-se de:

Monumentos: obras arquitetônicas, esculturas, pinturas, vestígios arqueológicos, inscrições, cavernas;

- Conjuntos: grupos de construções
- Sítios: obras humanas e naturais de valor histórico, estético, etnológico ou científico;
- Monumentos, naturais: formações físicas e biológicas;
- Formações geológicas ou fisiológicas: habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas de extinção;
- Sítios naturais: áreas de valor científico ou de valor natural. (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 25).<sup>17</sup>

Sob outro prisma, pode-se entender o esforço do governo brasileiro em preservar os itens que possuem mais destaque no território nacional, levando em conta, certas peculiaridades que os colocam evidências. Como voltaram a narrar Zanirato e Ribeiro (2006):

Não obstante, há menos de um século o patrimônio compreendia os monumentos nacionais, considerados por critérios estéticos ou históricos, que explicitavam a importância que uma obra ou um objeto adquiria diante do desenvolvimento da arte ou da história. (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006, p. 2).<sup>18</sup>

Marques e Gomes (2002) analisaram que a constituição de 1988 ao conceituar os bens culturais se afasta de uma referência exclusiva aos monumentos e à grandiosidade da aparência externa das coisas imóveis, pois passa a considerar “outras situações e contextos que ainda estão acontecendo, dentro de uma visão de cultura como processo contínuo e dinâmico, como a representatividade e identidade étnica de cada um dos grupos formadores da nacionalidade, em seu sentido mais amplo”. (MARQUES; GOMES, 2002, p. 140).<sup>19</sup>

### **As dificuldades das elites na vida dos descendentes de quilombolas**

Entretanto, as coisas não são tão simples quanto parecem. As elites rurais, e algumas entidades estaduais brasileiras impuseram aos remanescentes de quilombolas dificuldades quanto à

---

<sup>17</sup> FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. (Patrimônio histórico e cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2009, pág. 25)

<sup>18</sup> FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. (Patrimônio histórico e cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2009 p.2)

<sup>19</sup> MARQUES, Carlos Eduardo; GOMES, Lílian. A Constituição de 1988 e a ressignificação dos quilombos contemporâneos limites e potencialidades. (2002 p.140)

liberação da posse de terras destinadas a etnia. Vários tramites judiciais foram movidos para dificultar a titulação das terras a serem destinadas aos quilombolas, tornado o procedimento, uma séria dificuldade para os mesmos, como narraram Oliveira e D'abadia (2015):

As titulações ocorrem de maneira muito lenta, principalmente, por conta da burocracia de órgãos estaduais responsáveis pela expedição das titulações e de outros que atendem no âmbito da federação. Juntem-se a esse impasse, os impedimentos judiciais movidos pela elite rural que tornam ainda mais complexo o procedimento de conquista dos títulos das terras de quilombos e a concretização integral do artigo 68 da Constituição Federal de 1988. (OLIVEIRA; D'ABADIA, 2015, p.2).<sup>20</sup>

Vê-se, claramente, uma tentativa dos ruralistas em cumprir as leis impostas no texto constitucional de 1988. Muito mais do que isso, os próprios órgãos estaduais procrastinam o desenrolar dos processos que beneficiariam os quilombolas.

Leite (1999) mencionou três itens que chamara a atenção das elites brasileiras após a formulação do Artigo 68 da Constituição, talvez, esses itens tenham contribuído para que houvesse por parte dessas elites um ensejo para dificultar a titulação das terras:

1 – a grande quantidade de áreas a serem tituladas no Brasil sob esta perspectiva, já que a população afrodescendente é numerosa; 2 – o poder de mobilização e reorganização das comunidades motivadas pelo próprio artigo; 3- a evidência da redefinição de uma nova identidade para os descendentes de africanos no Brasil, através da possibilidade de sua inclusão, finalmente, na condição de brasileiros, de cidadãos, e da viabilidade mesma de ocorrerem titulações em grande parte das demandas desde então esboçadas. (LEITE, 1999, p. 135).<sup>21</sup>

As principais causas do espanto das elites foram às questões relativas às terras. Talvez, a grande preocupação era de que cada vez mais descendentes de africanos se reconhecessem como tal, e, dessa maneira, mais terras poderiam ser tituladas para os mesmos. Não se sabe se são essas, ou se somente são essas as preocupações das elites quanto a questão quilombola, mas, é evidente que estas questões levantadas nas palavras de Leite (1999) são de grande valor para analisar atrato das elites brasileiras em relação aos afrodescendentes.

Contudo, nota-se que, o texto constitucional estabeleceu novas regras quando a valorização do patrimônio negro no Brasil, não somente na questão física, arquitetônica, mas também na questão cultural e espiritual que compõe o modo de ser quilombola. Esperamos que o Artigo 68 seja respeitado para que dessa maneira, se possa salvaguardar uma cultura que foi, e ainda é, fundamental para a formação da identidade brasileira.

## Referencias

- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2009.
- GASPARI, E. 2002. A ditadura envergonhada. As ilusões armadas. São Paulo
- LEITE, Ilka Boaventura. **Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização?** Porto Alegre: Horizontes antropológicos, 1999.

<sup>20</sup> OLIVEIRA, Fernando Bueno; D'ABADIA, Maria Idelma Vieira. (Territórios quilombolas em contextos rurais e urbanos brasileiros. Goiás: UEG, 2015 p.2)

<sup>21</sup>LEITE, Ilka Boaventura. (Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização? Porto Alegre: Horizontes antropológicos, 1999 p.135.)

LINDOSO, Dirceu. **A razão quilombola**: estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica. Maceió. EDUFAL, 2011.

MARQUES, Carlos Eduardo; GOMES, Lílian. **A Constituição de 1988 e a ressignificação dos quilombos contemporâneos limites e potencialidades**. 2002.

OLIVEIRA, Fernando Bueno; D'ABADIA, Maria Idelma Vieira. **Territórios quilombolas em contextos rurais e urbanos brasileiros**. Goiás: UEG, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Os processos de globalização**. In Boaventura de Sousa Santos (org.), *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, René Marc da Costa. A constituição de 1988 e a discriminação racial e de gênero no mercado de trabalho no Brasil. **Revista de Informação Legislativa**. Ano 50, Número 200, out/dez 2013.

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. **Patrimônio cultural**: a percepção da natureza como um bem não renovável. São Paulo: Revista Brasileira de História, 2006.

Enviado em 31/08/2020

Avaliado em 15/10/2020

## **ANÁLISE DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CIDADE DE ARAGUAÍNA (PMGIRS), TOCANTINS: À LUZ DA VULNERABILIDADE AMBIENTAL**

**Ana Chrystinne Souza Lima<sup>22</sup>**

**Aurélia Matos Brito<sup>23</sup>**

**Uallace Carlos Leal Santos<sup>24</sup>**

**Jayrton Noleto de Macedo<sup>25</sup>**

### **Resumo**

O presente trabalho tem por objetivo de analisar a política pública dos resíduos sólidos na cidade de Araguaína, analisar do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. O PMGIRS (2013) tem por base respeitar os princípios que compõe o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS, 2010) ao aterro sanitário que atualmente é o destino final dos resíduos sólidos da referida cidade. O aterro em questão servia não só para a disposição final de resíduos domiciliares, mas também para resíduos hospitalares, o que não atenderia as normas específicas de gerenciamento adequado, ainda de acordo com o PMDIRS (2013). Ainda de acordo com o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, há exigência de extinguir todos os lixões e disposições finais inapropriadas, criando-se o aterro sanitário, que por sua vez é também objeto de estudo deste trabalho. A metodologia será a documental e bibliográfica, por meio de dados secundários, como o plano municipal de resíduos sólidos.

**Palavras-chave:** Aterro. Resíduos Sólidos. Política Pública.

### **Abstract**

This work aims to analyze the public policy of solid waste in the city of Araguaína, analyze the Municipal Plan for Integrated Management of Solid Waste. The PMGIRS (2013) is based on respecting the principles that make up the National Solid Waste Plan (PNRS, 2010) to the sanitary landfill that is currently the final destination of the city's solid waste. The landfill in question served not only for the final disposal of household waste, but also for hospital waste, which would not meet the specific standards for proper management, even according to the PMDIRS (2013). Solid waste, there is a requirement to extinguish all the dumps and inappropriate final dispositions, creating the sanitary landfill, which in turn is also the object of study of this work. The methodology will be the documentary and bibliographic, through secondary data, such as municipal solid waste plan.

**Keywords:** Landfill. Solid waste. Public policy.

---

<sup>22</sup>Mestranda no Curso de pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (UFT), bacharela em Direito e Especialização em Dir. Penal e Proc. Penal pela Faculdade Católica Dom Orione.

<sup>23</sup>Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais – UFT.

<sup>24</sup>Mestrando no Curso de pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (UFT), Bacharel em Direito e Especialização em Dir. Público e Docência Universitária pela Faculdade Católica Dom Orione.

<sup>25</sup>Mestrando na Pós Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais -Universidade Federal do Tocantins, Especialista em Direito do Trabalho e Departamento -Universidade Presidente Antônio Carlos, Bacharel em Direito – Universidade Presidente Antônio Carlos, Especialista em Direito Ambiental e Sustentabilidade – Faculdade Educacional da Lapa, Docente no curso de Direito na Universidade de Gurupi.

## Introdução

Os Planos de Manejo elaborados a nível municipal têm que seguir um Plano Nacional, funcionando este como um roteiro com normas e princípios a serem seguidos. Portanto, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade de Araguaína (PMGIRS), objeto deste estudo de caso, fora elaborado segundo o que preleciona o Plano Nacional de Resíduos Sólidos. A questão que envolve a disposição final dos resíduos sólidos produzidos diariamente em um meio urbano data de antes de 2010, segundo o Ministério do Meio Ambiente foram 20 anos de discussão, para só então em 2010 ser aprovada pelo Congresso Nacional a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

O presente trabalho tem por objetivo de analisar a política pública dos resíduos sólidos na cidade de Araguaína, para avaliar se o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, instituído em 2013 na referida cidade, segue as diretrizes nacionais da Lei nº 12.305/10 que institui o manejo de resíduos sólidos em todo território nacional. O PMGIRS (2013) tem por base respeitar os princípios que compõe o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS, 2010).

Existia na cidade em questão o total de 1 (um) aterro, que servia para a destinação final dos resíduos sólidos, a classificação do aterro é o controlado, objeto de análise deste trabalho. Ainda fundamentando no PMDIRS (2013) o aterro controlado por ser mais nocivo ao meio ambiente, tem vida curta e o município terá que elaborar um Plano de Encerramento do Aterro Controlado, visando à recuperação da área degradada. O aterro em questão serve não só para a disposição final de resíduos domiciliares, mas também para resíduos hospitalares, o que não atenderia as normas específicas de gerenciamento adequado, ainda de acordo com o PMDIRS (2013), não existia no aterro valas impermeabilizadas, nem tubos de coleta de gases e chorume, os resíduos seriam aterrados, o que é bastante nocivo para o meio ambiente podendo contaminar não e tão somente o solo, mas o lençol freático com a decomposição dos resíduos produzidos. Portanto, é de extrema importância analisar se os princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos (2010) foram atendidas no PMDIRS (2013) após 6 (seis) anos de sua criação, os avanços e retrocessos, se os princípios elencados nesse Plano estão sendo respeitados.

A problemática da destinação final dos resíduos sólidos sempre foi bastante discutida, uma vez que envolve questões de saúde pública, em especial das pessoas que utilizam os materiais retirados dos aterros para subsistência, saneamento ambiental, políticas públicas, ocupação do solo. Nesse sentido, há necessidade de observar a vulnerabilidade ambiental, uma vez que a disposição dos resíduos sólidos em aterro controlado não é a forma mais adequada de destinação final, pois altera fatores que compõem o solo e dificulta sua recuperação, de tal forma que faremos um estudo de caso do aterro da supracitada cidade, iniciando com uma pesquisa bibliográfica e documental para melhor estruturar a discussão; realizaremos visita in lócus para produzir registros fotográficos e compreender de maneira mais adequada e precisa das condições daquele.

Este trabalho inicialmente irá caracterizar a cidade de Araguaína, com seu marco histórico, dados populacionais, dados referentes ao manejo dos resíduos sólidos, para que se possa vislumbrar o universo em que a pesquisa se encontra, no segundo capítulo trataremos do manejo dos resíduos sólidos, com a conceituação de resíduos, a importância da destinação final adequada, no terceiro capítulo abordará a Política Nacional de Resíduos Sólidos, trazendo para a discussão a análise de seu escopo legal, dos princípios, a importância de sua implementação para a saúde coletiva, no quarto capítulo far-se-á a análise do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade de Araguaína (PMGIRS), Tocantins, no quinto e último capítulo trataremos do atual aterro sanitário que a cidade possui.

## Metodologia

Os dados utilizados para esta pesquisa foram os constantes no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Araguaína, Estado do Tocantins, valendo-se da pesquisa documental e bibliográfica com o intuito de alcançar os objetivos propostos de análise. Ensina-nos Fonseca (2002):

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. (FONSECA, 2002, p. 32).

E ainda de acordo com Fonseca (2002) a pesquisa documental:

[...] recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Portanto, a metodologia é de suma importância para trilhar o caminho da pesquisa.

## Araguaína

A cidade de Araguaína está localizada ao Norte do Estado do Tocantins, pertencendo a Amazônia legal, considerada a segunda maior cidade do Estado. O local de objeto de tal estudo ora proposto, se localiza na cidade de Araguaína, situada no Estado do Tocantins, compreendida em uma região banhada pelos rios Lontra e Andorinhas, fora ocupada, pelos Carajás. Em meados de 1876 chegaram à região os primeiros migrantes e fixaram-se às margens de tais rios, o que abriu caminho para mais tarde chegarem outras famílias. O rio Lontra por ser de grande importância para o desenvolvimento econômico da região, passou a ser o nome daquela que mais tardiamente se tornaria Araguaína (IBGE, 2015).

Com a criação do Estado do Tocantins em 1989, Araguaína se torna a segunda maior cidade do Estado passando a ser considerada “Capital Econômica”, ficando atrás apenas da capital, Palmas. Hoje sua população no último censo (2010) do IBGE foi de 150.484 e a estimada para o ano de 2017 aumentou chegando a 175.960 (IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2017).

A Lei nº 86 datada em 30 de setembro de 1953, cria-se um distrito denominado Araguaína, que antes desta Lei Municipal possuía terras que eram subordinadas ao município de Filadélfia, passando a ser desmembrada tendo como sede o distrito nominado Araguaína, que por sua vez tinha outros distritos anexados a ela, como Araguanã, Muricilândia e Aragominas, que só alguns anos depois foram também emancipadas de Araguaína.

Atualmente existe na cidade em questão o total de 1 (um) aterro, que serve para a destinação final dos resíduos sólidos, a classificação do aterro é o controlado, objeto de análise deste trabalho. Ainda fundamentando no PMDIRS (2013) o aterro controlado por ser mais nocivo ao meio ambiente, tem vida curta e o município terá que elaborar um Plano de Encerramento do Aterro Controlado, visando à recuperação da área degradada. O aterro em questão serve não só para a disposição final de resíduos domiciliares, mas também para resíduos hospitalares, o que não atenderia as normas específicas de gerenciamento adequado, ainda de acordo com o PMDIRS

(2013), não existe no aterro valas impermeabilizadas, nem tubos de coleta de gases e chorume, os resíduos seriam aterrados, o que é bastante nocivo para o meio ambiente podendo contaminar não e tão somente o solo, mas o lençol freático com a decomposição dos resíduos produzidos.

### **Resíduos Sólidos e a Política Nacional de Resíduos Sólidos**

Quando se trata de resíduos sólidos existe uma Resolução do CONAMA nº 005/93 que os conceitua como: resíduos sólidos ou semi-sólidos provenientes de atividades industrial, hospitalar, doméstica, agrícola, de serviços de varrição, comercial, além de enquadrar neste conceito os lodos que por ventura venham ser produzidos e unidades de tratamento de água, os gerados nos chamados “equipamentos de instalações de controle de poluição”, assim como os líquidos que por suas características impossibilite que estes sejam lançados nas redes de esgotos ou corpos d’água, de acordo com o art. 1º, inciso I desta Resolução.

No entanto, a preocupação com os Resíduos Sólidos vem sendo discutida a muito tempo em âmbitos nacional e internacional, consequência da percepção coletiva no que diz respeito ao meio ambiente, uma vez que a disposição inadequada destes ocasiona a poluição do solo e quiçá do lençol freático “Assim, a complexidade das atuais demandas ambientais, sociais e econômicas induz a um novo posicionamento dos três níveis de governo, da sociedade civil e da iniciativa privada (BRASIL, 2019)”.

A problemática dos resíduos sólidos se tornou preocupante a partir dos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio de uma Pesquisa Nacional de Saneamento Básico-PNSB, divulga em 2008 dados sobre saneamento de cidades brasileiras, onde 99,96% dos municípios têm serviços de manejo de Resíduos Sólidos, no entanto, 50,75% deles dispõem os resíduos nos chamados vazadouros; os aterros controlados ficavam em 22,54%; o número de aterros sanitários chegava a 22,68% (BRASIL, 2019).

Ressalta-se que menos de 4% dos municípios possuem unidades de compostagem de resíduos orgânicos; os números das unidades de triagens e de tratamento de incineração chegam a 11,56% e 0,61%, respectivamente (BRASIL, 2019). As consequências que os descartes inadequados provocam riscos à saúde pública e ao meio ambiente, sem mencionar aos prejuízos que àquelas pessoas que vêm nos lixões oportunidades de subexistência, utilizando-se dos materiais descartados com valor de reciclável.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos surge após um período onde ocorreram muitas discussões no Congresso Nacional, foram necessários exatos 21 anos para que fosse aprovada a referida Política, tendo que para tanto ocorrer a articulação dos entes federativos, em conjunto com setor produtivo e sociedade, com o objetivo de se buscar soluções possíveis para os problemas que envolvia a gestão de resíduos sólidos que consequentemente comprometia a qualidade de vida dos cidadãos.

Portanto em agosto de 2010 é aprovada a lei que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, tendo por base a ideia de uma responsabilidade compartilhada envolvendo a sociedade civil, os governos federal, estadual, municipal, o setor privado e os cidadãos. Esta responsabilidade do setor privado é em relação ao gerenciamento dos resíduos sólidos, contanto que seja ambientalmente correto, dos cidadãos é sua percepção enquanto consumidor, acondicionamento correto dos resíduos por ele produzido e “os governos federal, estaduais e municipais são responsáveis pela elaboração e implementação dos planos de gestão de resíduos sólidos, assim como dos demais instrumentos previstos na PNRS (BRASIL, 2019)”.

É importante que o Brasil tenha um Plano Nacional de Resíduos Sólidos pois, em seu arcabouço jurídico não havia legislação específica que estabelecesse critérios a serem aplicados pelos municípios e Estados na gestão desses resíduos, pois a Constituição Federal de 1988, artigo 30, incisos I, II e V, preleciona o município como um ente autônomo, possuindo competências próprias, possuindo a faculdade de legislar sobre assuntos que envolve interesses locais, sendo ele detentor da titularidade dos serviços de limpeza urbana e toda a gestão e manejo e dos resíduos sólidos, desde a coleta até a sua destinação final. . Cabe mencionar que anterior à lei só havia as Resoluções elaboradas pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente-CONAMA.

### **Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade de Araguaína (PMGIRS), Tocantins à Luz da Vulnerabilidade Ambiental**

As soluções que são buscadas para resolverem as questões dos resíduos sólidos é uma demanda populacional bastante importante e que perpassa pelos altos custos socioeconômico e ambiental, e, se os resíduos forem destinados da forma adequada, estes poderão em algum momento adquirirem um valor de cunho comercial, surgindo como novos produtos. Sendo assim, a implementação de um Plano de Gestão poderá trazer alguns reflexos no âmbito social, econômico e ambiental, pois este plano proporcionará a culminação de geração de renda, emprego, novos mercados, inclusão social de sujeitos que estão desfilados socialmente, diminui os impactos ambientais ocasionados pela disposição de resíduos sólidos de forma inadequada.

O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos está inserido na lei do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, assim, o Plano de Gestão Integrada tem que preencher e se adequar aos requisitos e/ou princípios elencados na lei do Plano Nacional. A participação ativa e efetiva tanto da população quanto das prefeituras para apontar problemas e melhores alternativas de solução comum a cada região é de sua importância para o processo de gerenciamento dos resíduos sólidos, destinação final, uma vez que o sujeito que mais se beneficiará com todo esse processo será toda a população, e, conseqüentemente aumento da qualidade de vida.

Um das ideias centrais do Plano Nacional de Resíduos Sólidos é acabar com todos os lixões existentes e ainda ativos em todo território nacional, com um prazo máximo de 4 anos após a aprovação e instituição da lei que regulamenta o referido Plano, ou seja, o prazo que os municípios teriam para inativarem os lixões e tomar como outra alternativa para a destinação final dos resíduos sólidos era até 2014, em 2013 é elaborado o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da cidade de Araguaína, estado do Tocantins, um documento elaborado pela equipe técnica vinculada à Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia.

Os lixões são locais, no meio ambiente e/ou solo, onde são depositados os lixos de forma indiscriminada e sem tratamento, causando assim a poluição não só do solo, as podendo poluir também a água e o ar, pode ser também classificado como lixão, área onde se localiza depósito de lixo onde não houve prévia observância com o meio ambiente ou como a saúde pública. Já o processo de gestão integrada de resíduos sólidos consiste em uma reunião de várias ações direcionadas para buscar-se soluções para os resíduos sólidos ora produzidos, considerando as condições políticas, sociais, econômicas, ambientais, culturais, que possua controle social e um desenvolvimento sustentável (PMGIRS, 2013).

Como o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos surge da necessidade de implementar estratégias no setor de saneamento e/ou de limpeza pública, e também para tornar seguro desenvolvimento e firmar a política municipal de resíduos sólidos em curto, médio e longo prazo levando em consideração a participação da sociedade na elaboração através de audiências públicas possibilitando que a população tome conhecimento do que se pretende fazer para a implantação do PMGIRS e aponte sua opiniões; aspectos de abrangência com dados que

possibilitem o conhecimento das informações em relação aos “diagnósticos da situação atual do sistema e dos eventuais impactos nas condições de qualidade de vida (PMGIRS, 2013, p. 2)”.

Além da revisão do Plano, pois há necessidade de se ter avaliação periódica a cada 4 anos em audiência pública onde a população faça parte e, conseqüentemente, tenha conhecimento e por fim o controle social que por sua vez ter caráter consultivo, através de debates, consultas públicas e dentre outras formas (PMGIRS, 2013, p. 2). Objetiva-se que o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos é fixar o propósito das ações de gerenciamento de resíduos sólidos, vale lembrar que o gerenciamento é um agrupamento de ações a serem exercidas direta ou indiretamente, nas fases de coleta, transporte e disposição final dos resíduos sólidos, respeitando as condições ambientais do local de despejo e dos resíduos a serem despejados, tudo em conformidade com o PMGIRS ou Plano de Gerenciamento instituídos na Lei nº 12.305/2010, qual seja, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, além de consolidar a política de gestão municipal de resíduos (PMGIRS, 2013, p. 3).

Os objetivos específicos são 11, dentre eles está a implementação de ações relativas à gestão integrada de resíduos sólidos; disciplinar, reduzir a quantidade de resíduos e sua periculosidade; formular prognósticos para diferentes temas e diferentes cenários com periodicidade; orientar a adoção de medidas sobre o acondicionamento, coleta e transporte e destinação final dos resíduos sólidos; incentivar a reciclagem, compostagem e logística reversa; contribuição para as ações de licenciamento ambiental; capacitar os recursos humanos que lidam com os resíduos sólidos, em relação ao gerenciamento, assistência a saúde física e mental; elaborar propostas para o desenvolvimento e aprimorar tecnologias limpas; **contribuir para a elaboração de aterro sanitário do Município de Araguaína** (Grifo Nosso).

Em seus primórdios possuía um lixão, o qual tivera que ser desativado, sendo implantado na referida cidade um aterro controlado, que é tida como alternativa para amenizar os danos ocasionados pelos lixões, porém são tão prejudiciais ao meio ambiente quanto àquele, os aterros controlados são denominados de “lixões controlados”, pois não há nenhum cuidado ao dispor os resíduos sólidos no solo, não há que se falar em tratamento prévio ou coisa parecida. Portanto, essa não é a medida mais eficaz de se dispor os resíduos sólidos, podendo poluir o solo e lençol freático (ABREU; PALHARES, 2012). Cabe ainda mencionar que o referido aterro também serve de disposição final dos resíduos produzidos pelo serviço de saúde da cidade. Não há a separação dos primeiros resíduos para os segundos, eles são despejados na mesma vala (PMGIRS, 2013, p. 59).

Para a implementação de um aterro em uma determinada localidade é necessário que se realizem estudos acerca da área a qual se pretende firmar, ter um aparato de maquinário, tratar os aquilo que vem a ser produzido pelo aterro, pois o meio ambiente uma vez que é implantado um aterro, que no caso de Araguaína é controlado, interfere na característica do solo. Quando se fala em vulnerabilidade, tem-se noção de algo agredido, ferido, reportando ao dicionário Silveira Bueno (2001) conceitua vulnerável em “que se pode vulnerar ou penetrar; designativo do lado fraco de um assunto ou questão e do ponto que alguém pode ser atacado ou ferido”.

## Conclusão

O crescimento populacional de uma determinada cidade faz com que alguns planos sejam elaborados com o fim de se obter o bem-estar social, levando-se em consideração o meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado. Assim para que ocorra a disposição final adequada dos resíduos sólidos produzidos diariamente pela população desta cidade e em alguns casos os resíduos hospitalares, o possível tratamento dos fluidos produzidos da decomposição destes, como o chorume, recuperação de solo que por ventura venha a ser contaminado, degradado é que se faz necessário elaborar um plano de manejo de resíduos sólidos.

Em relação ao Plano Municipal Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, que surgiu após exigência do Governo Federal concretizado pelo Plano Nacional de Resíduos Sólidos, ou melhor, existe uma lei que passa a ter metas a serem cumpridas em um lapso temporal, ou melhor, a lei nº 12.305/10 institui que em até 4 anos após sua publicação todas as cidades deveriam ter abolido os lixões que por ventura ainda existiria. Assim, a elaboração de um Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos passa a ter característica obrigacional.

O documento que surge para a regulamentação, implantação, estudos ambientais e de engenharia, se dá o nome de Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, previsto na lei 12.305/10. Para ser executado o Plano Municipal é necessário que este atenda aos princípios e objetivos da lei do Plano Nacional, e, como se observou durante o estudo, conclui-se que, o Plano Municipal possui muitas falhas de execução em relação à disposição final dos resíduos sólidos, não existe tratamento do chorume, não se tem os tubos para que os gases saiam o que prejudica e torna mais vulnerável o meio ambiente, e o que nos parece mais grave é que este mesmo aterro controlado serve de despejo de resíduos hospitalares, que o recomendado seria a incineração, há neste caso a utilização e/ou ocupação de forma irregular do solo.

#### Referências

- ABREU, L. B.; PALHARES, M. C. **O destino do lixo**. Disponível em: [http://www.dad.puc-rio.br/dad07/arquivos\\_downloads/48.pdf](http://www.dad.puc-rio.br/dad07/arquivos_downloads/48.pdf). Acesso em 05 de maio de 2019.
- BUENO, Silveira. **Mini Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: FDT, 2001.
- CONAMA. Ministério do Meio Ambiente. **Resolução nº 005**. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/MMA/RE0005-050893.PDF>. Acesso em: 05 de maio de 2019.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/araguaina/historico>. Acesso em 05 de maio de 2019.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/araguaina/panorama>. Acesso em 05 de maio de 2019.
- Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Araguaína, Tocantins**. Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 2013. Disponível em: <http://araguaina.to.gov.br/portal/pdf/PMGIRS.pdf>. Acesso em: 05 de maio de 2019.
- MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/producao-e-consumo-sustentavel/plano-nacional>. Acesso em: 05 de maio de 2019.
- MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos>. Acesso em: 05 de maio de 2019.
- SOUZA, Jorge Luiz de. **IDH**. Revista Desafios do Desenvolvimento-IPEA. Ed. 39. 2008. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?Option=com\\_content&view=article&id=2144:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?Option=com_content&view=article&id=2144:catid=28&Itemid=23). Acesso em: 05 de maio de 2019.

Enviado em 31/08/2020

Avaliado em 15/10/2020

## MEMÓRIA ORGANIZACIONAL: DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA EM UMA COOPERATIVA DE TRABALHO DE CATADORES

Eduardo Alex Karnikowski<sup>26</sup>  
Louise de Lira Roedel Botelho<sup>27</sup>

### Resumo

O artigo em questão conta com o objetivo de apresentar uma narrativa das experiências adquiridas por meio de um projeto de cultura, relacionando-as com os resultados e particularidades deste processo. Os trabalhos do projeto voltaram-se para a compreensão de como um projeto desenvolvido na Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus* Cerro Largo impacta na vida e trabalho dos sócios cooperados da Cooperativa de Trabalho de Catadores Unidos Pela Natureza (COOPERCAUN), utilizando da memória organizacional da entidade cooperativa. Também, através da observação participante, teve-se a oportunidade de conhecer e aferir múltiplos aspectos presentes nesta organização.

**Palavras-chaves:** Projeto de cultura. Cooperativa. Memória organizacional.

### Abstract

The article in question has the objective of presenting a narrative of the experiences acquired through a cultural project, relating them to the results and particularities of this process. The work of the project focuses on understanding how the Federal University of Southern Border - Cerro Largo Campus impact on the life and work of the cooperative members of the Workers' Cooperative United by Nature (COOPERCAUN), using the organizational memory of the cooperative entity. Also, through participant observation, we had the opportunity to get to know and assess multiple aspects present in this organization.

**Keywords:** Culture project. Cooperative. Organizational memory.

### Introdução

A sociedade na qual nos encontramos, é formada por uma diversidade de organizações que atendem os propósitos pelos quais foram criadas, contemplando diferentes tipificações, estão inseridas em um contexto que permeia a realidade da organização, cabendo a esta interagir da forma que julgar necessária. Dentre essas organizações, têm-se as cooperativas, uma forma de organização com interesse social e econômico, mostrando-se capaz de satisfazer as necessidades e aspirações dos sócios cooperados (OCB, 2019).

De acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o cooperativismo não é mero modelo de negócios, sendo assim uma forma de pensar, uma filosofia, onde é possível a união das pessoas junto do desenvolvimento econômico e da sustentabilidade. É sob tal argumentação que se apresenta a Cooperativa de Trabalho de Catadores Unidos Pela Natureza (COOPERCAUN), uma cooperativa que trabalha com materiais recicláveis no município de Cerro Largo/RS.

---

<sup>26</sup> Universidade Federal da Fronteira Sul

<sup>27</sup> Universidade Federal da Fronteira Sul

Com este cenário, cabe mencionar que através do projeto de cultura, submetido ao Edital Nº. 561/GR/UFGS/2019, cujo título é “Memória Organizacional: Construindo Identidades através da contação de histórias de vida no trabalho”, pôde-se vislumbrar de uma forma mais detalhada os acontecimentos decorrentes dos trabalhos realizados pela COOPERCAUN na vida de seus cooperados. Por conta disso, este artigo consiste em uma narrativa dos trabalhos realizados com esta entidade cooperativa, vindo ao encontro de ponderar e avaliar aspectos que fazem parte da organização e que aqui cabe ser mencionados.

Da mesma forma, pretendeu-se analisar e refletir acerca dos acontecimentos que fizeram parte da trajetória da cooperativa de catadores, de maneira que é possível abordar e descrever aspectos em benefício da COOPERCAUN. Ainda, permite-se dizer que o trabalho auxilia na compreensão da atuação e posicionamento da própria COOPERCAUN, pois com a memória organizacional, empregada em suas circunstâncias, cria-se a possibilidade de realizar análises diferenciadas ao lume da história da organização, o que pode, inclusive, servir de base para melhorias. Ou seja, por meio da memória organizacional e do resgate histórico da COOPERCAUN, torna-se instigante analisar a forma como a cooperativa vem se organizando e se desenvolvendo, fato que, é oportunizado pelo projeto de cultura submetido.

### **Metodologia**

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, empenhando-se em descrever o contexto junto das particularidades da temática em questão. O que possibilita compreender o fenômeno estudado, captando o contexto para com a realidade (MARCONI; LAKATOS, 2010). Também cabe mencionar a natureza descritiva do trabalho, onde “[...] pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade” (TRIVIÑOS, 1987 apud GERHARD; SILVEIRA, 2009).

Em seguida, para que os dados e informações da pesquisa sejam coletados, vale-se da coleta documental e da observação participante, em respeito à documentação interna da COOPERCAUN, tidos como dados secundários, bem como às vivências de seus integrantes/pesquisadores (GIL, 2010). Situação que viabiliza apreciar os processos e ações de oportunizados pelo projeto submetido e aprovado, com enfoque nos desafios e impactos que circundam a cooperativa de trabalho de catadores.

Contudo, através das vivências em combinação de registros que fazem parte da COOPERCAUN, tem-se a pretensão de ponderar elementos básicos e estruturantes do que compete à realidade funcional de suas ações para consigo mesma e comunidade em que se insere. É sob esse contexto que analisar os acontecimentos, passando a realizar uma reflexão a partir dos fatos, calham sob tal discussão, considerando as dinâmicas desenvolvidas ao longo de sua existência. Cabe, portanto, em sequência elucidar ações que fizeram parte do projeto, passando a tecer comentários em relação ao intuito deste estudo.

### **Memória Organizacional e Resgate Histórico**

Para iniciar a conceituação dos termos abordados neste trabalho, é válido salientar que de acordo com Pereira (2013), o conceito de memória organizacional tem uma abordagem diversificada dentre os autores que o utilizam, o autor argumenta que nos últimos tempos teve-se um enfoque voltado ao aspecto holístico de sua concepção. Por sua vez, Batista (2012) aponta que a memória organizacional manifesta-se nos registros do conhecimento da organização, passando a englobar seus processos, produtos, serviços e relacionamentos.

Expressado de uma maneira diferente, entende-se por memória organizacional o conjunto de informações que determinada organização traz consigo ao longo de sua existência. Segundo Freire et al. (2011), a memória organizacional é constituída pelos conhecimentos específicos, como também, tácitos, o que é associado aos indivíduos que a compõe, compreendendo elementos tangíveis e intangíveis, que possuem relação com o contexto organizacional.

Para tanto, ao compreender que a memória organizacional está vinculada à passagem de um espaço de tempo, ao passar dos anos, por exemplo, tem-se a abordagem do resgate histórico da organização, nesse caso, da COOPERCAUN. Em suma, ao resgatar a história, valores e marcos estruturantes de uma organização, pode-se evidenciar e delimitar aspectos que integram o próprio conceito, neste caso, utilizado em favor da cooperativa de trabalho de catadores.

## **A COOPERCAUN**

A Cooperativa de Trabalho de Catadores Unidos Pela Natureza (COOPERCAUN), em conformidade com seu Estatuto Social, possui o objetivo de oferecer postos de trabalho mediante ao esforço pessoal e direto no tocante aos serviços de coleta, triagem e reciclagem de resíduos sólidos urbanos, junto de sua comercialização. Atualmente, está localizada na Linha Primeira – interior do município de Cerro Largo/RS, onde a atividade principal está voltada para a triagem dos materiais com potencial reciclável oriundos da coleta seletiva implementada no município, que acontecem nas terças e quintas-feiras.

Trata-se de uma cooperativa de trabalho regida pela Lei Federal Nº 12.690 de 19 de julho de 2012, onde trata sobre sua organização, funcionamento e singularidades deste ramo do cooperativismo brasileiro, considerando que esta tipificação de cooperativa é constituída por trabalhadores que tenham a mesma finalidade, buscando melhorias por meio da união e esforço conjunto. Como forma de mensurar a expressividade das cooperativas de trabalho, o Sistema OCB (2019) apontou que no ano de 2018, no Brasil, contava-se com o quantitativo de 925 cooperativas do ramo, já no Rio Grande do Sul, neste ano tinha-se 25 cooperativas que abrigavam 3.538 associados.

Em função da atividade que a COOPERCAUN exerce, juntamente ao fato de Cerro Largo/RS contar com pouco mais de 14.000 habitantes (IBGE, 2019), logo ser considerado um município de pequeno porte, é palpável destacar a importância da cooperativa frente ao aspecto social, voltado à geração de emprego e renda em conformidade à sua linha de trabalho, que por sinal acaba impactando também em benefício ao meio ambiente, uma vez que, maior quantidade de material acaba retornando a cadeia produtiva através da reciclagem, não sendo destinado erroneamente. Ainda em decorrência da parceria com a UFFS, tem-se um cenário privilegiado de troca de conhecimentos entre sócios cooperados, estudantes e professores, fato que identifica e potencializa a importância da COOPERCAUN na comunidade.

## **Resultados**

Com o intuito de contextualizar o assunto frente a abordagem deste estudo, cabe citar que o objetivo do projeto de cultura, que serve de base para esta reflexão, percorre a compreensão da atuação da UFFS – *Campus* Cerro Largo/RS junto à COOPERCAUN. Assim através de sua memória organizacional, foi possível obter os elementos históricos da organização que subsidiam a discussão e reflexão. Ainda, com a coleta de informações para o levantamento e estruturação de uma linha do tempo da cooperativa, se conseguiu ampliar e aprofundar a compreensão das atividades cooperativa.

Por conta do perfil e características do empreendimento, adotou-se uma metodologia participativa e de discussão coletiva ao discorrer sobre a trajetória de organização da COOPERCAUN. Resumidamente, foram agendados encontros com os sócios cooperados, visando a discussão e embasamento do resgate histórico, onde em conversa com representantes da cooperativa, forneceram a base que sustenta o projeto.

Com os acontecimentos registrados, fez-se uma busca nos arquivos e plataformas digitais, onde foram encontradas fotografias sobre os acontecimentos discutidos com os associados, o que permitiu a construção e materialização de uma linha temporal da COOPERCAUN, incluindo marcos históricos considerados importantes para a entidade. Portanto teve-se a elaboração e materialização da linha do tempo que descreve a história da cooperativa, prezando pela parceria com a UFFS, tendo destaque os acontecimentos estruturantes.

Como ponto de partida, teve-se o ano de formação da COOPERCAUN, que ocorreu em 2016, contando com uma discussão coletiva, mais precisamente no mês de dezembro deste ano, davam-se pela constituição da cooperativa junto de seu Estatuto Social. Naquela oportunidade tinha-se 13 sócios fundadores que participavam das discussões. O ano de 2017 foi marcado pelo início dos trabalhos cooperativos na área da coleta de material reciclável, junto de cursos de capacitação para catadores, agora também sócios cooperados.

Já no ano de 2018, com a implementação da coleta seletiva no município de Cerro Largo/RS, a COOPERCAUN passou a operar nas dependências da Linha Primeira, onde recebe os materiais, passando a segregá-los conforme sua comercialização. Neste local funciona a Central de Triagem/Classificação de Resíduos Sólidos Urbanos como também a sede administrativa e refeitório da cooperativa.

O ano de 2019 apresenta como marco as atividades de acompanhamento viabilizadas pelas UFFS – *Campus* Cerro Largo e o recebimento de equipamentos que vieram a beneficiar e facilitar os trabalhos desenvolvidos. Tem-se que, tais atividades de acompanhamento abrangem a discussão de ideias de negócio, junto do auxílio e aprendizagem de questões administrativas e gerenciais que compete à COOPERCAUN, o que é potencializado pela relação entre estudantes da universidade, servido como uma forma ou ferramenta para relacionar conhecimentos, sem desprezar os ideais explanados pelos cooperados.

Neste ano de 2020, já com 18 sócios cooperados, convencionou-se que as atividades de assessoramento do negócio constituem um fator de destaque quanto às atividades da diretoria administrativa da COOPERCAUN, pautando-se por uma metodologia que possibilite o aprendizado e desenvolvimento dos cooperados, e assim, da cooperativa como entidade e organização. Para desta forma, instigar a emancipação profissional e de formação de lideranças na gestão do negócio, uma vez que, os direcionamentos dos assuntos pautados nos encontros, são advindos da própria diretoria.

Como forma de expressar e descrever os trabalhos desenvolvidos no projeto de cultura, apresenta-se a Fotografia 1, que basicamente representa a participação e integração entre cooperados da COOPERCAUN e integrantes do projeto de cultura voltado à memória organizacional.

Fotografia 1 – Encontro de apresentação e discussão do histórico da COOPERCAUN.



Fonte: Projeto Memória Organizacional: construindo identidade através da contação de histórias de vida no trabalho – UFFS – *Campus Cerro Largo*.

A Fotografia 1 mostra 2 modelos de linhas do tempo, onde se alteram as fotografias nelas contidas e o designer do material. Nesta ocasião houve a apreciação junto da discussão sobre o histórico da COOPERCAUN. Ressalta-se que o momento de reflexão serviu como fator para desencadear lembrança em alguns cooperados, onde, puderam lembrar e comunicar aos mais recentes sobre como ocorreu o processo de formação e discussão da cooperativa, situando aos demais, que puderam compreender sobre como se deu a existência do empreendimento cooperativo.

Logo, é relevante dizer que a em outra oportunidade, com novo agendamento e visita, proferiu-se sobre uma nova etapa do projeto (Fotografia 2), onde seriam gravados vídeos na tentativa de captar as vivências e experiências dos cooperados na COOPERCAUN. Por este meio, a partir de perguntas específicas elaboradas de antemão, teve maior aproximação acerca da visão e concepção dos trabalhadores cooperativos.

A partir da gravação dos vídeos com o consentimento dos participantes do mesmo, foi possível evidenciar sobre o modo como a COOPERCAUN está presente na vida destes indivíduos, junto das pretensões e anseios, desafios e vivências que a cooperativa proporciona para aqueles que a integram. De certa forma, a Fotografia 2 serve para ilustrar tal aspecto, com a intenção de demonstrar para a comunidade as ações e a importância da entidade no meio em que se insere.

Fotografia 2 – Discussão e apreciação da nova etapa do projeto de cultura.



Fonte: Projeto Memória Organizacional: construindo identidade através da contação de histórias de vida no trabalho – UFFS – *Campus Cerro Largo*.

Sobre tal contexto, sobressai a fala de uma cooperada que já está 3 anos trabalhando na separação de materiais na esteira da Central de Triagem/Classificação. A cooperada relata que possui um sentimento de bem-estar na COOPERCAUN, dizendo que nos últimos tempos conseguiram melhorar aspectos de gestão e do ganho financeiro com o trabalho. Assim segue dizendo que também tem um ambiente favorável para a realização das atividades coletivas, e mesmo com as dificuldades que estão presentes na rotina, considera que há um bom andamento das atividades.

Da mesma forma todos os participantes mencionaram as dificuldades e escassez de recursos financeiros da cooperativa, o que é ocasionado pela relativa baixa de material comercializado como também pela instabilidade de preços pagos dos materiais que são vendidos para empresas de reciclagem. Fato que acaba por impedir a melhora de aspectos da entidade cooperativa, mas que mesmo assim, a partir da reorganização interna conseguiram contornar, em certa medida, tal questão.

Analisar e compreender a interpretação de cada um e cada uma em face da realidade organizacional encontrada pode ser considerado como fator determinante na gestão e planejamento de uma organização, sobretudo na COOPERCAUN. Ao captar tais argumentações pode-se melhor elucidar fatores, vindo a determinar prioridades de acordo com a situação encontrada. Também nota-se um enraizamento e uma profunda relação dos entrevistados com o seu trabalho, sob a ênfase de estar prestando um serviço em benefício ao meio ambiente e à comunidade cerrolarguense, o que serve de motivação para demonstrar a capacidade desta cooperativa como capaz de prover melhoramento para seus pares e também àquilo que está em sua volta.

Com todo este aparato de informações, está sendo finalizado um documentário a partir das tratativas que envolvem a COOPERCAUN, com vistas ao conhecimento e consciência dos envolvidos, bem como reforçar o posicionamento da cooperativa no meio em que se insere, demonstrando seu potencial transformador. Tal objetivo se deve à concepção da memória organizacional e ao resgate histórico, o que acaba por validar e consolidar sua conceituação, bem como da cooperativa.

### Considerações finais

Ao finalizar a narrativa e a reflexão acerca da memória organizacional da COOPERCAUN, torna-se importante especificar que esta cooperativa tem sua existência relativamente curta, o que acaba abreviando sua narrativa. Porém, conforme prevê o projeto de cultura, pôde-se verificar e mensurar a importância do trabalho em parceria, colocando-se como uma importante ferramenta estabelecida entre instituição de ensino e cooperativa. Ganha notoriedade as particularidades da organização, o que repercute em um interessante meio de pesquisa, podendo ter resultados diferenciados.

Sob o ponto de vista institucional da UFFS – *Campus Cerro Largo*, revela-se a constituição de parcerias com a própria comunidade, viabilizando e facilitando a interação como forma de divulgar e disseminar o conhecimento, ainda mais com organizações de relevância social, como é o caso da cooperativa de trabalho de catadores. O que acaba privilegiando ambas as partes, como neste projeto de cultura que foi aqui destacado, com um caráter emancipador e participativo, colocando os investigados como partícipes do processo, prezando pela solução de determinadas problemáticas e implementação de melhorias.

A partir da finalidade deste estudo, conta-se que o objetivo foi alcançado, onde se teve a oportunidade de pulverizar as vivências de cooperados, bem como elementos que são inerentes à gestão do empreendimento cooperativo. Ainda, calha valer-se da experiência obtida neste processo pelos integrantes, a troca de conhecimentos e a convivência entre parceiros do projeto, oportunizaram esta reflexão, onde os resultados são avaliados como sendo satisfatórios.

### Referências

- FREIRE, P. D. S. et al. Memória organizacional e seu papel na gestão do conhecimento. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 14, n. 33, ago. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/25324>>. Acesso em: 08 jul. 2020.
- GERHARDT, Tatiana. Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em:<<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/52806/000728684.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 07 jul. 2020.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades - Brasil / Rio Grande do Sul /Cerro Largo**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cerro-largo/panorama>>. Acesso em: 06 jul. 2020.
- MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- PEREIRA, Claudio de Souza. Memória Organizacional: conceito e práticas em construção. **Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro, v. 37, p. 01-15, set. 2013. Disponível em:<[http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod\\_evento=1&cod\\_edicao\\_subsecao=966&cd\\_evento\\_edicao=68&cod\\_edicao\\_trabalho=15641](http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod_evento=1&cod_edicao_subsecao=966&cd_evento_edicao=68&cod_edicao_trabalho=15641)>. Acesso em: 08 de jul. 2020.
- SISTEMA OCB. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro**. Disponível em: <<https://somoscooperativismo.coop.br/publicacao/53/anuario-do-cooperativismo-brasileiro-2019>>. Acesso em: 5 jul. 2020.
- Enviado em 31/08/2020  
Avaliado em 15/10/2020

## A QUALIDADE DO ATENDIMENTO NO SERVIÇO PÚBLICO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL NA CIDADE DE PORTO VELHO EM RÔNDOIA.

Edvan Juvêncio Sobrinho<sup>28</sup>

Francisco Carlos Carvalho Lima Chaves<sup>29</sup>

Samuel dos Santos Junio<sup>30</sup>

### Resumo

Este trabalho tem como objetivo principal analisar a visão dos usuários do serviço da educação básica concernente a qualidade do atendimento do serviço público prestado (oferecido) em uma escola pública estadual da cidade de Porto Velho, Rondônia. Esta pesquisa permite identificar percepções, tendências, posições e ideias de um público-alvo específico. Foi realizada uma pesquisa descritiva com uma abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso. Adotou-se como campo empírico uma escola pública estadual da cidade Porto Velho, Rondônia. Os instrumentos utilizados na coleta de dados foi o questionário. O questionário foi realizado com cidadãos, usuários desse serviço, totalizando 80. Para análise dos dados, utilizou-se a Análise Textual Discursiva, que produziu os seguintes achados: 1) muita satisfação; 2) Satisfação; 3) Insatisfação. Os dados da pesquisa evidenciaram que a escola pesquisada está prestando um serviço considerado de qualidade, pois os dados coletados comprovam esta afirmação. Diante disso, o gestor público deve continuar com esse excelente trabalho buscando sempre a eficiência, pois é um dispositivo constitucional que precisa ser seguido, melhorar o conceito e influenciar a visão do cidadão sobre a qualidade de um serviço público sempre buscando a excelência no atendimento.

**Palavras chave:** Qualidade. Cidadão. Gestão pública. Atendimento público.

### Abstract

This work has as main objective to analyze the vision of the users of the basic education service concerning the quality of the public service provided (offered) in a state public school in the city of Porto Velho, Rondônia. This research allows to identify perceptions, trends, positions and ideas of a specific target audience. A descriptive research was carried out with a qualitative approach, such as a case study. A state public school in the city of Porto Velho, Rondônia, was adopted as an empirical field. The instruments used in data collection was the questionnaire. The questionnaire was carried out with citizens, users of this service, totaling 80. For data analysis, the Discursive Textual Analysis was used, which produced the following findings: 1) great satisfaction; 2) Satisfaction; 3) Dissatisfaction. The research data showed that the researched school is providing a service considered to be of quality, since the data collected prove this statement. Therefore, the public manager must continue with this excellent work, always seeking efficiency, as it is a constitutional device that needs to be followed, improving the concept and influencing the citizen's view on the quality of a public service, always seeking excellence in service.

**Keywords:** Quality. Citizen. Public administration. Public service.

---

<sup>28</sup> Acadêmico do curso Tecnólogo em Gestão Pública pelo Instituto Federal de Rondônia (IFRO), campus Porto Velho Zona Norte.

<sup>29</sup> Engenheiro Florestal. Acadêmico do curso Tecnólogo em Gestão Pública pelo Instituto Federal de Rondônia (IFRO), campus Porto Velho Zona Norte.

<sup>30</sup> Doutorando em Ciências da Educação pela Universidade de Trás os- Montes e Alto Douro de Portugal (UTAD). Mestre em Educação Escolar (UNIR). Professor efetivo do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia campus Porto Velho Zona Norte. Participante do Grupo de Pesquisa em Educação a Distância (GEPED) e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Inovação e Sustentabilidade da Amazônia (GEPISA).

## Introdução

A qualidade no atendimento é essencial em qualquer instituição, seja ela, pública ou privada. Principalmente na atualidade, onde lidamos com tantas mudanças organizacionais, avanços tecnológicos e capacitações nas áreas das relações humanas. Diante disso a gestão pública está sempre buscando a excelência para ofertar um serviço humanizado, digno e eficiente. Isso acaba se tornando uma preocupação diária e uma responsabilidade permanente por um serviço realmente com a qualidade devida, aos cidadãos contemplados por esse serviço.

Em uma repartição pública, o atendimento ao público deve se traduzir em uma relação entre o servidor público, que é o prestador do serviço, e o cidadão, que é o usuário. O usuário é o maior interessado em sentir essa qualidade no seu atendimento. Essa relação tem que ser pautada pela cortesia, interesse, atenção, eficiência, presteza, discrição, tolerância e objetividade. Deve-se tratar com cuidado e respeito os usuários desse serviço, aperfeiçoando continuamente o processo de atendimento com a qualidade tão almejada por esses usuários e atendê-los de forma plena.

Para que essa qualidade no atendimento seja eficiente o servidor tem que ter uma postura proativa, ou seja, ser cordial, atencioso e sentir empatia pelo usuário desse serviço, senão nunca alcançaremos a qualidade do atendimento tão almejada nesse caso concreto. Pois é muito desagradável para o usuário se sentir perdido num local desconhecido. Tratar o cidadão com atenção direcionada e demonstrar real interesse em resolver seu problema é uma das razões pelas quais um atendimento pode ser considerado realmente de qualidade. Ser cortês faz toda diferença quando se fala em um atendimento qualidade e é um aspecto totalmente relevante para um ótimo atendimento ao público.

O atendimento deve pautar-se na boa vontade e presteza, devendo o empregado evitar que os cidadãos componham longas filas à espera de solução que compete ao setor em que exerça suas funções. A atividade desempenhada pelo empregado perante a comunidade deve ser compreendida como acréscimo ao seu próprio bem-estar.

Diante da prerrogativa, a pesquisa se propôs a estudar a seguinte questão: É possível analisar a percepção dos usuários e dos profissionais da educação sobre a qualidade do atendimento do serviço público?

Com base na problemática citada, o presente estudo objetivou analisar a visão dos usuários e dos profissionais da educação concernente a qualidade do atendimento do serviço público prestado (oferecido) em uma escola pública estadual (ou Instituto Federal de Rondônia (IFRO)) da cidade de porto velho, Rondônia.

Considero assim, que investigar a qualidade do atendimento do serviço público é relevante e necessário, pois é uma forma de despertar nas instituições o desejo de mudar uma visão distorcida e proporcionar ganhos significativos para todos. Tanto para os usuários, com a satisfação pelo bom atendimento; como para os profissionais da educação, com o reconhecimento pelo seu ótimo desempenho e dedicação para prestar um serviço de excelente qualidade; principalmente para a administração pública, pois essa sempre foi alvo de inúmeras reclamações e de duras críticas quando o assunto é: “a qualidade do atendimento público”, essa é uma oportunidade ímpar de demonstrar que essa visão pode não corresponder a realidade de todas as instituições de educação da nossa capital.

A importância deste estudo se justifica pelo constante crescimento da insatisfação na qualidade do atendimento no setor público e a real importância de investir tempo e esforço na capacitação desses servidores buscando reverter esse quadro, para que possa melhorar o atendimento com estratégias para aumentar a satisfação dos usuários.

## Qualidade

Conforme o decreto 3.507 de 13 de junho de 2000 foi criado pelo Governo Federal o Programa de Qualidade no Serviço Público (PQSP), cujo objetivo é inserir o cidadão como principal foco de atenção de qualquer órgão público federal. Para tanto, determina o estabelecimento de padrões de qualidade do atendimento, realização de avaliação de satisfação do usuário por todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta e fundacional que atendam diretamente ao cidadão. Prevê ainda, no artigo 4º, a instituição do Sistema Nacional de Avaliação da Satisfação do Usuário dos Serviços Públicos, a ser implantado sob a coordenação da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a qual caberá a formulação dos critérios, metodologias e procedimentos a serem adotados pelo Sistema.

A sapiência da qualidade obedece à singularidade, do indivíduo acerca de determinado produto, serviço ou processo. Qualidade é o “conjunto das características de um produto ou serviço que lhe conferem aptidão para satisfazer necessidades explícitas ou implícitas” (LOBO, 2010).

Paladini (2004) corrobora com essa definição quando fala que qualidade se trata de uma condição necessária de capacidade para o fim ao qual se destina. Carvalho e Paladini (2012) concordam com as definições acima apresentadas, acrescentando que qualidade é estar em conformidade com as especificações.

Parece que hoje a qualidade assumiu, plenamente, um enfoque que David Garvin, que fixou 20 anos atrás um panorama transcendental, ou seja, a qualidade não está apenas no processo produtivo, no método de trabalho, no produto em si ou no serviço prestado; vai além desses pré-requisitos. (CARVALHO e PALADINI, 2012).

Dessa forma, entende-se que a qualidade teve o seu foco modificado diversas vezes, até ser compreendida como preponderante em todos os processos da organização. Sobre as eras de evolução da qualidade, a preocupação inicial era dada a inspeção ou checagem dos produtos que tinha ênfase na uniformidade. (CARVALHO e PALADINI, 2012).

Nessa era os serviços e produtos eram vistoriados individualmente, e o cliente ou usuário era coparticipante dessa inspeção, tratava-se de um processo moroso, em seguida entre os anos 30 e 50, as organizações preocupadas com a conotação da qualidade, implantou controle estatístico da qualidade onde buscavam a uniformidade com menos inspeção, reduzindo o tempo gasto, logo após concentraram-se na garantia real da qualidade e ao longo dos anos 80 o foco voltou-se para a qualidade total, onde o foco abrangia toda a cadeia de fabricação para impedir eventuais falhas e satisfazer as necessidades do usuário.

## Serviço

Para Campos (1999) um serviço de qualidade é aquele que atende as necessidades dos clientes ou usuário de forma confiável, segura e acessível em um tempo certo.

A definição de serviço pode ser extraída da NBR ISSO 9004-2, encontrada na obra de Carvalho e Paladini (2012) mostrando que se trata do “resultado gerado por atividade na interface entre fornecedor e cliente e por atividades internas do fornecedor para atender às necessidades do cliente”.

De acordo com os autores acima citados podemos observar às características dos serviços, a intangibilidade onde se apresenta que o serviço obviamente não é algo físico, a heterogeneidade ou variabilidade, que afirma que o atendimento sugere nuance de cliente para cliente, estocabilidade onde se percebe que não se trata de algo que possa ser estocado e a simultaneidade, onde se identifica que o cliente participa da produção do serviço e consome simultaneamente à sua produção.

Não havendo essa efetiva transferência de bens, quando ocorre o serviço, a avaliação da qualidade do mesmo advém das variáveis que participam deste, como os funcionários que o prestam, o ambiente interno da empresa/instituição, a estrutura física, o tempo gasto no atendimento, as formas de tratamento, ressaltando que o cliente/usuário na condição de “demandatário” faz parte da produção do resultante do serviço, ou seja, é parte integrante do processo de produção, o que influencia em sua avaliação de qualidade.

A qualidade do serviço envolve requisitos relevantes: a tangibilidade, atendimento, confiabilidade, resposta, competência, consistência, cortesia, credibilidade, segurança, acesso, comunicação, conveniência, velocidade/agilidade, flexibilidade e entendimento do cliente. São estas dimensões que determinam como o serviço pode ser avaliado gerando ou não a satisfação por parte de seus usuários (CARVALHO e PALADINI, 2012).

### **Atendimento**

A percepção da qualidade é subjetiva e como tal varia de pessoa para pessoa, cada um tem a sua percepção de qualidade acerca de um produto ou serviço. A qualidade positiva é a capacidade de satisfazer uma necessidade ou desejo de alguém, logo o serviço com qualidade é aquele que deixa o cliente satisfeito.

A qualidade nos serviços acontece quando a organização tem capacidade de oferecer serviços superiores não só para clientes ou usuários, mas também para funcionários e proprietários, assim percebe-se que a qualidade não envolve apenas público externo, mas todos que atuam na empresa (CABRAL, 2006).

A parte mais importante da prestação de serviços são as pessoas, sem pessoal bem treinado, bem administrado e motivado, não há prestação de serviços com boa qualidade. As pessoas precisam estar integradas com o trabalho (principalmente conhecer e gostar do que fazem) e com a cultura da empresa/instituição. (COUTINHO, 1994).

A qualidade no atendimento está em receber com atenção, ouvir, acolher e servir bem o usuário e tem seu início com a identificação correta das necessidades dos mesmos. É por meio das instalações físicas e do contato com os funcionários que os usuários conhecem a empresa (CABRAL, 2006).

Para Cardoso Neto (2010) a satisfação "é o sentimento de prazer ou de desapontamento resultante da comparação do desempenho esperado, ou resultado em relação às expectativas do cliente". O resultado de um bom atendimento influenciará na imagem da empresa/instituição, que poderá ser positiva ou negativa.

## **Metodologia**

Trata-se de uma pesquisa descritiva com uma abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso (GIL, 2010; ANDRÉ, 2013). Adotou-se como campo empírico uma escola pública estadual da cidade Porto Velho, Rondônia. O instrumento utilizado na coleta de dados foi questionário (GIL, 2010). Que foi aplicado aos usuários, totalizando 80 entrevistados.

Foi aplicado o questionário para compreender percepções dos mesmos sobre o atendimento ofertado no espaço investigado. O questionário, semiestruturado, foi elaborado contendo questões fechadas, objetivas, além de questões abertas, permitindo proporcionar a apresentação de pontos de vista diferentes dos participantes da pesquisa, expostos livremente, possibilitando maiores informações sobre o contexto investigado (GIL, 2010). Para a análise dos dados, foi adotada a Análise Textual Discursiva, de Moraes (2003).

## **Achados da pesquisa (análise dos dados)**

Esta sessão diz respeito a análise dos dados quantitativos e qualitativos do questionário aplicado aos usuários de uma escola pública localizada na capital do Estado de Rondônia, que foram coletados no mês de novembro de 2019. A população analisada foi composta por 80 usuários desse serviço, com a finalidade de descrever e analisar a importância da qualidade do atendimento no serviço público e na prestação desses serviços para a população onde esse serviço está sendo ofertado.

O objetivo do questionário aplicado é relacionar as respostas dos usuários da escola, com a satisfação do atendimento ao cliente. Para a realização do questionário, foi explicado aos usuários que responderam ao questionário que se tratava de uma pesquisa de satisfação, que serviria como parte de análise de dados para um trabalho científico, no qual não havia nenhuma relação de trabalho com a escola em questão. Evitou-se assim, qualquer tipo de influência nas respostas destes usuários.

Utilizou-se, para coleta de dados, um questionário contendo 12 afirmações a respeito dos quatro conceitos de qualidade adaptados de Mainardes e Lourenço (2010). As afirmações foram acompanhadas de uma escala de concordância, sendo elas: 1 – Insatisfeito, 2 – Não Sabe responder, 3 – Satisfeito, 4 – Muito Satisfeito.

## **Percepção dos usuários**

Nessa subseção apresentamos as respostas realizadas pelos usuários entrevistados. O questionário foi formulado com quatro afirmações para cada conceito. As questões de número 1 a 7, estão relacionadas com a avaliação da satisfação dos usuários com os vários departamentos da escola: direção escolar, secretária escolar, orientação escolar, coordenação escolar, com os docentes, o atendimento prestado pelos servidores que trabalham na portaria da escola, o atendimento prestado pelos servidores que trabalham na biblioteca da escola.

E as questões de número 8 a 12, são voltadas a analisar alguns aspectos intrínsecos que estão relacionados a um atendimento. Os aspectos são: a cortesia, que deve estar presente em todos os atendimentos, independente do departamento; o atendimento telefônico, onde muitos precisam utilizar esse serviço pelo fato de às vezes, pela distância ou pela falta de recursos financeiros, serem a única forma de obter informações sobre seus filhos; se os serviços prestados pela escola são satisfatórios ou não; se a reunião dos pais está de fato sendo realizada e se os pais estão satisfeitos com o conteúdo que é apresentado nas reuniões; e se a qualidade do ensino que é oferecido pela escola é de qualidade.

Partiremos para apresentar os dados referentes aos questionários aplicados. Trazemos primeiramente as respostas com respeito ao grau de Muito Satisfeitos pelos entrevistados. Conforme é visto no gráfico a seguir podemos observar o grau de satisfação dos entrevistados com todos os seguimentos investigados:

Gráfico 1 – Usuários muito satisfeitos



Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

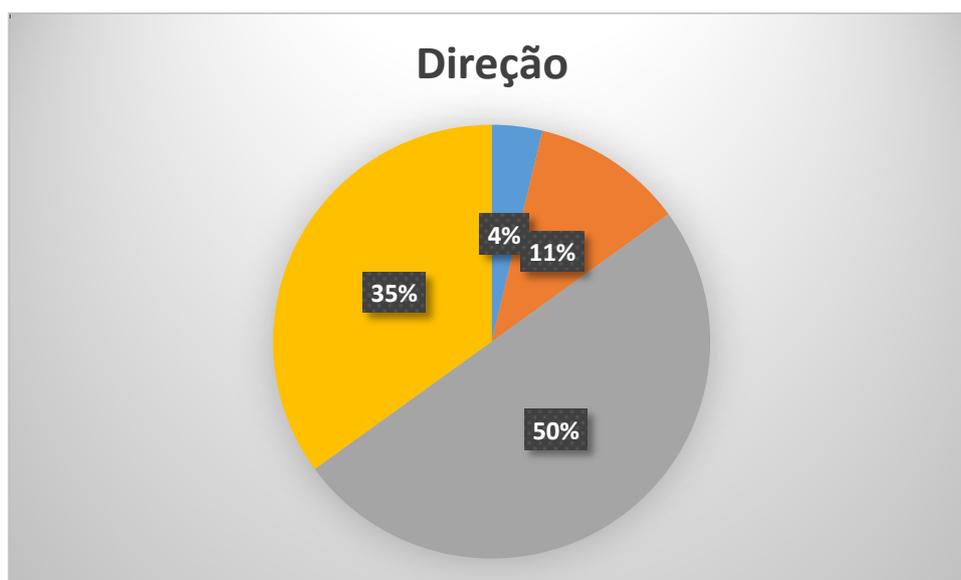
Conforme é verificado no gráfico observou a satisfação dos entrevistados em todos os seguimentos investigados. O setor com a maior satisfação observada pelos usuários é o do atendimento prestado pelos servidores da portaria, que é um setor essencial para a satisfação dos usuários. Pois está diretamente relacionado ao atendimento recebido, desde o momento que entram nas dependências da unidade escolar até a conclusão da prestação dos serviços solicitados. Afinal, eles são o cartão de visitas da escola, prestam o primeiro contato, cumprimentam, dão as primeiras informações para os usuários: para onde devem ir com quem precisam falar e etc. Neste sentido Souza (2009, p 15.) afirma que “Desde os servidores da linha de frente, que lidam diretamente com os clientes, passando pelos servidores que lhe dão suporte, todos contribuem decisivamente para a qualidade”.

Outros setores da escola que foram bastante elogiados recebendo uma porcentagem de satisfação positiva bastante significativa mostrada no gráfico acima foram: os professores, a secretária e a qualidade do ensino.

A secretaria é o local mais frequentado pelos usuários da escola, por isso devemos ter servidores eficientes, corteses, ágeis e bem capacitados, pois os serviços prestados são diversos e de suma importância, citamos alguns desses serviços, são eles: controlar e organizar os arquivos com registros da vida acadêmica dos alunos, fazer processos de registro de conclusão de cursos e colação de grau, registrar em atas as sessões e atividades acadêmicas específicas, prestar atendimento ao público, colaborar na realização do planejamento e gestão escolar e etc. Por isso, é muito importante ter um atendimento de qualidade com excelência.

Ainda a propósito, Grönroos (1993, apud SOUZA, 2009, p. 16) relata que “todos os servidores integrantes de uma organização possuem importância para a formação da qualidade de sua corporação, sendo cada qual independentemente de sua posição, responsável por uma cota na geração da qualidade de serviços ao cliente”.

Com respeito à direção da escola, observamos que o grau de satisfação corresponde a um valor bastante significativo, chegando a 85% do valor total obtido. Do total de entrevistados, 40 usuários responderam estarem satisfeitos e 28 usuários disseram estarem muito satisfeitos com o serviço prestado por esse departamento. Estando apenas 3 usuários, se mostraram insatisfeitos pelo serviço prestado e 9 usuários, não souberam responder, pelo simples fato de nunca terem precisado usar esse serviço. A seguir veremos o gráfico que demonstra esse percentual:

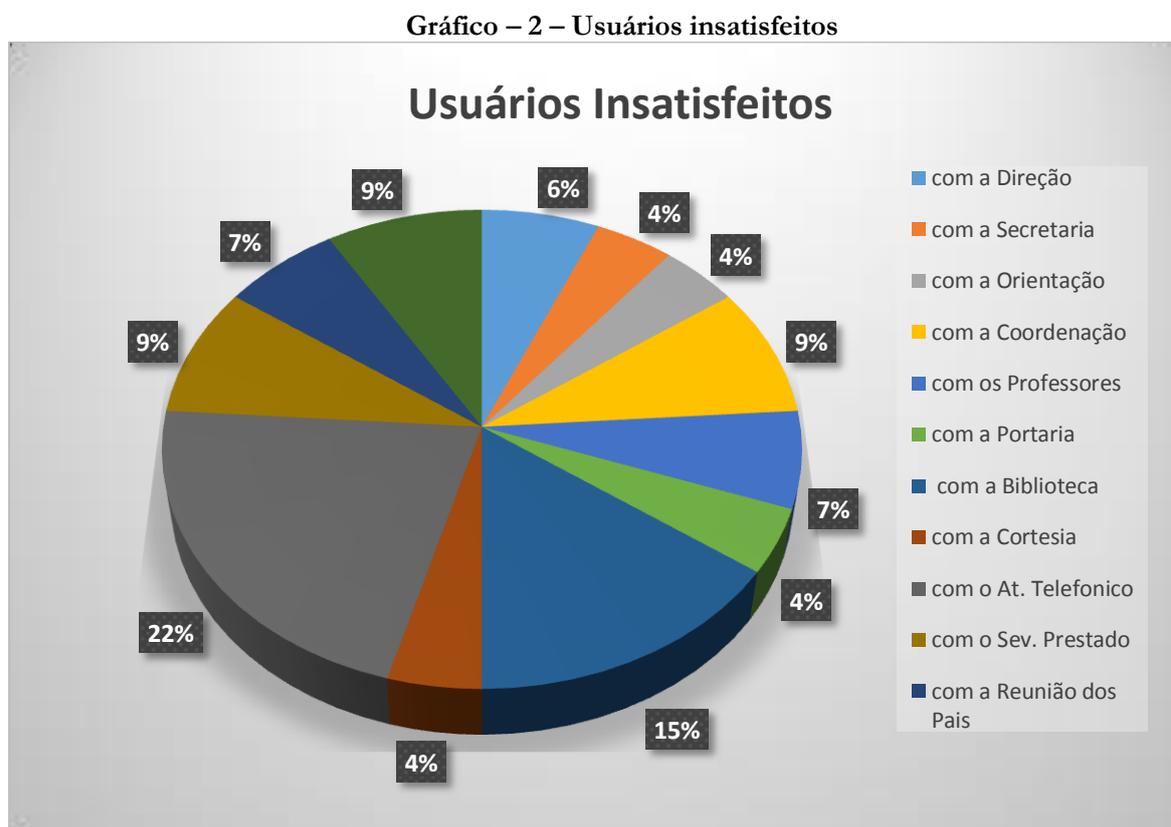


Observamos que nos setores onde o grau de satisfação dos usuários foi elevado, as expectativas dos usuários foram ao encontro do que autor cita. Segundo Kotler (2009) a satisfação é função do desempenho percebido e das expectativas. Um completando o outro, se o desempenho não atingir as expectativas, o consumidor estará insatisfeito. Se o desempenho atender às expectativas, o consumidor estará satisfeito e se excedê-las estará altamente satisfeito ou encantado.

Outro aspecto observado nas respostas dos entrevistados diz respeito ao grau de insatisfação. O setor que apresentou o maior grau de insatisfação é o setor de Atendimento Telefônico, 22% dos entrevistados mostraram insatisfação neste setor. Ao questionar alguns entrevistados sobre essa dificuldade eles fizeram algumas observações: alguns usuários ligavam várias vezes para o estabelecimento escolar, mas todas as vezes que ligaram não tiveram suas ligações atendidas; outros falaram que foram atendidas, mas até isso acontecer demorava uma eternidade; outras alegaram que mesmo tendo suas ligações atendidas, os servidores que atendiam as ligações não eram corteses; outros usuários que precisavam tirar as suas dúvidas reclamaram os

servidores que apesar de trabalharem naquele setor por longas datas, não sabiam passar a informações corretas, fazendo com que os usuários tivessem que gastar tempo e dinheiro para irem pessoalmente até a escola.

Esse número de usuários insatisfeitos pode ser constatado conforme é visto no gráfico a seguir:



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Outro dado importante com respeito a esse grau de insatisfação, diz respeito ao departamento da Biblioteca, 15% dos entrevistados reclamaram do serviço prestado pelos servidores que prestam serviço naquele setor. Foram relatados alguns episódios de insatisfação, sejam pela falta de material didático, pela falta de cortesia por parte dos servidores que atendem os usuários naquele setor; ou pelo fato dos usuários terem ido várias vezes irem à biblioteca e encontrarem aquele setor fechado em pleno horário de funcionamento.

Dando continuidade à “SATISFAÇÃO é o sentimento de prazer ou de desapontamento resultante da comparação do desempenho esperado pelo produto (ou resultado) em relação às expectativas da pessoa”. (KOTLER, 2009, p.53. grifo nosso).

O bom atendimento, quando prestado com qualidade, deve ter como aliado principal a satisfação do usuário, pois é ele quem vai disseminar a *boa qualidade* ou a *má qualidade* quanto ao serviço utilizado e isto é um fator determinante para o sucesso da organização.

Conforme o resultado analisado sobre o serviço prestado numa escola estadual localizada na capital do Estado de Rondônia. Podemos perceber que grande parte dos servidores que são antigos no serviço público, principalmente os que já estão próximos de dar entrada nas suas aposentadorias, não se preocupam em oferecer um serviço de qualidade, pois não existem, de fato, sanções rígidas para penalizar esses servidores que ficam protelando em cumprir as atribuições do seu cargo ou prestando um serviço de péssima qualidade, confiando na impunidade das nossas Leis que são brandas e até mesmo ultrapassadas.

Geralmente os superiores ou chefes imediatos desses servidores, não querem ter problemas com esses servidores antigos e os mesmos percebendo essa situação, permanecem prestando um serviço que deixa os usuários indignados e ainda ganham um ótimo salário, pois os servidores antigos têm vários benefícios que os servidores que estão entrando agora no serviço público não têm.

De acordo como a pesquisa realizada, podemos perceber que a maior parte dos entrevistados disseram estar satisfeitos com a qualidade do serviço oferecido na escola onde a pesquisa foi realizada. Isso demonstra que os gestores responsáveis pela administração da escola estadual, estão cumprindo com suas obrigações, no tange ao cumprimento do princípio da eficiência que norteia a vida dos gestores públicos, para oferecerem um serviço de excelente qualidade buscando sempre a satisfação dos cidadãos usuários desse serviço.

### **Considerações finais**

Este artigo buscou ouvir e compreender a problemática da qualidade do atendimento em um ambiente público escolar, procurando mostrar a solução e apontar possíveis obstáculos que ainda existem nesse tipo de relação, pois as instituições de ensino que fornecem serviço público possuem um rótulo de que não prestam serviços de qualidade e este estudo mostrou que a escola que foi pesquisada, através dos gestores que a estão administrando, se preocupa em mudar esta visão.

O estudo mostrou também que a qualidade não é competência de apenas um servidor público, ou de um departamento específico, mas se trata de um dever de todos os integrantes da organização. Ao longo deste trabalho foram apresentados diversos aspectos que reforçam a importância do estudo realizado. A coleta e análise de dados demonstram que os objetivos foram atingidos, uma vez que, foram apontados os aspectos que influenciaram a satisfação dos usuários dos serviços prestados pelo pronto atendimento ao cidadão. Sendo assim, o propósito de investigar os fatores que afetam a satisfação dos cidadãos com relação a qualidade do atendimento público na escola em questão, foi positivo, proveitoso e de suma importância, para a melhoria da qualidade desse atendimento.

Entretanto alguns aspectos negativos foram apontados pelos usuários, sendo necessária uma mudança nesses setores, como: o atendimento telefônico, que ficou em primeiro lugar, com o pior índice de insatisfação apontado pelos usuários e logo em seguida, a insatisfação com o atendimento que é oferecido pelos profissionais da biblioteca.

O objetivo proposto foi alcançado, porque consistia em desmistificar o mau atendimento no setor público, fazendo-se necessário entender o que é qualidade. Vendo que não é possível generalizar o mau atendimento diante da avaliação feita em apenas uma instituição estadual de ensino, e que outras instituições de ensino apresentam bons resultados, prestando um serviço público de qualidade, como foi o caso da escola estadual pesquisada.

### Referências

ANDRE, Marli. O que é um Estudo de Caso Qualitativo em Educação? **Revista da FAEEBA**, Salvador. v. 1, p.95-103, jan/jun, 2013.

\_\_\_\_\_. **Administração de Marketing: análise, planejamento, implementação e controle**. 5 ed. São Paulo: 2009.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3507.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3507.htm)

CABRAL, Bruno Araújo. **QUALIDADE NO ATENDIMENTO**, Niterói 2006.

COUTINHO, Luciano G; FERRAZ João Carlos Ferraz. **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira**. SP: Papyrusb 1994.

CARDOSO, F. A. R., NETO, A. C. **Análise da Qualidade no Setor de Serviços Segundo o Método de Avaliação SERVQUAL**. Tese de Doutorado. Curitiba UFPR 2004.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010. 200p.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência e educação**. Bauru, v. 9, n. 2, p.191-211, 2003.

SOUZA, Antônio Augusto Gentil Santos. **O papel da competência individual do Servidor da linha de frente na Percepção da Qualidade em Serviços Públicos – Estudo de caso de uma Organização Pública**. Brasília, 2009. Programa de Pós-Graduação em Administração UNB – Universidade de Brasília. Disponível em: [www.bdm.bde.unb.br/.../2009\\_AntonioAugustoGentilSantosdeSouza.pdf](http://www.bdm.bde.unb.br/.../2009_AntonioAugustoGentilSantosdeSouza.pdf).

KOTLER, Philip. **Marketing essencial: conceitos, estratégias e casos**. 2 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2005

Enviado em 31/08/2020

Avaliado em 15/10/2020

## DA CAÇA ÀS BRUXAS A HARRY POTTER: A RESSIGNIFICAÇÃO DA BRUXARIA NO SÉCULO XXI

Juliana Avila Pereira<sup>31</sup>  
Sophia Papaconstantinou<sup>32</sup>

### Resumo

O presente artigo busca tecer algumas reflexões acerca da ressignificação da figura popular “Bruxa” no século XXI. Analisando obras como Harry Potter, percebemos a naturalização e popularização do conceito de bruxaria que, em um passado não tão longínquo, levou milhares de mulheres a morte por acusações de praticar supostos atos de feitiçaria. Nesse sentido, mergulhamos no imaginário construído sobre ser bruxa no século XV e suas representações na contemporaneidade.

**Palavras-chave:** Bruxas; Harry Potter; Ressignificação.

### Abstract

This article intends to build thoughts and reflections about the resignification caused to the term "witch" in the 21st century. Analysing books such as the Harry Potter series, it becomes clear the normalization and the popularization to the concept "witchcraft", which, in a not so distant past, was used to justify the assassination of thousands of women under this accusation of supposed acts of witchcraft. In this sense, this work dives into the 15th century's collective imagination developed about "witches" and its representation in the present times.

**Keywords:** Witches;; Harry Potter; Resignification.

### Introdução

A caça às bruxas, como ficou conhecida, foi o período de apogeu da Santa Inquisição, que durou dos séculos XV até XVIII. O Santo Ofício foi uma instituição criada pela Igreja Católica que tinha por finalidade punir todos aqueles que estivessem relacionados a heresias, fugindo do padrão comportamental exigido pelos dogmas católicos e, de certa forma, ameaçando o sistema vigente estabelecido pelo mesmo. O Tribunal Inquisitorial foi um sistema jurídico responsável por torturar, julgar e matar milhares de mulheres por toda Europa, acusando-as de supostos crimes de bruxaria e malefícios para a sociedade. Naquele contexto, qualquer mulher poderia ser acusada de pactuar com o demônio, entretendo, em sua maioria, as acusadas de cometer atos de sortilégio eram mulheres viúvas, velhas, das camadas econômicas mais baixas da sociedade. Mulheres que, de alguma forma, estavam fora da tutela de um sujeito masculino, como mandava a regra, estas eram acusadas de se entregar ao malefício e bruxaria.

Nesse sentido, a figura feminina, em todo período da Inquisição, esteve no cerne da perseguição. O livro manual base do Santo Ofício, *Malleus Maleficarum*, escrito em 1484 por Heinrich Kramer e James Sprenger, é uma narrativa dividida em três partes: como identificar, julgar e punir todos aqueles acusados de bruxaria. A obra também aborda supostos relatos sobre bruxas, sabás e aparições dos demônios. Todos os crimes apontados eram passíveis de ser cometidos por ambos os sexos, entretanto, a finalidade da obra era criar uma justificativa que colocava o gênero feminino como culpado de todos os malefícios que afligiam a sociedade. Através desse discurso,

---

<sup>31</sup> Graduanda em História Licenciatura na Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Pesquisadora no grupo de pesquisa Cultura e Política no Mundo Antigo, coordenado pelo professor Jussemar Weiss Gonçalves.

<sup>32</sup> Mestranda no PPGH na Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

milhares de mulheres foram levadas a fogueira, e em seu grande número seguiram um recorte além do gênero, como afirma Gonçalves (2011):

As pretensas bruxas eram em sua maioria mulheres velhas e miseráveis, cuja condição miserável do gênero e também do lugar social facilitaria a profusão da bile negra que desequilibraria as faculdades do espírito e do corpo. (GONÇALVES, 2011, p. 7)

Esse expoente de mulheres foi a origem da construção tradicional no imaginário coletivo sobre como seriam as bruxas, ou seja, a figura caricata da senhora idosa, sempre maldosa, com verruga no nariz, feia e tendenciosa a usar preto.

A figura da bruxa ficou amplamente conhecida através de livros, filmes, séries, contos, etc. e o cinema foi um mecanismo de propagação que popularizou a imagem mais tradicional da feiticeira: a mulher velha, feia, com verruga no nariz e que age naturalmente por maldade. E esse meio de comunicação visual é um artifício cultural no qual tem poder de influenciar e formar opiniões, exercendo uma tarefa de definir os comportamentos sociais, o que é aceito ou criticado socialmente, tanto para o lado positivo quanto para o lado negativo. Enquanto uma mídia, o cinema constrói um imaginário e o apresenta para o público, entende este como “sistema de idéias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo” (PESAVENTO, 2005, p. 43). Deste modo, são muitos os filmes que abordam a figura da bruxa tradicional: O Mágico de Oz (1939), A Bruxa de Blair (1999), João e Maria - Caçadores de Bruxas (2013), e os inúmeros contos de fadas das princesas Disney, como a Branca de Neve (1937) e a Bela Adormecida (1959).

Todos os filmes acima citados trazem em seu enredo a imagem da bruxa enquanto mulher idosa e feia, sempre tendenciosa a maldade, entretanto, ao final do século XX e início do século XXI essa ideia tradicional começa a se desconstruir. A saga de livros e filmes do universo Harry Potter trouxe em seu âmago um novo sentido a ideia sobre bruxaria, enquanto em um passado não tão longínquo ser acusada de um crime tão grave como feitiçaria, na contemporaneidade este conceito foi ressignificado e tornado, através da cultura pop, algo positivo ser.

### **A cultura pop**

A figura da feiticeira está presente na mentalidade coletiva de toda uma sociedade, semeada enquanto uma senhora maldosa que busca o prazer através de discórdias. Esse imaginário cresce alimentado pelos grandes veículos de mídia: cinema e livros. Através dessa imagem tradicional da bruxa, a indústria de animação Disney animou os contos de fadas infantis para as grandes telas de cinema, trazendo para o público infante-juvenil as amáveis princesas, cuja sua vida era atrapalhada pelo desejo de poder de uma maléfica mulher que, iconograficamente, seguia o arquétipo de mulher-bruxa. Segundo Silva (2017):

Essa imagem foi claramente solidificada no imaginário social e inspirou muitos escritores a comporem personagens baseados nessa visão. Assim nasceu os contos e histórias que traziam a bruxa como a vilã, geralmente mulher, feia, velha e profundamente malvada, que conspirava contra o herói e a mocinha clássica do conto ou da história. Isso sobreviveu até os dias de hoje, o que pode ser claramente identificado se observarmos meramente nossos contos de fadas e, inclusive, falando de mídia, observarmos os desenhos animados inspirados ou não nos contos escritos: a imagem da bruxa ainda é – em sua maioria – de uma mulher velha, com poderes, malvada que conspira contra o herói e a mocinha da trama. (SILVA, 2017, p. 10)

Outro exemplo que podemos citar sobre essa noção de bruxaria enraizada na mentalidade coletiva, está presente na obra *O Mágico de Oz*, de 1939. Neste filme já temos uma leve mudança na concepção sobre bruxaria, onde nos é apresentado duas bruxas, entretanto, a “bruxa boa” não carrega nenhum estigma relacionado em sua imagem a tradicional feitiçaria, enquanto, a bruxa malvada do Oeste é caracterizada por esses traços: velha, feia, com chapéu pontudo e preto. Isso nos mostra que a bruxaria é configurada a partir da imagem que nos é apresentada nos filmes:

As bruxas do Norte e do Oeste formam dois lados de uma figura que, com o passar do tempo, abandona qualquer traço de bondade quando é excluída da sociedade para pertencer ao lado maligno sobrenatural. Embora não haja referências explícitas à religiosidade que relaciona a bruxaria diretamente com o aspecto demoníaco, nos mostra a cultura que distingue entre *The Wizard of Oz* bondade e maldade pela aparência dada ao indivíduo (DIAS; CABREIRA, 2019, p. )

No início do século XXI, estreou nas telas de cinema o mais famoso dos personagens bruxos presentes na cultura pop, Harry Potter e a Pedra Filosofal foi um filme lançado em 2001 e ele traz consigo uma nova ideia sobre a figura das pessoas ligadas a bruxaria. Não mais é aquela velha, enrugada, malvada que luta contra os heróis. Nesta obra de J. K. Rowling, não há um arquétipo para a figura bruxa, pessoas comuns que andam nas ruas podem ser um bruxo ou bruxa, não mais uma figura enrijecida em um padrão de “beleza” e um gênero.

A autora da saga Harry Potter, ainda aborda em partes dos livros sobre as “antigas bruxas”, mulheres que foram queimadas nas fogueiras por serem acusadas de feitiçaria, fazendo uma clara menção ao período em que a Inquisição perseguiu e executou milhares de inocentes. Em uma passagem do livro Harry Potter e o Prisioneiro de Azkaban é dito:

Harry correu a ponta da caneta de pena de águia pela página, franzindo a testa, à procura de alguma coisa que o ajudasse a escrever sua redação, “A queima de bruxas no século XIV foi totalmente despropositada – discuta”. A caneta pousou no alto de um parágrafo que pareceu a Harry promissor. Ele empurrou os óculos redondos para a ponte do nariz, aproximou a lanterna do livro e leu: Os que não são bruxos (mais comumente conhecidos pelo nome de trouxas) tinham muito medo da magia na época medieval, mas não tinham muita capacidade para reconhecê-la. Nas raras ocasiões em que apanhavam um bruxo ou uma bruxa de verdade, a sentença de queimá-los na fogueira não produzia o menor efeito. O bruxo, ou bruxa, executava um Feitiço para Congelar Chamas e depois fingia gritar de dor, enquanto sentia umacocegazinha suave e prazerosa. De fato, Wendelin a Esquisita gostava tanto de ser queimada na fogueira que se deixou apanhar nada menos que quarenta e sete vezes, sob vários disfarces. (Rowling, 2015, p. 7)

Para além desta menção a Caça às bruxas, período do tribunal do Santo Ofício, no universo Harry Potter existem diversas outras alusões a esta parte real da história europeia, misturando ficção com fatos. Em outras passagens de livros relacionados a essa saga, é contado sobre os caçadores de bruxas (paralelos aos inquisidores), e também encontramos a figura tradicional da bruxa, só que com outro nome, “Megera”. As Megeras são mulheres enverrugadas, velhas, e, em maioria, maléficas. Elas seguem o perfil da bruxa medieval, pois tinham por hábito alimentar-se de bebês e crianças:

“Enquanto megeras deslizavam pelo lugar à procura de crianças para comer” (ROWLING, 2017, p.11)

Este é o mesmo argumento utilizado no período da Inquisição, onde as mulheres eram supostamente acusadas de assassinar crianças recém-nascidas em rituais sabáticos com a presença do Demônio.

## A ressignificação da mentalidade coletiva

Segundo o historiador Jacques Le Goff(1995) “A mentalidade [...] é aquilo que muda mais lentamente, história das mentalidades, história da lentidão na história” (LE GOFF, 1995, 71). Nesta perspectiva, a representação da figura “bruxa” que habita no imaginário popular desde o período medieval é desconstruída e reconstruída em processo lento e gradual, muitas vezes oscilando em sua imagem. Com o advento da chegada do século XXI e com representações cinematográficas e literárias de novos elementos ligados a figura da feitiçaria, a figura da bruxa toma um novo conceito. Dias e Cabreira (2019) sintetizam essa mudança como:

A representação da bruxa adquire outro patamar com a chegada do novo milênio, evoluindo para libertá-la, quase que completamente, da imagem satânica que ainda poderia carregar. Sucessos do cinema e da TV como a saga (2001 - 2011) e Harry Potter The mistsof Avalon (2002), [...] consolidam uma restauração dos conceitos que envolvem a feitiçaria, ambas produções retratando a magia como alheia aos conceitos que a condenam. (DIAS; CABREIRA, 2019, p.191)

A saga de filmes e livros Harry Potter trouxe uma nova face para a figura da bruxa, ressignificando o imaginário coletivo. Não mais esta figura é ligada somente ao feminino e a maldade, o próprio vilão em Harry Potter é um homem, Lord Voldemort. Na mesma linha de Animais Fantásticos e Onde Habitam, franquia mais recente ligada ao universo mágico de HP, onde o principal vilão também é ligado à figura masculina.

A magia deixa de ser exclusiva do Demônio e passa a ser universal, seu uso tanto para o bem quanto para o mal depende da índole do feiticeiro. Também, talvez um dos fatos mais importantes, [...] a maldade é representada por um homem, [...], não mais pela bruxa mulher. (DIAS; CABREIRA, 2019, p.189)

Desta forma, nesse universo, ser bom ou mau varia nas prioridades de cada personagem, tanto do gênero feminino como masculino, desvinculando a ideia construída pelos inquisidores Kramer e Sprenger(2017), no século XV, que a mulher seria “naturalmente” tendenciosa ao pecado, no *Malleus Maleficarum*.

A magia também é nata nos descendentes dos bruxos, em oposição aos “trouxas”; no entanto, sem qualquer referência religiosa, ela tem a liberdade, [...] e do mal, dependendo do mago que as usa. Tanto a magia benevolente quanto a magia das trevas são acessíveis a todos os bruxos, [...] deixando a responsabilidade do uso a cargo da consciência individual. (DIAS; CABREIRA, 2019, p.192)

A partir de Harry Potter outros filmes e séries foram lançados com o mesmo conceito de bruxaria, como, por exemplo, a série O Mundo Sombrio de Sabrina, lançado em 2018, que nos apresenta outra imagem da bruxa, enquanto uma menina comum. Esse esboço da bruxa vem mudando gradativamente com os anos, transformando uma ideia coletiva já traçada a séculos atrás.

No entanto, com o passar do tempo, tal imagem vem sendo apresentada sob diversas outras perspectivas, tanto quando consideramos a literatura quanto o cinema. Da tradicional feiticeira assustadora que adquire seus poderes em conluio com o Demônio até crianças que usam seus poderes natos na luta contra forças maléficas, as bruxas povoam a imaginação da sociedade desde seus primórdios. (DIAS; CABREIRA, 2019, p.180)

No passado, ser acusada de simples suspeita de bruxaria era praticamente uma condenação à morte. Hoje em dia, ser bruxo ou bruxa e viver em um universo construído nas telas de cinema e livros constituem um sonho de vários jovens, pois através de muitas películas produzidas para as grandes telas a figura de bruxa foi, aos poucos, desconstruída e tornada de algo extremamente negativo para algo positivo e desejável.

## Conclusão

Nesta perspectiva, defendemos que a figura tradicional da velha feiticeira maléfica, construída no período medieval, e que foi o motor de milhares de mortes de mulheres que rompiam o padrão esperado de feminino no período, foi inicialmente solidificado por um discurso cristão e, com o passar dos anos, alimentado pela sociedade civil, em seu imaginário, através de lendas e histórias. Os contos das princesas que propagaram por muitos anos a imagem tradicional da bruxa foi outra alavanca que povoou esta figura enraizada até o século XX. Entretanto, com a chegada do novo milênio essa ideia é ressignificada, tornando o imaginário popular no século XXI o conceito da bruxaria algo positivo, onde o público infante-juvenil sonha em ser um bruxo ou bruxa, ideia esta, que a menos de três séculos atrás poderia ser motivo de linchamento social, tortura e, por fim, morte pela fogueira.

## Referências

- DIAS, B. V. K.; CABREIRA, R. H. U.. A IMAGEM DA BRUXA: DA ANTIGUIDADE HISTÓRICA ÀS REPRESENTAÇÕES FÍLMICAS CONTEMPORÂNEAS. **Ilha do Desterro**. v. 72, nº 1, p. 175-197, Florianópolis, jan/abr 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8026.2019v72n1p175>. Acessado em: 19 jun. 2020.
- GONÇALVES, B. G. D. O. O MAL DA BRUXARIA. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299637317\\_ARQUIVO\\_2011-XXVIANPUH-Artigo-Omalda Bruxaria.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299637317_ARQUIVO_2011-XXVIANPUH-Artigo-Omalda Bruxaria.pdf) Acessado em: 19 jun. 2020.
- LE GOFF, J & NORRA, P. **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1995.
- KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **OMartelo das Feiticeiras**. Tradução de Paulo Fróes. – 28º Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2017.
- PESAVENTO, Sandra Jatthy. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- Rowling, J.K. **Animais Fantásticos e Onde Habitam**. Ilustração de Olivia L. Gill; Tradução de Lia Wyler – 1ª Ed. – Rio de Janeiro: Rocco, 2017.
- \_\_\_\_\_. **Harry Potter e o Prisioneiro de Azkaban**. Ilustrações de Mary GrandPré; Tradução de Lia Wyler – 1ª Ed. – Rio de Janeiro: Rocco, 2015.
- SILVA, Dartagnan Abdias. A bruxa moderna e a personagem ressignificada: relações entre o religioso e a mídia. **Sacrilegens**, Juiz de Fora, v.13, n.2, p.04-22, jul-dez. 2016. Disponível em: <http://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2017/04/13-2-2.pdf> Acessado em: 22 de jun. 2020.

Enviado 31/05/2020

Avaliado em 15/10/2020

## **POLÍTICA PÚBLICA PARA FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES NO SUS E INTEGRAÇÃO SERVIÇO-ENSINO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA DE 2015 A 2020**

**Kamila Caixeta e Ferreira Renovato<sup>33</sup>  
Marli Terezinha Vieira<sup>34</sup>**

### **Resumo**

Este trabalho tem como objetivo verificar o que versam as publicações entre 2015 a 2020 quanto a formação dos trabalhadores da saúde para o SUS. Optou-se pela revisão sistemática, realizando buscas na base de dados CAPES, pelo assunto integração serviço e ensino e formação no SUS, selecionando 15 artigos. Verifica-se que o desafio da integração serviço ensino é a questão relativa a função dos trabalhadores da rede, na formação dos acadêmicos em saúde. Recomenda-se que ocorra uma relação próxima entre a ocupação e a academia, promovendo discussões constantes de melhoria nas propostas curriculares, bem como nós serviços.

**Palavras-chave:** Integração Serviço Ensino; SUS; Formação no SUS.

### **Abstract**

This work aims to verify what the publications between 2015 and 2020 are about the training of health workers, for SUS. We opted for a systematic review, searching the CAPES database for the subject of service integration and education and training in SUS, selecting 15 articles. It appears that the challenge of integrating the teaching service is the issue related to the role of network workers in the training of health academics. It is recommended that there be a close relationship between the occupation and the academy, promoting constant discussions to improve curricular proposals, as well as services.

**Keywords:** Teaching-service integration; SUS; Training at SUS.

### **Introdução**

A condução de políticas públicas no Brasil tem como objetivo contemplar as necessidades da sociedade. Para tentar viabilizar uma proposta de transformação/melhoria do sistema de saúde brasileiro, na década de 90, criou-se o Sistema Único de Saúde (SUS) através da Lei 8080/90.

A Constituição Federal de (1988), junto ao SUS, provocou um aumento nas discussões em relação a formação dos profissionais de saúde no SUS. A partir deste momento o SUS assumiria o papel na reorientação das estratégias e do modo de cuidado para com as pessoas, sendo de forma individual ou coletiva; além de provocar importantes repercussões nas estratégias profissionalizantes.

Como forma de fortalecer o ensino e o aprendizado, observou a importância da reorganização do sistema de saúde, mediante as mudanças no desenvolvimento profissional. Um dos meios propostos pelo Ministério da Saúde (MS) e Ministério da Educação (MEC) foi através da integração serviço ensino.

---

<sup>33</sup> Mestranda Profissional Gestão de Políticas Pública (UFT); Pós Graduada em Gestão de Saúde Pública; Pós Graduada em Fisioterapia Neurofuncional

<sup>34</sup> Docente da Universidade Federal de Tocantins. Mestrado profissional PROFIAP e PROFNIT. Doutora em Administração pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP

Entende-se por integração serviço ensino o trabalho coletivo, pactuado e integrado de estudantes e professores dos cursos da área da saúde com trabalhadores que compõem as equipes dos serviços de saúde, incluindo-se os gestores, visando à qualidade de atenção à saúde individual e coletiva, à qualidade na geração deste profissional e ao desenvolvimento/satisfação dos trabalhadores dos serviços (ALBUQUERQUE *et al*, 2008).

Segundo Vendruscolo, Prado e Kleba (2016), o desafio é reconhecer a integração ensino-serviço como o alicerce da construção de um novo modo de ensinar, aprender e fazer, efetivos para todos os sujeitos envolvidos: docentes, discentes, gestores das Instituições de Ensino (IEs) e do SUS, profissionais e população.

Assim, o objetivo deste estudo é verificar sobre o que versam as publicações entre 2015 e maio de 2020 quanto a formação dos trabalhadores da saúde, para o SUS. Optou-se pela revisão sistemática como forma de buscar o conhecimento, realizando pesquisa de artigos nas bases de dados CAPES, bem como em livros e na Constituição Federal.

## **Referencial Teórico**

### **Sistema Único de Saúde (SUS) como campo de prática**

Uma das políticas mais fantástica criadas no Brasil é o Sistema Único de Saúde (SUS). Através dos movimentos da reforma sanitária, nos anos 70, construiu as bases do SUS criando condições de possibilidade para que a saúde se tornasse direito de todos e dever do Estado (PASSOS; CARVALHO, 2015). A Constituição Federal, promulgada em 1988 e as Leis Complementares de Saúde, aprovadas pelo Congresso Nacional em 1990 garantiu o direito universal à saúde, um sistema descentralizado, organizado de forma hierarquizada, com participação da comunidade conhecido como SUS (CORTES, 2014).

Um dos grandes desafios do SUS é assegurar os três princípios fundamentais que são: universalidade do acesso, integralidade do cuidado e equidade das ofertas (PASSOS; CARVALHO, 2015). Porém, outro desafio relevante que levou a um intenso debate em todas as profissões da área da saúde, foi a urgência em transformar o ensino e as práticas de atenção à saúde (VENDRUSCOLO; PRADO; KLEBA, 2016).

Na Constituição Federal em seu art. 200, III e IV relata que compete à gestão do SUS o ordenamento da formação de recursos humanos na área da saúde, bem como o incremento, na sua área de atuação, do desenvolvimento científico e tecnológico. No art. 27 da lei 8080/90 reconhece que os serviços públicos que compõem o SUS constituem campo de prática para o ensino e a pesquisa, de modo a articular os interesses das Instituições de Educação Superior (IES) e do SUS, com vistas à melhoria da qualidade do atendimento à população (CAVALHEIRO; GUIMARÃES, 2011).

No Brasil, a saúde é o setor que vem sendo submetido ao mais significativo processo de reforma de Estado, protagonizado por importantes segmentos sociais e políticos. Por essa razão, as várias instâncias do SUS devem cumprir um papel indutor no sentido das mudanças, tanto no campo de práticas de saúde como no campo da formação profissional (BRASIL, 2003).

Uma proposta de ação estratégica do SUS para conseguir a organização dos serviços e dos processos formativos, bem como das práticas de saúde e pedagógicas é através da educação permanente. Iremos abordar no próximo tópico.

## **Integração Ensino e Serviço: um dos quadriláteros da Educação Permanente**

A Educação Permanente em Saúde (EPS) é assimilada como um conceito pedagógico que relaciona ensino, serviço, docência e saúde, contribuindo para o desenvolvimento profissional, a gestão setorial e o controle social (FRANÇA *et al*, 2017). A EPS tem por base os pressupostos da aprendizagem significativa que devem ser orientadores das ações de desenvolvimento profissional e das estratégias de mudança das práticas de saúde (BRASIL, 2003).

Conforme já relatado anteriormente havia uma necessidade de implantar uma política voltada para a questão dos recursos humanos no SUS e que priorizava os processos de mudanças na formação dos trabalhadores da saúde. Por estes motivos o Ministério da Saúde (MS) instituiu-se o Departamento de Gestão da Educação na Saúde (DEGES) (CAVALHEIRO; GUIMARÃES, 2011), da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) que lança em 2004, a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), tendo como uma de suas âncoras a responsabilização dos serviços de saúde com a transformação das práticas dos trabalhadores (VENDRUSCOLO; PRADO; KLEBA, 2016).

A formação e desenvolvimento para o conjunto dos trabalhadores da saúde que incluiu: os pólos de educação permanente; a certificação dos hospitais de ensino; o AprenderSUS, o VerSUS, o Pró-Saúde, e as Residências Multiprofissionais (CAVALHEIRO; GUIMARÃES, 2011).

Como forma de estratégias nacionais de incentivo para integrar ensino e assistência, fortalecendo assim a perspectiva da integração serviço ensino, foi reformulado ações/programas que se destacam como: AprenderSUS, Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) e o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-saúde) (KHALAF *et al*, 2019).

Em 2007, a PNEPS é revisada através de uma proposta que resultou na Portaria nº 1.996 a qual sugere que a PNEPS deva caminhar mais atrelado às diretrizes operacionais da gestão do SUS e ao regulamento do Pacto pela Saúde (CAVALHEIRO; GUIMARÃES, 2011).

De acordo com Vendruscolo, Prado e Kleba (2016 p. 248 apud BRASIL, 2007b) para a condução desta política indicou como estratégia as Comissões Permanentes de Integração Ensino/Serviço (CIES) que são instâncias intersetoriais e regionais, compostas pelos gestores da saúde, gestores da educação, trabalhadores do SUS, instituições de ensino com curso da saúde.

A PNEPS foi um marco importantíssimo no fortalecimento do SUS, pois além de inseri-la na vida das instituições (ensino e saúde), oficializou as CIES como importante espaço de articulação interinstitucional para integração serviço e ensino (CAVALHEIRO; GUIMARÃES, 2011).

Conforme Passo e Carvalho (2015) o desafio da formação em saúde é sintonizar o modo de fazer o cuidado e a sua gestão com a aposta democratizante do SUS. Garantir a participação dos sujeitos envolvidos nas práticas de saúde é garantir o protagonismo do processo de produção de sua saúde e de formação dos trabalhadores do SUS. O desafio é de transformar a prática em saúde sobre sujeitos em uma prática com sujeito, ou seja, de meros pacientes ou usuários dos serviços de saúde, esses sujeitos, assumem uma posição ao lado do trabalhador e aluno, o que altera a maneira de organizar as práticas de saúde, muitas vezes marcadas pela hierarquia dos diferentes e pelo corporativismo dos iguais.

Apesar de todas as dificuldades relatadas a integração ensino-serviço é o caminho para transformar as práticas. O aprender e o ensinar, englobado a rotina das organizações e do processo laboral e aos problemas enfrentados, somados aos conhecimentos e experiências prévias dos sujeitos, prometem garantir essa transformação (VENDRUSCOLO; PRADO; KLEBA, 2016).

## Metodologia

Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura que, considerada como uma forma de revisão sistemática através da ampla análise de publicações sobre integração ensino e serviço com foco na formação dos profissionais da área da saúde para o SUS.

Conforme Galvão e Pereira (2014) a revisão sistemática trata-se de um tipo de investigação focada em questão bem definida, que visa identificar, selecionar, avaliar e sintetizar as evidências relevantes disponíveis. Os métodos para elaboração de revisões sistemáticas prevêm: (1) elaboração da pergunta de pesquisa; (2) busca na literatura; (3) seleção dos artigos; (4) extração dos dados; (5) avaliação da qualidade metodológica; (6) síntese dos dados (metanálise); (7) avaliação da qualidade das evidências; e (8) redação e publicação dos resultados.

Essa revisão analisou os artigos apresentados no Portal Periódicos CAPES, selecionando como forma de busca, o assunto. Inicialmente foi colocada a palavra-chave: integração serviço e ensino e formação no SUS. Foram encontrados 229 artigos relacionados ao assunto. Para filtrar a busca o segundo critério foi o ano de publicação: período de 2015 a maio 2020, encontrando 115 artigos.; e após a leitura dos resumos o terceiro critério o filtro para a área da saúde. Assim foram escolhidos quinze (15) artigos. Todos os selecionados discutem sobre a integração serviço ensino na formação de profissionais da saúde no SUS.

Para a análise dos dados qualitativos, utilizou-se o seguinte roteiro de procedimentos (GIL, 2006): leitura atenta dos textos/artigos que se pretende interpretar; análise e destaque dos elementos dos textos/artigos; busca por padrões nos textos/artigos analisados (semelhanças); agrupamento das palavras-chave.

## Resultados

Foram identificados, ao todo, 15 artigos sobre integração ensino serviço na formação de profissionais da saúde, datados de 2015 a 2019. Foram publicados 06 artigos no ano de 2015, 02 artigos no ano de 2016, 04 artigos no ano de 2017, 02 artigos no ano de 2018 e 01 artigo no ano de 2019 (Quadro 01). Ao longo dos anos analisados observamos que não houve uma produção homogênea.

Constatou-se que 72 autores foram responsáveis pelos 15 artigos analisados, desses, uma autora colaborou em dois artigos, ambos publicados em 2015; e outro autor colaborou em dois artigos, um publicado em 2015 e outro em 2017. Durante a análise dos trabalhos publicados, foi observado que 33,3% foram escrito por seis ou mais autores, 33,3%, foi escrita por cinco autores, 20% por dois autores e 13,3% por três autores.

Continuando a análise das características metodológicas das publicações selecionadas, ao observamos o Quadro 01, percebe-se que a maioria trata-se estudo qualitativo (40%), seguindo de relato de experiência (20%). O cenário de atuação mais focado foi a atenção básica à saúde com 06 estudos (40%). Já os cursos envolvidos nos estudos, destacam-se aqueles que abordam mais de um curso – 06 (40%). Observou que dos 15 artigos selecionados no Portal dos Periódicos Capes a maioria deles foi publicados na revista Ciência & Saúde Coletiva – 7 (46,6%).

**Quadro 01: Distribuição das principais características metodológicas dos 15 artigos analisados.**

CARACTERÍSTICAS	N	%
<b>Ano de Publicação</b>		
2015	06	40,0
2016	02	13,3
2017	04	26,6
2018	02	13,3
2019	01	6,66
Maior de 2020 não houveram artigos TOTAL	15	0
<b>Metodologia aplicada</b>		
Qualitativo	06	40,0
Quantitativo	01	6,66
Qualitativo/Quantitativo	02	13,3
Relato de experiência	03	20,0
Reflexão Teórica	02	13,3
Resenha	01	6,66
<b>Cenário das pesquisas</b>		
Atenção básica	06	40,0
Cuidado Domiciliar	01	6,66
Gestão	01	6,66
Vigilância em Saúde	01	6,66
Saúde Mental	01	6,66
Não específico	05	33,3
<b>Cursos Envolvidos</b>		
Medicina	01	6,66
Odontologia	03	20,0
Residente	01	6,66
Mais de um curso	06	40,0
Não específico	04	26,6

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação aos temas abordados nos artigos a maioria dos trabalhos, nove, que totalizam em sessenta (60%) relatam a importância das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) instituídas nos cursos de graduação da saúde. Com isto reforçam a aproximação entre a educação e saúde, pontuando como a formação dos profissionais desta área deve contemplar: o trabalho em equipe; atuação em cenários de práticas diferenciadas. Neste entendimento é importante a atenção integral a saúde, ou seja, (trabalhar na ênfase de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação); profissionais capazes de atuar com eficiência.

Com a DCN houve um fortalecimento da integração ensino e serviço para a melhoria da formação dos profissionais. Com isto, o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, promoveram incentivos acadêmicos e financeiros para as instituições de ensino superior como o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde). Sete artigos descrevem sobre este programa. Segundo Conceição *et al* (2015, p. 846) “o PET-Saúde visa fomentar a formação de grupos de aprendizagem tutorial em áreas estratégicas para o SUS”. Já Gonçalves *et al* (2015) complementa que o PET-Saúde estimula a aproximação da academia aos serviços não hospitalares incentivando a formação na atenção primária.

Para reforçar a importância deste programa, o estudo realizado por Farias-Santos e Noro (2017) demonstra que alunos que participaram do PET-Saúde tiveram desempenho superior em todas as médias na prova do ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudante). Concluíram que o programa contribuiu significativamente para a formação diferenciada desses alunos.

Outro fator relevante é a interprofissionalidade, ou seja, saber atuar com profissionais de diversas áreas. A integração entre serviço e ensino busca a troca de saberes e entre as profissões. Conforme Madruga et al (2015) a Educação Interprofissional é aquela em que se aprende de maneira colaborativa.

Apenas um artigo apresenta a residência, através de relato de experiência, como outra forma de fortalecimento da integração serviço ensino (ROCHA et al, 2017). O que chama atenção é sobre a CIES – Comissão Permanente de Integração Ensino/Serviço. Os pesquisadores estudaram como as CIES contribuíram com a Política de Educação Permanente. Concluíram que as CIES como instância e espaços de negociação, pactuações e desenvolvimento da educação permanente. (FRANÇA et al, 2017).

O desafio da integração serviço ensino é a questão relativa a função dos trabalhadores da rede de educação seja na atenção básica, na especialidade ou no hospital, na formação dos acadêmicos em saúde, a co-responsabilidade dos serviços pela formação de profissionais da saúde.

### **Considerações finais**

Assim, com o presente estudo teórico objetivou-se verificar o que versam as publicações quanto a formação dos trabalhadores da área da saúde, para o SUS. Os objetivos da pesquisa foram atendidos.

Destaca-se que a integração entre ensino e serviço dá a possibilidade ao acadêmico de aplicar seus conhecimentos teóricos no cenário de prática e aprender além da teoria. A capacidade dos alunos observarem, por meio de um olhar ampliado sobre o processo saúde-doença e, vivenciar a rotina de trabalho, a interprofissionalidade demonstra a relevância da integração ensino e serviço na formação de profissionais com o SUS.

Segundo Albuquerque *et al* (2015) o processo de formação dos universitários deve fazer parte do processo de produção e apropriação do conhecimento, o que permitirá a intervenção consciente dos estudantes sobre a realidade de modo a transformá-la. Através da integração serviço e ensino se busca essa transformação mudando a práticas dos serviços.

Sem a intenção de esgotar o assunto, recomenda-se o acompanhamento das pesquisas publicadas, com a finalidade de se verificar a evolução do estudo. Sugere-se, ainda, que ocorra uma relação mais próxima entre a atividade profissional e a academia, promovendo discussões constantes de melhoria nas propostas curriculares o que impactam de forma positiva, no que se refere a qualificação para o mercado de trabalho.

### Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, V. S.; GOMES, A. P.; REZENDE, C. H. A.; SAMPAIO, M. X.; DIAS, O. V.; LUGARINHO, R. M. A Integração Ensino-serviço no Contexto dos Processos de Mudança na Formação Superior dos Profissionais da Saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica** 32 (3) : 356 – 362 ; 2008.
- ALBUQUERQUE, G. S. C.; RODRIGUES, B. S.; ROCHA, E. G.; CARVALHO, I. L. F.; MARQUES, I. C. S.; LIMA, R. L.; GRASSELLI, V.; MURAKAMI, V. Y. C. Integração ensino/serviço/comunidade: a extensão como constituinte orgânico da formação universitária. Relato de experiência. **Rev. Ciênc. Ext.** v. 11, n.2, p. 151-160, 2015.
- BRASIL. Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União . Brasília, 20 set. 1990; Seção I.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 1996, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 22 ago. 2007; Seção I.
- BRASIL. Ministério da Saúde, Departamento de Gestão da educação na Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Política de Formação e Desenvolvimento para o SUS: Caminhos para a educação permanente em saúde. Brasília: MS; 2003.
- CAVALHEIRO, M. T. P.; GUIMARÃES, A. L. Formação para o SUS e os Desafios da Integração Ensino Serviço. **Caderno FNEPAS**, Rio de Janeiro, vol. I, Dezembro, 2011.
- CONCEIÇÃO, M. R.; VICENTIN, M. C. G.; LEAL, B. M. M.L.; AMARAL, M. M.; FISCHER, A. B.; KAHHALE, E. M. P.; ROSA, E. Z.; SPOLAOR, J.; SAES, D. Interferências criativas na relação ensino-serviço: itinerários de um Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde). **Interface Comunicação Saúde Educação**, 2015; 19 Supl I: 754-55.
- CORTES, S. V. O Sistema Único de Saúde no Brasil: uma avaliação. In: MADEIRA, L. M. (Org.) **Avaliação de Políticas Públicas**. Porto Alegre: UFRGS/ CEGOU, 2014.
- EMMI, D. T.; SILVA, D. M. C.; BARROSO, R. F. F. Experiência do ensino integrado ao serviço para formação em Saúde: percepção de alunos e egressos de Odontologia. **Interface Comunicação Saúde Educação**, 2018; 22 (64): 223-36.
- FARIAS-SANTOS, B. C. S.; NORO, L. R. A. Pet-Saúde como indutor da formação profissional para o Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, 22 (3): 997-1004, 2017.
- FRANÇA, T.; MEDEIROS, K. R.; BELISARIO, S. A.; GARCIA, A. C.; PINTO, I. C. M.; CASTRO, J. L.; PIERANTONI, C. R. Política de Educação Permanente em Saúde no Brasil: a contribuição das Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço. **Ciência & Saúde Coletiva**, 22 (6): 1817-1828, 2017.
- FORTE, F. D. S.; PESSOA, T. R. R. F.; FREITAS, C. H. S. M.; PEREIRA, C. A. L.; JUNIOR, P. M. C. Reorientação na formação de cirurgiões-dentistas: o olhar dos preceptores sobre estágios supervisionados no Sistema Único de Saúde (SUS). **Interface Comunicação Saúde Educação**, 2015; 19 Supl I: 831-43
- GALVÃO, T. F.; PEREIRA, M. G. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 183-184, mar 2014. Disponível em: <[http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-49742014000100018&lng=pt&nrm=iso](http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742014000100018&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 01 jun. 2020.
- GIL, A. C. **Gestão de Pessoas: Enfoque nos Papéis Profissionais**. 10ª ed. 6ª reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.
- GONÇALVES, R. C. R.; GONÇALVES, L. G.; COVRE, L.; LAZARINI, W. S.; DALBELLO-ARAUJO, M. Nós em rede: vivências da parceria ensino-serviço produzidas pelo Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde. **Interface Comunicação Saúde Educação**, 2015: 19 Supl I: 903-12.
- HWEMANN, A. P.; LACERDA, M. R.; MAFFUM, M. A.; BERNARDINO, E.; MELLO, A. L. S. F. O processo de ensinar e aprender o cuidado domiciliar nos cursos de graduação em saúde. **Ciências & Saúde Coletiva**, 27(7): 2383-2392, 2017.

KHALAF, D. K.; REIBNITZ K. S.; VENDRUSCOLO C.; LIMA M. M.; OLIVEIRA V. B. C. A.; CORREA A. B. Integração ensino-serviço sob a percepção dos seus protagonistas. **Rev. Enferm. UFSM**. 2019 [Acesso em: 2019 ago 29]; vol ex: 1-20. Disponível em [:https://periodicos.ufsm.br/reufsm/rt/printerFriendly/31464/html](https://periodicos.ufsm.br/reufsm/rt/printerFriendly/31464/html)

MADRUGA, L. M. S.; RIBEIRO, K. S. Q. S.; FREITAS, C. H. S. M.; PÉREZ, I. A. B.; PESSOA, T. R. R. F.; BRITO, G. E. G. O PET-Saúde da Família e a formação de profissionais da saúde: a percepção de estudantes. **Interface Comunicação Saúde Educação**, 2015; 19 Supl I:805-16

PASSOS, E.; CARVALHO, Y. M. A formação para o SUS abrindo caminhos para a produção do comum. **Saúde soc.** [online] 2015, vol.24, supl.1, pp.92-101. Disponível em:[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104129020150005000092&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104129020150005000092&script=sci_abstract&tlng=pt)

PESSOA, T.R.R.F.; NORO, L. R. A. Caminhos para a avaliação da formação em Odontologia: construção de modelo lógico e validação de critérios. **Ciências & Saúde Coletiva**, 20(7): 2277-2290, 2015.

ROCHA, A. F.; BREIER, A.; SOUZA, B.; ALMEIDA, C.N.; SANTOS, C. M.; ROHLOFF, C. C.; SCARIOT, E. L.; AZAMBUJA, J. V. R.; CARTANA, J. B.; CANAL, N.; SANTOS, N. M.; REINHER, S. G. M. Sobre a Residência Integrada em Saúde com ênfase em Vigilância em Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, 22 (10);3467-3472, 2017.

SANTOS, L. V.; BRASIL, M. L. Resenha do Livro - Educação e Saúde na Perspectiva Interprofissional: Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde – Redes de Atenção a Saúde – PET – RAS. João Pessoa: Ideia; 2016

VENDRUSCOLO, C.; FERRAZ, F.; PRADO, M. L.; KLEBA, M. E.; REIBNITZ, K. S. Integração ensino-serviço e sua interface no contexto da reorientação da formação na saúde. **Interface Comunicação Saúde Educação**, 2016; 20(59): 1015-25.

VENDRUSCOLO, C.; PRADO, M. L.; KLEBA, M. E. Reorientação do Ensino no SUS, para além do quadrilátero, o prisma da educação. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, p. 246-260, Set./Dez. 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/5420>

ZARPELON, L. F. B.; TERCENIO, M. L.; BATISTA, N. A. Integração ensino-serviço no contexto das escolas médicas brasileira: revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, 23 (12): 4241-4248, 2018.

Enviado em 31/08/2020

Avaliado em 15/10/2020

## **CARREIRA FEMININA E O TETO DE VIDRO: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA EM DIFERENTES SETORES**

**Louise de Lira Roedel Botelho<sup>35</sup>**

**Luciana Scherer<sup>36</sup>**

**Paola Vogt<sup>37</sup>**

**Carolina Back Olegário<sup>38</sup>**

**Graciele Machado Eberhardt<sup>39</sup>**

### **Resumo**

O presente estudo tem como objetivo analisar a carreira feminina por meio da Teoria do Teto de Vidro. Como metodologia utilizou-se análises bibliográficas que verificam a ocorrência desse fenômeno em carreiras femininas. Os resultados apontaram que mesmo com o aumento do número de mulheres no mercado de trabalho ainda há uma grande discrepância em questões de salários, cargos de destaque, promoções e o tratamento que estas recebem comparado aos homens. A relevância deste estudo consiste em identificar a importância da carreira feminina e a presença do Teto de Vidro nas organizações, mostrando o que a mulher representa dentro da empresa.

**Palavras-chave:** Teto de Vidro. Carreira Feminina. Análises bibliográficas. Mulher. Empresa.

### **Abstract**

The present study aims to analyze the female career through the glass ceiling theory. The methodology used is the bibliographic analysis that verifies the occurrence of this phenomenon in women. The results indicated for the same with the increase in the number of women in the labor market still present a great discrepancy in matters of discounts, outstanding charges, promotions and treatments applied to men. The relevance of this study is to identify the importance of the female career and the presence of the glass ceiling in organizations, showing what a woman represents within the company.

**Key Words:** Ceiling glass. Women's Career. Bibliographic analyzes. Woman. Company.

### **Introdução**

Há algumas décadas a mulher era vista somente pelo papel que desempenhava como dona de casa, no entanto, ela vem rompendo barreiras de preconceito e buscando sua ascensão profissional nas organizações contemporâneas, ocupando espaços que, tradicionalmente, eram ocupados apenas por homens.

---

<sup>35</sup> Pós doutora em Engenharia e Gestão do conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina, docente adjunta II pela UFFS e docente do mestrado Desenvolvimento e Políticas Públicas da UFFS, campus Cerro Largo/RS.

<sup>36</sup> Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) e docente da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus Cerro Largo/RS

<sup>37</sup> Acadêmica do curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) campus Cerro Largo/RS

<sup>38</sup> Acadêmica do curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) campus Cerro Largo/RS

<sup>39</sup> Acadêmica do curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) campus Cerro Largo/RS

Em relação ao gênero, há muita disparidade entre ambos, no tocante a salários, promoções, posições de destaque, se comparado aos homens, são em sua maioria inferiores. Mesmo que houve um crescimento de mulheres adentrando no mercado de trabalho, ainda é visível a discriminação que elas sofrem e acabam por não ocupar cargos de níveis mais elevados. Sendo que, isso pode ser caracterizado como um fenômeno advindo de barreiras transparentes que de certa forma acabam influenciando essas oportunidades de mercado, assim como o sucesso profissional destas mulheres, este fenômeno é denominado teto de vidro (MIRANDA, 2006).

Com isso, este estudo abordou a participação de mulheres policiais militares, mulheres em cargos de executivas tais como, de presidentes, vice-presidentes, diretoras e gerentes, logo abaixo dos diretores no Brasil e mulheres cientistas, a fim de analisar a carreira destas por meio da Teoria do Teto de Vidro. Para a concretização do objetivo, utilizou-se como metodologia a abordagem qualitativa através do levantamento bibliográfico (GIL, 2007), com dados secundários de artigos e periódicos que apontam a ocorrência desse fenômeno em carreiras femininas.

A estrutura do artigo divide-se da seguinte forma: além da introdução e das considerações finais, apresentam-se as revisões bibliográficas e então, a contextualização do tema carreira feminina e o teto de vidro.

### **O caminho feminino para as organizações**

Atualmente, a mulher vem sendo reconhecida por ocupar o seu espaço na sociedade, buscando sua ascensão profissional, deixando de ser vista apenas como uma dona de casa. Porém, historicamente a mulher era submissa ao homem (MENDA, 2004). Já que no patriarcalismo, ler e escrever eram permitidos apenas aos homens, exceto as poucas mulheres que vinham de uma família não tão rígida. Assim, desde a Idade Média cabia somente ao homem a responsabilidade de produção e sustento fora do ambiente do lar (FLETCHER, 2006).

Botelho (2008) salienta que nesta época os valores éticos eram baseados no cristianismo, onde os homens possuíam poder sobre os destinos femininos. Da mesma forma, acontecia com as mulheres que eram tratadas como moedas de troca pelos seus pais, que tinham o poder de escolha sobre os futuros maridos de suas filhas (PERROT, 1992; MURARO, 1994).

Ainda, o fato de a mulher cuidar do lar, foi útil ao capitalismo, pois isso reduzia os custos de reprodução do trabalho, o que implicava em uma remuneração não tão elevada para os homens pelo fato destes não precisar pagar pelos serviços domésticos que eram prestados pelas mulheres (MADERS; ANGELIN, 2010). Em vista disso, as mulheres acabavam dependentes do companheiro por não receberem nada em troca.

No século XVIII, surgem inovações técnicas para a produção, tais como as máquinas a vapor dando início a chamada Revolução Industrial, onde a mulher passa a fazer parte do cenário fabril (SOUZA, 2000), mesmo que ainda houvesse uma visível discriminação quanto a sua presença na força laboral.

Com o início da I e da II Guerra Mundial, as mulheres começaram a fazer parte do mercado de trabalho, pois passaram a assumir o lugar de seus maridos. Ao final das grandes guerras algumas mulheres permaneceram nos cargos de seus maridos, pois estes voltaram impossibilitados de exercê-los. No entanto, aqueles que voltaram para seus devidos postos fizeram com que suas mulheres também voltassem para seus afazeres normais, mas aquilo já não era mais satisfatório para elas, pois estas não aceitavam mais serem submissas e trabalhar apenas como donas de casa (PROBST, 2003).

Assim, as mulheres passaram a se inserir no mercado de trabalho, o que resultou em transformações em suas relações sociais (TELES, 1999), além de que, o fator trabalho proporcionou libertação às mulheres lhes garantindo mais consciência em seu papel na sociedade (BIASOLI-ALVES, 2000).

### **Mulheres nas organizações**

No século XIX com a consolidação de um sistema econômico capitalista a presença das mulheres nas organizações aumentou, e com isso muitas mudanças aconteceram quanto ao papel que esta desempenha na sociedade, que “deixou de ser apenas uma parte da família para se tornar o comandante dela, em algumas situações” (PROBST, 2003, p. 6).

Nessa época, houve um grande crescimento da maquinaria e um alto desenvolvimento das tecnologias, o que conseqüentemente fez grande parte da mão de obra feminina ser direcionada para as fábricas com uma carga horária de aproximadamente 18 horas diárias e um salário inferior ao dos homens (KÜHNER, 1977).

Conforme Probst (2003) a mulher tem sua história no mercado de trabalho influenciada em dois âmbitos: a diminuição de fecundidade e o aumento de mulheres instituídas no Brasil, sendo que, anualmente o número de mulheres em cargos elevados nas empresas vem crescendo, segundo o mesmo autor esse crescimento acontece devido à facilidade que as mulheres possuem em trabalhar com a diversidade e processos multifuncionais.

Segundo Stark (2016), esse crescimento vem acontecendo em sua maioria nas áreas de finanças, gerências e diretorias. Porém, no Brasil os cargos de diretorias ocupados por mulheres ainda são minoria, apesar de que há setores como os de serviços sociais, culturais e de saúde em que as mulheres se encontram mais presentes (SILVA; CARVALHO; SILVA, 2017). Corroborando com isso Grant (2015) afirma que “mais da metade das empresas no Brasil não possuem mulheres em cargos de liderança, colocando o país na 3ª posição entre os que menos promovem funcionárias para posições mais altas”. Com isso, surgiu a necessidade de estudos que tentam compreender ou explicar a baixa representatividade da mulher em posições de alto nível hierárquico.

### **Carreira feminina**

O termo “*carreira*” origina-se no latim “*via carraria*” que significa caminho, estrada e percurso (REIS, 2017). Esse conceito, segundo Botelho (2015, p.18) pode ser entendido como “uma seqüência de atitudes e comportamentos associada a experiências e atividades relacionadas ao trabalho, durante o período de vida de uma pessoa”.

Conforme McDonald (2004) a teoria tradicional traz seu conceito de carreira fundamentado em um processo linear e hierárquico, sendo este marcado pela representatividade masculina. No entanto, a mulher ao longo dos tempos vem buscando sua ascensão profissional investindo em qualificação, o que se tornou uma vantagem no mercado de trabalho em relação aos homens (KANAN, 2010), pois essa busca por qualificação é fundamental para alcançar objetivos concretos quanto à carreira profissional.

Diante disso, Botelho (1999) salienta que as mulheres têm uma maior preocupação com suas carreiras. Estas ainda se sobressaem em atividades em grupo, pelo fato de serem mais organizadas, acessíveis, humildes, dominadoras, objetivas e sensíveis. Ferreira et. al. (2014) ainda afirma o fato de elas estarem aprimorando suas qualidades, aptidões e habilidades, no intuito de

destacarem-se. No entanto, permanecem visíveis as barreiras de preconceito que existem com essas mulheres, pois para elas, além do seu esforço diário para serem vistas pela organização como igual, ainda há o desafio de conciliar as tarefas domésticas, a criação dos filhos com sua carreira e mostrar um desempenho satisfatório dentro da empresa (SALVAGNI; CANABARRO, 2015).

Portanto, Cavalheiro (2019) destaca que a mulher é vista como um indivíduo que não tem o direito de cometer erros, tendo que realizar certas atividades sem a “ajuda” dos homens, e tudo isso resulta em uma série de barreiras as quais elas têm de enfrentar diariamente.

### **Teto de vidro**

O termo “Teto de Vidro” se originou em 1986, onde jornalistas do *Wall Street Journal* da cidade de Nova Iorque (EUA) buscaram analisar questionamentos acerca da carreira feminina nas empresas do país (JOHNSON, 2003). A razão dessa busca foi pelo fato de que nessa década as mulheres começam massivamente a entrar no mercado de trabalho (BOTELHO; SCHERER, 2017). Portanto este fenômeno intitulado “Teto de Vidro”, termo em inglês “Glass ceiling”, foi introduzido nos Estados Unidos, para representar a presença de obstáculos existentes nas organizações, os quais afetam o crescimento das mulheres no ambiente organizacional (SANTOS; TANURE; CARVALHO NETO, 2014).

Para Miranda (2006, p.15) o teto de vidro é “uma barreira sutil e transparente, forte o suficiente para evitar a passagem das mulheres aos níveis hierárquicos mais elevados nas organizações onde trabalham”. No mesmo sentido, Irigaray; Oliveira (2016 apud MORRISON et al., 1987, p.13) afirmam que essas barreiras “impedem as mulheres ascender a níveis hierárquicos mais altos nas organizações”.

Para Rocha et al. (2014) apesar das mulheres possuírem as mesmas qualificações que os homens, estas recebem uma remuneração diferenciada, mais baixa, o que também se torna uma barreira para ingressar no mercado de trabalho. Fazendo referência a esta barreira, Probst (2003, p. 2) afirma que:

A inserção da mulher no mundo do trabalho vem sendo acompanhada, ao longo desses anos, por elevado grau de discriminação, não só no que tange à qualidade das ocupações que têm sido criadas tanto no setor formal como no informal do mercado de trabalho, mas principalmente no que se refere à desigualdade salarial entre homens e mulheres.

Assim, entende-se que o Teto de Vidro está presente na vida dessas mulheres atuantes em ambientes empresariais retratando a discriminação que estas sofrem diariamente causando uma barreira de limitação à ascensão feminina aos cargos de remuneração mais alta (BERNARDI; NEVES, 2015) e que não possibilita uma igualdade legítima entre ambos os sexos (DWORKIN, 2012).

Em relação a setores aos quais possuem a participação bastante reduzida das mulheres Lara et al. (2017) realizou um estudo, o qual indica que uma das profissões que sofrem com isso é a de policiais militares. Onde por meio de análises foi possível verificar que, desde a década de 90, este era visto como um trabalho exclusivamente masculino, analisou-se ainda que no Paraná havia aproximadamente 19 mil policiais e mesmo assim o número de mulheres ainda era baixo. Com base nesse estudo, pode-se identificar que há bastante empenho e dedicação por parte das mulheres e que estas ingressaram mais tarde na profissão.

Outro estudo elaborado por Lima et al. (2013) revela que, as mulheres em cargos de executivas tais como, de presidentes, vice-presidentes, diretoras e gerentes, logo abaixo dos diretores no Brasil ainda sofrem com o preconceito e a discriminação o que por sua vez é um limitador para a entrada destas em cargos mais altos nos ambientes organizacionais.

Há ainda o acontecimento deste fenômeno no que se refere ao desenvolvimento de mulheres no cargo de cientista, onde conforme um estudo idealizado por Paiva (2017) estas mulheres precisam aplicar maior empenho e persistência para que não percam seus cargos nas universidades, sendo que, muitas vezes isso acontece por meio de influências políticas adotadas pelas instituições.

Portanto, para que as organizações possam evoluir estas precisam reconhecer as pluralidades que existem em cada ser humano, e para que isso seja possível, deve haver reconhecimento e aceitação do trabalho das mulheres por parte dos homens (CAPELLE et. al. 2004). O futuro vai depender da capacidade que ambos os lados terão para negociar seus interesses embora haja diferença, estes devem saber como criar oportunidades iguais para todos (SANTOS; TANURE; CARVALHO NETO, 2014).

## **Conclusão**

Durante muito tempo, as mulheres tinham como função social apenas o ato de cuidar da casa e da família, mas, com o passar dos anos e com o surgimento das grandes guerras mundiais, estas passaram a ocupar cargos no mercado de trabalho que antes eram exclusivamente ocupados por homens. Surgem também as mudanças socioeconômicas, isto fez emergir algumas transformações sendo uma destas, a busca pela emancipação feminina que passa a fazer parte do cenário social da época. Com isso, a presença feminina passou a alcançar cargos e funções que antes eram ocupados e executados unicamente por homens.

No entanto, há diferenças entre homens e mulheres quanto a ascensão profissional, elas têm de enfrentar barreiras de preconceito, o que implica a sua passagem aos níveis hierárquicos mais altos no ambiente organizacional, pois para elas, além do seu esforço diário para serem vistas pela organização como igual, ainda há o desafio de conciliar as tarefas domésticas, a criação dos filhos, com sua carreira e mostrar um desempenho satisfatório dentro da empresa.

Contudo, esse trabalho abordou o fenômeno do Teto de Vidro, a fim de analisar a carreira feminina e os obstáculos que as mulheres enfrentam em seu dia a dia no mercado de trabalho. Assim, foi possível perceber que a presença feminina no cargo de policial militar, de acordo com o estudo, ainda é pequena em relação aos homens que ocupam esta profissão, mas aquelas que se encontram nesse meio se dedicam e empenham-se muito no seu cargo.

No que se refere às mulheres em cargos de executivas tais como, de presidentes, vice-presidentes, diretoras e gerentes, logo abaixo dos diretores no Brasil, percebeu-se que muitas vezes estas não alcançam cargos mais elevados devido ao alto nível de preconceito e discriminação presente em seu âmbito de trabalho. Já em relação ao desenvolvimento de mulheres no cargo de cientista, o estudo mostra que devido a influências de cunho político, adotadas pelas instituições, estas precisam se destacar buscando ter maior desempenho e dedicação em suas tarefas para que não sejam substituídas.

Por fim, entende-se que um dos maiores desafios que as mulheres encontram atualmente é a luta pelos direitos iguais, em que buscam reduzir cada vez mais as injustiças sociais, tais como a salarial e a de gênero, pois não se deve admitir que numa sociedade capitalista que se diz avançar em inúmeros âmbitos permaneça tendo diferenciação entre homens e mulheres.

## Referências

- BERNARDI, R.; NEVES, R. C. As Garantias Constitucionais à Igualdade de Gênero e a Realidade do “Teto de Vidro” para a Mulher Trabalhadora. **Revista do Direito Público**. Londrina, v.10, n.2: p.167-186. 2015.
- BIASOLI-ALVES, Z. M. M. (2000). **Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX**. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 16 (3), 233-239, set./dez. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v16n3/4810.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2019.
- BOTELHO, J. M. (1999). Mulheres Cuidam Melhor da Carreira. *Jornal Carreira e Sucesso*.
- BOTELHO, L. L. R. et al. **Um olhar através do teto de vidro**: relatos das mulheres empreendedoras de empresas baseadas no conhecimento sobre os primeiros anos de seus negócios. Santa Catarina. 2008. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/2c27/797ed697ad5572cff47a8c1574e0d5aaa2be.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2019.
- BOTELHO, L. L. R. **Mulheres na gestão**: a outra face das organizações. 1.ed. Porto Alegre: Cidadela, 2015.
- BOTELHO, L. L. R.; SCHERER, L. (2017). Teto de vidro em organizações de turismo: reflexões sobre os desafios da carreira feminina. *Revista Caribenã de Ciências Sociais*. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/caribe/2017/10/reflexoes-carreira-feminina.html>>. Acesso em: 16 dez. 2019.
- CAPELLE, M. C. A. et al. **Uma análise da dinâmica do poder e das relações de gênero no espaço organizacional**. *RAE eletrônica*, São Paulo, v.3, n.2, 2004, p.1-15.
- CAVALHEIRO, F. T. **Produção científica sobre Teto de Vidro**: análise bibliométrica na base de dados do google acadêmico entre os anos 2010 a 2018. 50 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, 2019. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/3031/1/CAVALHEIRO.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2019.
- DWORKIN, R. **A virtude soberana**: a teoria e a prática da igualdade. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- FLETCHER, J. K. (2006) **Gender perspectives on work and personal life research**. Disponível em: <<https://www.popcenter.umd.edu/events/nichd/papers/fletcher.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2019.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GRANT, Thornton. **Women in Business 2015**. Disponível em: <<https://www.grantthornton.global/en/press/press-releases-2015/women-in-business-2015/>>. Acesso em: 02 dez. 2019.
- IRIGARAY, H. A. R.; OLIVEIRA, D. M. A. de S. Educação Executiva e Gênero: Evidências de Teto de Vidro?. In. **Anais XL ENCONTRO DA ANPAD**. Costa do Sauípe/ BA, 2016.
- KANAN, L. A. (2010). Poder e liderança de mulheres nas organizações de trabalho. *Organização e Sociedade*, Salvador, v. 17, n. 53, p. 243-257. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaes/article/view/11104/8017>>. Acesso em: 09 dez. 2019.
- KUHNER, M.H. **O Desafio atual da mulher**, Rio de Janeiro 1977.
- LARA, L. F. et al. Relações de gênero na polícia militar: narrativas de mulheres policiais. **Holos**, Natal/RN, v. 4, n. 33, p.56-77, 19 set. 2017. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4078/pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2019.
- LIMA, G. S. et al. **O teto de vidro das executivas brasileiras**. Belo Horizonte. v.14, n.4, p.65-80. (pretexto), 2013. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/pretexto/article/view/1922/Artigo%204>>. Acesso em: 16 dez. 2019.
- MADERS, A. M; ANGELIN, R. A construção da equidade nas relações de gênero e o movimento feminista no Brasil: avanços e desafios. **Revista Cadernos de Direito**, Piracicaba, v. 19, n. 10, p.91-115, set./dez. 2010. Semestral. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/cd/article/view/232/409>>. Acesso em: 02 dez. 2019.
- MCDONALD, I. Women in management: an historical perspective. **Employee Relations**, v. 26, n° 3, p. 307-319, 2004.
- MENDA, P. B. (2004). **Análise da dicotomia sofrimento e prazer na função gerencial feminina**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Administração, UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/4875/000416590.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 09 dez. 2019.

- MIRANDA, L. C. (2006). **A percepção da mulher no mercado de trabalho: emprego, carreira ou vocação**. Dissertação de Mestrado Profissionalizante. Faculdades Ibmec, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- MURARO, R. M. **A mulher no terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.
- PAIVA, A. P. **Divisão sexual do trabalho: o desenvolvimento da carreira de mulheres cientistas**. Women's Worlds Congress, Florianópolis, p.1-12, 2017. Disponível em: <[http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503888934\\_ARQUIVO\\_TrabalhoAdrianaPontesPaiva.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503888934_ARQUIVO_TrabalhoAdrianaPontesPaiva.pdf)>. Acesso em: 16 dez. 2019.
- PERROT, M. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**, 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PROBST, E. R; RAMOS, P. (2003). **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. Instituto Catarinense de Pós- Graduação – ICPG em gestão estratégica de recursos humanos. Santa Catarina, 2003. Disponível em: <[http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads2014/05/artigo\\_jan\\_gen\\_a\\_evolucao\\_da\\_mulher\\_no\\_mercado\\_de\\_trabalho.pdf](http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads2014/05/artigo_jan_gen_a_evolucao_da_mulher_no_mercado_de_trabalho.pdf)>. Acesso em: 02 dez. 2019.
- REIS, T. A. (2017). Estudo do Perfil e Expectativa de Carreira dos Alunos Ingressantes em Administração. UNIMEP. Piracicaba.
- ROCHA, C. D. Simpósio de excelência em gestão e tecnologia. **Gestão do conhecimento para sociedade**. Resende/RJ, 2014. 13 p. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/38320405.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2019.
- SALVAGNI, J.; CANABARRO, J. (2015). Mulheres líderes: as desigualdades de gênero, carreira e família nas organizações do trabalho. **Revista de Gestão e Secretariado - GeSeC**, v.6, n. 2, p 88-110. Disponível em: <[https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/347/pdf\\_73](https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/347/pdf_73)>. Acesso em: 02 dez. 2019.
- SANTOS, C. M. M.; TANURE, B.; CARVALHO NETO, A. M. de. (2014). Mulheres executivas brasileiras: o teto de vidro em questão. **Revista Administração em Diálogo**, São Paulo, v. 16, n. 3, p.56-75. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/rad/article/view/13791/17185>>. Acesso em: 10 dez. 2019.
- SILVA, C. R. R. da; CARVALHO, P. M. de; SILVA, E. L. da. (2017). Liderança feminina: a imagem da mulher atual no mercado corporativo das organizações brasileiras. **Educação, Gestão e Sociedade: revista da Faculdade Eça de Queirós, Jandira / SP**, v. 7, n. 25, p.1-12. Disponível em: <<http://uniesp.edu.br/sites/biblioteca/revistas/20170509163857.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2019.
- SOUZA, A. E. **Gênero no contexto da reestruturação produtiva: algumas dimensões esquecidas**. Dissertação (Mestrado do programa de Pós-graduação em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2000. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/79297/181996.pdf;jsessionid=B0C96185B3A34F4E3689A64BE2EC1FBD?sequence=1>>. Acesso em: 02 dez. 2019.
- STARK, P. **Mulheres no mercado de trabalho: estudo bibliométrico dos artigos publicados nos anais do enanpad entre os anos de 2005 a 2015**. 67 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, 2017. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/1714/1/STARK.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2019.
- Enviado em 31/08/2020  
Avaliado em 15/10/2020

## COMPREENDENDO A INVISIBILIDADE SOCIAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS A PARTIR DA LITERATURA

Louise de Lira Roedel Botelho<sup>40</sup>

Luciana Scherer<sup>41</sup>

Paola Vogt<sup>42</sup>

Carolina Back Olegário<sup>43</sup>

Graciele Machado Eberhardt<sup>44</sup>

### Resumo

A questão da produção de lixo tornou-se um dos problemas mais relevantes na atualidade. Surge então a reciclagem de materiais, a qual conta com um grupo de trabalhadores denominados Catadores de Materiais Recicláveis, os quais contribuem para o aumento da vida útil dos aterros. Assim, o estudo tem como objetivo compreender o processo de invisibilidade social tratada na literatura, referente aos catadores de materiais recicláveis. Para tanto, optou-se pela abordagem qualitativa, através de análises bibliográficas com a utilização de dados secundários. Os resultados apontaram que o trabalho dos catadores é de extrema importância, pois minimiza os impactos ambientais.

**Palavras-chave:** Catadores. Materiais Recicláveis. Análises bibliográficas.

### Abstract

The issue of waste production has become one of the most relevant problems today. Then there is the recycling of materials, which has a group of workers called Recyclable Material Collectors, which contribute to the increase in the useful life of landfills. Thus, the study aims to understand the process of social invisibility treated in the literature, referring to recyclable material collectors. For that, we opted for the qualitative approach, through bibliographic analyzes with the use of secondary data. The results showed that the work of the collectors is extremely important, since it minimizes environmental impacts.

**Key Words:** Collectors. Recyclable Materials. Bibliographic analyzes.

### Introdução

O tema invisibilidade social vem sendo discutido há algum tempo, criado pela sociologia para referir-se a exclusão de determinados indivíduos sendo considerados como inferiores na sociedade, pelo fato de exercerem certa profissão.

---

<sup>40</sup> Pós doutora em Engenharia e Gestão do conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina, docente adjunta II pela UFFS e docente do mestrado Desenvolvimento e Políticas Públicas da UFFS, campus Cerro Largo/RS

<sup>41</sup> Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) e docente da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus Cerro Largo/RS

<sup>42</sup> Acadêmica do curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) campus Cerro Largo/RS.

<sup>43</sup> Acadêmica do curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) campus Cerro Largo/RS.

<sup>44</sup> Acadêmica do curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) campus Cerro Largo/RS.

Por isso, os catadores de materiais recicláveis, em especial, são uma categoria de trabalhadores que, indiscutivelmente, perpassa esse processo de invisibilidade social, tanto no ponto de vista ligado ao consumo quanto referente ao reconhecimento social. Estes encontram, nessa atividade, uma alternativa de sustento para suas famílias, porém é um trabalho com uma valoração social negativa além de ser informal, não havendo nenhum tipo de profissionalização, tendo um histórico de exclusão social grave. Todos esses aspectos tornam esses indivíduos invisíveis dentro da sociedade (SOBRAL; SANTIAGO; COSTA, 2009).

Porém, mesmo sendo um grupo descartado socialmente, do mercado de trabalho qualificado e muitas vezes tendo que realizar suas atividades em condições insalubres, estes indivíduos exercem um trabalho de fundamental importância dentro da sociedade, pois se tornam agentes que revertem o uso de produtos já consumidos (NASCIMENTO, 2016).

Nesse contexto o presente estudo tem como objetivo, compreender o processo de invisibilidade social tratada na literatura, referente aos catadores de materiais recicláveis. Além disso, visa gerar conhecimentos sobre a temática invisibilidade social, muitas vezes subjacente na sociedade e nas relações sociais, e a partir disso reconhecer a necessidade da valorização social desses trabalhadores, já que mesmo com toda sua importância dentro da sociedade, não recebem seu devido valor (BOTELHO et al., 2017). Para atender os objetivos desta pesquisa, do ponto de vista metodológico, trata-se de uma abordagem qualitativa, através do levantamento bibliográfico (GIL, 2007), com a utilização de dados secundários a partir de artigos e periódicos relacionados ao assunto pesquisado.

A estrutura do artigo divide-se da seguinte forma: além da introdução e das considerações finais, apresentam-se as revisões bibliográficas e então, a contextualização do tema invisibilidade social.

## **Desenvolvimento**

Buscando proporcionar um melhor entendimento sobre o assunto abordado, o estudo reporta temas como: vulnerabilidade, invisibilidade social e, por último, catadores de materiais recicláveis.

## **Vulnerabilidade**

O termo vulnerabilidade é bastante utilizado na literatura, fazendo relação com situações que remetem ao desastre e ao perigo. A palavra “vulnerável” deriva-se do verbo latim *vulnerare* que significa “provocar um dano” (JANCZURA, 2012). Este começou a ser atribuído na área de advocacia internacional pelos Direitos Humanos, a fim de garantir a grupos ou indivíduos fragilizados seus direitos de cidadania (NICHIATA et al., 2008).

Muitas mudanças aconteceram com o passar dos anos, as quais afetaram o processo de globalização no capitalismo e a base familiar, causando mudanças no padrão tradicional e de organização (GOMES; PEREIRA, 2004). Segundo Monteiro (2011), o tema vulnerabilidade social é um assunto de difícil entendimento, pelo fato de ter bases em diferentes concepções podendo voltar-se para vários ângulos, tais como, econômicos, ambiental, de saúde, de direito e muitos outros.

Assim, Guareschi et al. (2007) define vulnerabilidade social como sendo uma condição de desigualdade diante do acesso às situações de promoção e garantia dos direitos de cidadania perante os demais. Ayres (1999) ainda afirma que, esse tipo de vulnerabilidade, muitas vezes, acontece devido à falta de condições ao acesso a bens materiais e de serviço, o que torna o indivíduo vulnerável. Desse modo, “entender as vulnerabilidades e, claro, mensurá-las, é o primeiro passo para relacionar os diversos aspectos de uma realidade complexa” (OJIMA 2012 p. 112).

A partir disso, pode-se falar sobre a vulnerabilidade socioeconômica, a qual Pedroso et al. (2010) destaca alguns fatores específicos que exemplificam esse conceito, tais como, a escassez de recursos financeiros, a falta de emprego e o baixo grau de escolaridade ou qualificação.

Acerca da vulnerabilidade socioambiental encontra-se uma bibliografia bastante escassa. No entanto, esta pode ser entendida de acordo com Young e Fusco (2009) como um reflexo da intensa urbanização, causadora de grandes impactos sociais e ambientais. O mesmo autor ainda enfatiza que este processo resultou no aumento da desigualdade social pelo fato da concentração de riquezas onde grande parte dos territórios foram ocupados por classes de baixa renda, resultando em uma alta ocupação considerada anormal. Em vista disso, muitas dessas pessoas se encontravam em situações de risco pela possibilidade de enchentes, contaminação e outros danos.

Nesse sentido, Malczewski (2006) aponta que esta pode ser avaliada através do Índice de Vulnerabilidade Socioambiental (IVSA) o qual, originou-se por meio da ligação da metodologia de análise multicritério de apoio à decisão (MCDA). Este índice é formado por quinze indicadores que são embasados em uma revisão bibliográfica e debates com especialistas de algumas áreas, dentre elas a Economia, Sociologia, Meio Ambiente, Segurança, Saúde e o Planejamento Urbano, sendo que, estes indicadores buscam evidenciar situações de exclusão e vulnerabilidade em uma concepção que mostra além da pobreza, vista como a escassez de recursos monetários. Assim, o IVSA equivale a conjuntos de ativos, de estruturas ou recursos, dos quais o acesso ou a insuficiência destes apontam que o padrão de vida desse indivíduo está baixo dando a entender o não acesso e o descumprimento dos direitos sociais.

Assim, o mapeamento de vulnerabilidades pode acontecer de forma individual ou social/coletiva, possibilitando identificar as fragilidades e compreender as carências, as quais o ambiente ou determinada população estão sujeitas (DAGNINO; CARPI JUNIOR, 2007).

### **Invisibilidade Social**

A invisibilidade social refere-se aos seres socialmente invisíveis “seja pela indiferença, seja pelo preconceito, o que nos leva a compreender que tal fenômeno atinge tão somente aqueles que estão à margem da sociedade” (PORTO, 2007, p.1). Essa invisibilidade é vista, para Costa (2008, p. 10), como “uma espécie de desaparecimento psicossocial de um homem no meio de outros homens”.

O termo invisibilidade social é um assunto relativamente novo, que remete a alguns indivíduos considerados pela sociedade como inferiores, pelo fato de exercerem determinada profissão, pois esses trabalhadores não são vistos como iguais pela sociedade, sendo ignorados, como se fossem invisíveis (CELEGUIM; ROESLER, 2009). Corroborando com isso Kemper (2013) ainda compara a invisibilidade como uma forma de exclusão social.

Ainda há outra perspectiva sobre o processo de invisibilidade, o qual retrata a necessidade do ser humano se sentir valorizado e tornar-se visível no meio em que vive (GACHET, 2009), pois esse fenômeno perante a sociedade provoca sentimentos de indiferença, discriminação e sentimento de humilhação (ARAÚJO; SILVA, 2018).

Diante dos preconceitos e da desigualdade social vividos em uma sociedade capitalista torna-se visível a valorização de pessoas de alta classe econômica, que ocupam cargos admiráveis e, por outro lado, a desvalorização daqueles que exercem atividades braçais, que conseqüentemente são desrespeitados, humilhados e despercebidos na sociedade (ARAÚJO; SILVA, 2018).

Um grupo em particular que passa por essa situação são os catadores de materiais recicláveis. Estes, além de exercerem um trabalho informal, sem possuir direitos trabalhistas, na maioria das vezes são comparados ao “lixo”, pois convivem diariamente com aquilo que tradicionalmente a população não faz mais uso (SOBRAL, SANTIAGO e COSTA, 2009).

Portanto, o desenvolvimento do trabalho na catação está associado a inúmeros preconceitos por parte da sociedade (COSTA, 2004), os fatores que mais influenciam para que isso aconteça segundo Sobral, Santiago e Costa (2009) é o convívio direto com o “lixo”, a baixa remuneração, o risco de contrair doenças e a exposição à gases tóxicos provenientes do próprio “lixo”. Esses fatores contribuem para o processo de invisibilidade social dos catadores.

### **Catadores de materiais recicláveis**

Com a chegada da industrialização, houve um aumento populacional onde a sociedade começa a produzir uma elevada quantidade de “lixo”, por conta do consumismo. Boa parte dele pode ser reciclado e reutilizado, necessitando assim dos serviços ambientais idealizados pelos catadores, a fim de diminuir a quantidade de resíduos direcionados aos depósitos e aumentar a vida útil dos aterros, além de obter cidades ambientalmente mais limpas (DEMOZZI, 2013; MARCOS, 2013).

A profissão de catadores, informalmente, existe há cerca de 50 anos, porém com o passar dos anos essas pessoas passaram a perceber sua importância e que juntos formavam um grande grupo, capaz de buscar seu espaço social, político e econômico (MARCOS, 2013).

Em virtude disso, em 1998 originou-se o Fórum Nacional Lixo e Cidadania, o qual objetivava acabar com o trabalho infante-juvenil nos lixões e trazer cidadania à essas pessoas através da geração de trabalho e renda (ABREU, 2001).

No ano seguinte, 1999, surgiu o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), por meio do 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel. Este movimento foi fundado em Brasília, no ano de 2001, através do Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, reunindo mais de 1700 catadores (MNCR, 2011). Porém, apenas em 2002 houve a inclusão da profissão de catador de material reciclável na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), sendo responsabilidade deste catar, selecionar e vender os materiais, tais como, o papel, papelão, vidro, materiais ferrosos, não ferrosos e materiais reaproveitáveis (GONÇALVES, 2004). Não satisfeitos, em Março de 2006 foi realizada uma caminhada à Brasília, onde aproximadamente 1200 catadores pediam ao governo a criação de postos de trabalho em associações e cooperativas, tornando isso um marco na história da luta dos catadores (MNCR, 2011).

Com isso, os catadores passaram a exercer um papel importante contribuindo para a cadeia da reciclagem, através da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS, 2010), instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010, onde estes passaram a atuar na coleta seletiva, triagem, classificação, processamento e comércio dos resíduos.

No Brasil segundo o MNCR (2019) estima-se que há cerca de 800 mil catadores em atividade, sendo que a maior parte dos catadores é do gênero feminino, cerca de 70% da categoria. Os catadores são responsáveis pela coleta de 90% de tudo que é reciclado hoje no país. Além disso, esses trabalhadores tiram o seu sustento através da realização da venda e separação desses materiais (LOBATO, 2010), no mesmo sentido Sobral, Santiago e Costa (2009) afirmam que a coleta desses materiais é a única forma de sobrevivência dessas famílias.

Paula et al. (2013, p. 15) ressalta que:

[...] além de buscar a melhoria de renda, através da capacitação profissional, deve-se priorizar para as famílias dos catadores, o acesso à moradia e programas como Bolsa Família, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e Habitação de Interesse Social. Os catadores idosos, com mais de 65 anos ou portadores de deficiência, podem ter acesso a um salário mínimo mensal conforme Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Os catadores também podem ter acesso à alimentação de qualidade e baixo custo, através do programa de Restaurantes Populares, realizado com parceria do Ministério do Desenvolvimento Social e prefeituras, além do apoio para cozinhas e hortas comunitárias para associações e cooperativas de catadores.

Por fim, apesar da luta dos catadores de materiais recicláveis ter ocasionado muitas conquistas, existem muitos desafios a serem enfrentados em relação a busca pelos seus direitos, qualidade de vida e reconhecimento pelo trabalho que realiza (NASCIMENTO, 2016).

## **Conclusão**

Com a intensa urbanização, chegada da industrialização e crescimento da população, as pessoas passaram a consumir mais e, conseqüentemente, produzir mais “lixo”. Surgiu então, a necessidade dos serviços ambientais realizado pelos catadores de materiais recicláveis, os quais exerciam esta profissão, informalmente, há cerca de 50 anos, reciclando os Resíduos Sólidos Urbanos, popularmente chamados de “lixo”.

No entanto, o desenvolvimento do trabalho referente a catação é vulnerável perante a sociedade, gerando inúmeros preconceitos, por conviver com o “lixo”, fator que contribui para o processo de invisibilidade social. Ou seja, são indivíduos ignorados pela sociedade por exercerem este tipo de atividade.

Mas, os catadores de materiais recicláveis vêm buscando seu reconhecimento perante a sociedade. O Movimento Nacional dos Catadores em 1999, a inclusão da profissão de catador de material reciclável na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) no ano de 2002, e a Política Nacional de Resíduos Sólidos de 2010, foram passos importantes para a busca por valorização, bem como para mostrar a sua importância. Atualmente, esses trabalhadores são responsáveis por 90% da reciclagem do país.

Portanto, o reconhecimento dessa categoria de trabalhadores, considerados como inferiores pela sociedade, torna-se essencial, visto que além de estarem prestando um serviço que minimiza os impactos ambientais gerados pela quantidade de resíduos, esses profissionais

comercializam os materiais reciclados, que na maioria das vezes é a única fonte de renda para o catador e sua família.

### Referências

- ABREU, M. de F. **Do lixo à Cidadania: Estratégias para a ação**, fotos de Mila Petrilo, Adriana, Alandim e Teia Magalhães. Brasília: Caixa, 2001
- ARAÚJO, T. da S.; SILVA, E.R.R. **O significado do trabalho para os garis: um estudo sobre a invisibilidade social**. 2018. Disponível em: <<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1219.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2019
- AYRES, J. R; et al. Vulnerabilidade e prevenção em tempo de AIDS In: PARKER, R. et al. **Sexualidade pelo avesso: Direitos, Identidades e Poder**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- BOTELHO, L. de L. R. et al. (IN) Visibilidade social: um estudo a partir da fenomenologia social acerca do trabalho dos catadores de materiais recicláveis no município de Cerro Largo/RS. In: Simpósio Iberoamericano em Comércio Internacional, Desenvolvimento e Integração Regional, 8., 2017, Cerro Largo. **Anais [...]**.2017.
- CELEGUIM, C. R. J. et al. A invisibilidade social no âmbito do trabalho. **Revista Científica da Faculdade das Américas**. São Paulo. v. 3 n.1, p. 1, 2009. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/18935497-A-invisibilidade-social-no-ambito-do-trabalho.html>>. Acesso em: 18 de Dez. 2019
- COSTA, Fernando Braga da. **Moisés e Nilce: retratos biográficos de dois garis. Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas**. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- DAGNINO, R.S.; CARPI JUNIOR, S. **Risco ambiental: conceitos e aplicações**. CLIMEP- Climatologia e Estudos da Paisagem, v. 2, n. 2, 2007. Disponível em: <[http://www.ctec.ufal.br/professor/elca/Risco\\_Ambiental\\_Conceitos\\_e\\_Aplicacoes.pdf](http://www.ctec.ufal.br/professor/elca/Risco_Ambiental_Conceitos_e_Aplicacoes.pdf)>. Acesso em: 18 dez. 2019
- DEMOZZI, G. T. **Catadores de Materiais Recicláveis: um estudo sobre o estigma social**. 2013. 48 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná., Curitiba, 2013. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/cienciassociais/files/2013/09/Monografia-Gabrielle-Thami-Demozzi.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2019
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GOMES, M. A; PEREIRA, M. L.D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência e Saúde Coletiva** v. 10 n. 2, CE, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n2/a13v10n2.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2019
- GONÇALVES, Raquel de Souza. **Catadores de materiais recicláveis: trajetórias de vida, trabalho e saúde**. 2004. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fiocruz, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em:<[https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/5344/2/ve %20Raquel Souza ENSP 2004.pdf](https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/5344/2/ve_%20Raquel%20Souza%20ENSP%202004.pdf)>. Acesso em: 19 dez. 2019
- GUARESCHI, N. M. F. et al. **Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo**. RJ. 2007. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812007000100003](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812007000100003)>. Acesso em: 17 dez. 2019
- JANCZURA, R. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos e Contextos** (Porto Alegre) 2012, v. 11, n. 2, p. 301-308. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/12173/8639>>. Acesso em: 17 dez. 2019
- KEMPER, M. L. C. (2013). Invisibilidade, identidade e laço social na contemporaneidade: sobre a exclusão nas esferas psíquica e social. **Cadernos de Psicanálise (CPRJ)**, 35(29), 105-125. Disponível em:<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cadpsi/v35n29/a07.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2019.

- MALCZEWSKI, J. **GIS-based multicriteria decision analysis: a survey of the literature.** Int J Geogr Inf Sci 2006; 20(7):703-726
- MARCOS, L. **Reciclagem e inclusão social de catadores.** Belo Horizonte, Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (Insea), 2013. Disponível em: <[http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/cartilha\\_oficina\\_inclusao\\_social\\_de\\_catadores.pdf](http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/cartilha_oficina_inclusao_social_de_catadores.pdf)>. Acesso em: 19 dez. 2019
- MONTEIRO, S. R. R. O Marco conceitual Vulnerabilidade Social. **Sociedade em debate** v. 17 n. 2. RS, 2011. Disponível em: <<http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/695>>. Acesso em: 17 dez. 2019
- MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **História do MNCR.** Disponível em: <<http://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr>>. Acesso em: 19 dez. 2019
- MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **Quantos Catadores existem em atividade no Brasil?** Disponível em: <<http://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr/duvidas-frequentes/quantos-catadores-existem-em-atividade-no-brasil>>. Acesso em: 19 dez. 2019
- NASCIMENTO, A. de S. Cosme e Damião: desenvolvendo horizontes e transpondo os muros da universidade. In: PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. (Org.). **Catadores de Materiais Recicláveis: Um encontro nacional.** Rio de Janeiro: Ipea, 2016. Cap. 14. p. 309-319. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331\\_livro\\_catadores.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331_livro_catadores.pdf)>. Acesso em: 19 dez. 2019
- NICHIATA, L. Y. I. et al. A utilização do conceito "vulnerabilidade" pela enfermagem. **Latino-am Enfermagem**, São Paulo, v.1, n.1, p.7-7,2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/rlae/v16n5/pt\\_20](http://www.scielo.br/pdf/rlae/v16n5/pt_20)>. Acesso em: 17 dez. 2019
- OJIMA, R. A vulnerabilidade socioambiental como conceito interdisciplinar: avanços e potencialidades para pensar mudanças ambientais. **Revista CRONOS**, Natal. v. 13, n. 1, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/5627>>. Acesso em: 18 dez. 2019
- PAULA, A. et al. A inclusão social do catador de recicláveis “estudo de caso”. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, São Paulo, v. 4, n. 2, p.1-21, 2013. Disponível em: <<https://www.uninter.com/revistameioambiente/index.php/meioAmbiente/article/viewFile/90/109>>. Acesso em: 19 dez. 2019
- PORTO, Juliana. **Invisibilidade social e a cultura do consumo.** 2007. Disponível em [http://www.dad.puc-rio.br/dad07/arquivos\\_downloads/43.pdf](http://www.dad.puc-rio.br/dad07/arquivos_downloads/43.pdf) . Acesso em: 13 jul. 2020.
- SOBRAL, N. G.; SANTIAGO, I. M. F. L.; COSTA, J. C. Gênero e invisibilidade social entre catadores de materiais recicláveis de Campina Grande – PB. In: II Seminário Nacional: Gênero e práticas culturais – culturas, leituras e representações. **Anais.** João Pessoa – PB – Brasil, 28 a 30 de outubro de 2009. Disponível em: <<http://www.itaporanga.net/genero/gt5/1.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2019
- YOUNG, A. F; FUSCO, W. **Espaços de Vulnerabilidade Sócio-ambiental para a População da Baixada Santista:** identificação e análise das áreas críticas. 2009. Disponível em: <[http://www.nepo.unicamp.br/vulnerabilidade/admin/uploads/producoes/artigo\\_final\\_abep\\_06.PDF](http://www.nepo.unicamp.br/vulnerabilidade/admin/uploads/producoes/artigo_final_abep_06.PDF)>. Acesso em: 18 dez. 2019
- Enviado em 31/08/2020  
Avaliado em 15/10/2020

## POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SETOR E O PAPEL DAS ITCPs PARA O RIO GRANDE DO SUL

Louise de Lira Roedel Botelho<sup>45</sup>

Fabiano Kapelinski<sup>46</sup>

Luciana Scherer<sup>47</sup>

### Resumo

Políticas públicas referem-se a um programa de ação executado por agentes governamentais e não governamentais que visam solucionar problemas sociais e melhorar a qualidade de vida das pessoas. O artigo tem como objetivo fomentar discussões a respeito das políticas públicas para o setor e o papel das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) para o Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A metodologia utilizada foi uma investigação qualitativa, descritiva e bibliográfica, baseada em artigos, dissertações, teses e livros. Espera-se despertar a importância da articulação de políticas públicas para a criação e a consolidação das ITCPs.

**Palavras-chave:** Políticas públicas. Incubadoras. Rio Grande do Sul.

### Abstract

Public policies refer to a program carried out by governmental and non-governmental agents that aim to solve social problems and improve people's quality of life. The article aims to foster discussions regarding public policies for the sector and the role of Technological Incubators of Popular Cooperatives (ITCPs) for the State of Rio Grande do Sul, Brazil. The methodology used was a qualitative, descriptive and bibliographic investigation, based on articles, dissertations, theses and books. It is expected to awaken the importance of articulating public policies for the creation and consolidation of ITCPs.

**Keywords:** Policies public. Incubators. Rio Grande do Sul.

### Introdução

As políticas públicas destinadas às incubadoras de cooperativas populares, que por sua vez, fomentam ações acerca da economia solidária, do cooperativismo e da autogestão, são consideradas como portadoras de uma nova concepção de políticas públicas de geração de trabalho e renda no Brasil. Esta constatação é reforçada por se caracterizar não apenas no desenvolvimento econômico, mas também, fundamenta-se por apontar novas tendências na configuração das relações entre Estado e sociedade, sobretudo em termos de democratização dessa relação (NATIVIDADE; PEREIRA; DE OLIVEIRA, 2014).

Schwengber (2005) considera que essas políticas públicas representam importantes elementos formadores do processo de construção de um país democrático e republicano, por reconhecerem o trabalho das incubadoras de cooperativas populares como novas instituições de cunho social e político, no sentido de atuarem em atividades de organização e fomento, tencionando a ampliação do alcance dos direitos para cidadãos que estavam excluídos,

---

<sup>45</sup> Pós - Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) *campus* Cerro Largo/RS. Coordenadora da Incubadora Tecnossocial de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários (ITCEES).

<sup>46</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) *campus* Cerro Largo/RS.

<sup>47</sup> Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Administradora e Bacharel em Turismo. Mestre em Ciências Sociais.

marginalizados e trabalhando na informalidade. Além disso, representam a possibilidade de inclusão e emancipação do indivíduo em situação de vulnerabilidade econômico e social, que se vislumbra a partir da perspectiva de se sustentar com o próprio trabalho e das relações sociais que se estabelecem (ASSEBURG; GAIGER, 2007).

Nesse contexto as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) apresentam-se, por meio de suas diferentes formas organizacionais, como um campo fértil para o desenvolvimento de políticas públicas de geração trabalho e renda. Tais políticas assumem papel primordial no processo de fortalecimento dos empreendimentos e emancipação dos envolvidos, bem como representam forte estímulo à constituição de uma sociedade pautada na cooperação (SINGER, 2006).

As ITCPs demandam da formação de políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento local, articulada com a atuação de outros atores da sociedade civil, levando em consideração as vocações, as potencialidades locais e os interesses da comunidade. São um espaço propício para estimular o desenvolvimento de pequenos empreendimentos econômicos solidários e de cooperativas (BOTELHO et al., 2016).

Partindo dessa contextualização, o artigo tem como objetivo fomentar discussões a respeito das políticas públicas para o setor e o papel das ITCPs para o Estado do Rio Grande do Sul.

Para tanto, metodologicamente, classifica-se quanto a abordagem em uma investigação qualitativa, a qual Sampieri, Collado e Lucio (2013) definem como um enfoque de pesquisa que é flexível e não usa dados estatísticos. Quanto ao objetivo, caracteriza-se por ser uma pesquisa descritiva, a qual descreve características de contextos ou situações, detalhando como essas ocorrem (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). E quanto aos procedimentos em uma pesquisa bibliográfica, em que é baseada em artigos, dissertações, teses e livros, e em especial nas obras referenciadas (GIL, 2017).

### **Políticas Públicas**

Política pública pode ser considerada um programa de ação de um governo, executado pelos órgãos governamentais ou por organizações, bem como por organizações do terceiro setor investidas de poder público e legitimidade governamental pelo estabelecimento de parcerias com o Estado (DIAS; MATOS, 2012).

Conceito de política pública pode ser entendido por ações estabelecidas pelo governo para proporcionar equidade no convívio social. Ações estas que garantem e permitem a gestão do Estado na solução dos problemas nacionais, efetivadas com o objetivo principal de dar condições para que possam atingir uma melhoria da qualidade de vida compatível com a dignidade humana (FONTE, 2017).

As políticas públicas variam de acordo com a visão que os governantes têm do papel do Estado, da compensação do regime social, da participação de grupos sociais, como igrejas ou sindicatos, entre outros (MENDES; AZEVEDO, 2010). Além disto, essa variação ocorre porque engloba vários ramos de pensamentos, sendo interdisciplinar, abrangendo diversas áreas de conhecimento, tais como, ciências sociais aplicadas, ciência política, economia e a ciência da administração pública, em que todas tem distinções no processo decisório governamental (BUCCI, 2008).

Para analisar políticas públicas devem-se levar em consideração três tendências que surgem em nível mundial e que por base se inter-relacionam: a globalização da economia, a transformação do Estado e o Processo de descentralização. Essas tendências alteram a relação público e privado, pressionam por transformações organizacionais, fomentam o surgimento de atores políticos, fortalecem a territorialidade dos processos socioeconômicos, ou seja, influenciam na formação de programas nacionais de desenvolvimento (FREITAS, 2015).

As políticas públicas se constituem de decisões e ações que estão revestidas da autoridade soberana do poder público. No entanto para que isso ocorra, é necessário que a possível política pública se formule com base em programas e critérios concretos, linhas de ação e normas; disposições constitucionais, as leis e os regulamentos, as resoluções e decretos administrativos; como também podem ser incluídas previsões materiais, humanas e orçamentárias (RODRIGUES, 2010).

De acordo com Rodrigues (2010) e Dias e Matos (2012) não existe um modelo de política pública “ideal” ou “correta”, uma vez que são respostas contingentes à situação de uma cidade, região ou um país. Em outras palavras, o que pode funcionar em um dado momento da história, em um determinado país, pode não dar certo em outro lugar, ou vice versa. Por isso que uma política pública implica no planejamento de estratégias orientadas, levando em consideração a realidade de cada situação, para a solução de problemas públicos proporcionando maiores níveis de qualidade e bem estar social.

Dias e Matos (2012) ressaltam que há certas características das políticas públicas que determinam a sua capacidade para de fato a efetivação de desenvolvimento do que está sendo proposto, tais como: Eficiência: capacidade do Estado de alocar seus recursos escassos às atividades em que asseguram retornos sociais elevados. Estabilidade: políticas estáveis no tempo que possam sofrer alterações, aproveitando experiências de administrações anteriores e serem alcançadas mediante consenso. Adaptabilidade: as políticas devem ser passíveis de ajustes quando as circunstâncias mudam, principalmente quando não estão funcionando. Coerência e coordenação: políticas compatíveis que resultam ações coordenadas entre os atores que participam de sua formulação e implementação. Qualidade da implementação e da aplicação efetiva: política bem projetada e aprovada necessita de corpo técnico e burocrático capacitados.

Sen (2000) argumenta que existe uma relação de mão dupla em que as capacidades dos indivíduos podem ser influenciadas pelas políticas e as direções das políticas públicas podem ser influenciadas pelo uso efetivo das capacidades participativas do povo. Defende, ainda, que o combate à fome, à pobreza e à exclusão social requer a articulação entre Estado e sociedade na elaboração de estratégias capazes de promover o desenvolvimento em uma base amplamente compartilhada, ou seja, a participação popular deve ser ativa em relação à formulação de políticas públicas.

Fica evidenciado que existe uma dependência de políticas públicas para as incubadoras, sobretudo, para que possa contribuir para o desenvolvimento das mesmas. Tendo em vista que as políticas existentes potencializam a geração de renda e a valorização de setores como economia solidária, agricultura familiar e o cooperativismo, haja vista que, sem isto, perde-se a identidade e vulgariza a economia de muitos que atuam na atividade (MARTINS; ONUMA, 2018).

### **O que são as ITCPs**

As incubadoras sociais universitárias ou também chamadas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) são programas interdisciplinares de algumas universidades brasileiras construídos com a perspectiva de elaborar um planejamento que procura reunir pesquisa

e extensão em torno do tema da Economia Solidária. Essas incubadoras articulam-se em uma Rede Universitária - Rede de ITCs, que tem como objetivo principal desenvolver e disseminar conhecimentos sobre cooperativismo e autogestão, contribuindo para o desenvolvimento da Economia Solidária. Ela surge para integrar, de forma dinâmica, as incubadoras, e favorecer a transferência de tecnologias e conhecimentos (SANTOS; CRUZ, 2008).

Para Botelho et al. (2015) as ITCs são mecanismos de extensão que atuam diretamente com empreendimentos cooperativos e econômicos solidários ou grupos sociais. Essas incubadoras fomentam e constroem tecnologias sociais<sup>48</sup>, cada vez mais empregadas no campo de geração de trabalho e renda, seu foco está diretamente ligado a proporcionar o desenvolvimento territorial. Desta forma, as ITCs objetivam além da transformação social, promover o dinamismo econômico, social, político e cultural, a preservação ambiental, melhoria da qualidade de vida e o empoderamento de sua população adjacente (BOTELHO et al., 2015).

As ITCs têm como finalidades promover a formação de agentes da economia popular solidária na universidade bem como na sociedade, valorizar a extensão universitária dialógica, construir e socializar novos conhecimentos e tecnologias sociais, instigando o debate e a compreensão de outras concepções de desenvolvimento, bem como a construção de novos valores baseados nos princípios da economia solidária e do cooperativismo (ITC - UFV, 2017).

O objetivo do programa das ITCs é utilizar “[...] os recursos humanos e conhecimento da universidade na formação, qualificação e assessoria de trabalhadores para a construção de atividades autogestionárias, visando sua inclusão no mercado de trabalho” (GUIMARÃES, 2010, p.111). Tais iniciativas estão em consonância com o princípio de extensão das universidades brasileiras em projetos de intervenção voltados à geração de trabalho e renda. De acordo com Lima (2009) em 1998 foi constituída uma rede que atualmente congrega ITCs de todo o Brasil, com isso o número de incubadoras universitárias cresceu de forma significativa no país, chegando a 42 no ano de 2009. Várias começaram a realizar trabalhos conjuntos com municípios, a partir de políticas públicas direcionadas à economia solidária.

Fraga (2012) frisa que as incubadoras atuam a partir da esfera local, por meio da reconfiguração da relação universidade e sociedade, apresentando um significativo potencial de fortalecimento da ação que está sendo proposta a realizar. Sobretudo, o papel da incubação é prestar assistência aos empreendimentos, é também inovar, fazendo as regiões de abrangência das ITCs ousarem com novas atividades, novos serviços e novas formas de operação, produzindo novos conhecimentos (BOTELHO et al., 2015).

As ITCs propõem uma metodologia participativa que consiste no acompanhamento sistemático e dialógico dos grupos, bem como o aprofundamento sobre novas formas de organização, de fomento a redes de produção e consumo, com base nos princípios da Economia Popular Solidária. Assim, surge o chamado processo de incubação que se desenvolve em um formato de gestão social<sup>49</sup> e de governança pública municipal, tendo em vista a articulação das

---

<sup>48</sup> É a capacidade de implementar soluções para determinados problemas, com a aplicação de métodos e técnicas que permitam impulsionar processos de empoderamento das representações coletivas da cidadania para habilitá-las a disputar, nos espaços públicos, as alternativas de desenvolvimento que se originam das experiências inovadoras e que se orientam pela defesa dos interesses das maiorias e pela distribuição de renda (BAVA 2004, p. 116).

<sup>49</sup> Gestão social é entendida como um processo gerencial dialógico em que a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação. A Gestão Social deve ser baseada em um conteúdo de permanente promoção da cidadania em todas as esferas de decisão, públicas e privadas. As pessoas que serão afetadas pelas decisões devem participar delas. Assim, a sociedade deve ser o determinante da análise, o bem-comum é a referência, a responsabilidade social é o compromisso e a república é o norte (TENÓRIO, 2012).

universidades com as organizações do terceiro setor e com as organizações do mercado para alcançarem um objetivo comum ou para atender a algum interesse público (NATIVIDADE; PEREIRA; DE OLIVEIRA, 2014). Tudo isso, implica em uma solidariedade mútua, numa troca de saberes, de conhecimentos acumulados sob condições sociais e históricas diferentes que se mesclam através do diálogo e que se produzem em esferas distintas da vida social (ANPROTEC, 2014).

O processo de incubação das ITCPs consiste em três fases: Pré-Incubação, incubação e desincubação. A pré-incubação tem como objetivo principal iniciar um trabalho coletivo com os grupos que se aproximaram da incubadora. A Incubação busca o fortalecimento do grupo nos âmbitos econômico, social e político, bem como ampliar perspectivas ao empreendimento. Por fim, a fase de desincubação leva em consideração o planejamento realizado inicialmente e suas avaliações periódicas, contudo, podem continuar a participar de ações pontuais promovidas pela incubadora, assim como se almeja que os mesmos estejam articulados em redes e fóruns locais. Para isso, faz-se necessário construir um plano de desincubação com os indicadores e critérios favoráveis para o momento (ITCP-UFV, 2017).

O trabalho dessas três fases são oriundos de universidades que conseguem operar por meio da contemplação via editais de instituições e programas ligados ao governo (CNPq<sup>50</sup>, ProExt<sup>51</sup>, outros), responsáveis pelo custeio de projetos que trazem os recursos financeiros necessários às incubadoras para manterem seus bolsistas, auxiliarem empreendimentos incubados e gerarem novos conhecimentos, integrando ensino, pesquisa e extensão. No entanto, vive-se um momento delicado para as ITCPs, os editais não estão oferecendo ajuda financeira suficiente para funcionem normalmente. Com isso, essas incubadoras perderam parte de sua equipe, o andamento da incubadora é comprometido e, conseqüentemente, os empreendimentos que dependem delas, são comprometidos também, assim como as pessoas dependentes desses empreendimentos (BOTELHO et al., 2015).

Portanto, as incubadoras oferecem inúmeros benefícios, não sendo somente para os seus incubados, mas também para todos os outros agentes que estão envolvidos neste processo, por isso dá importância dos recursos para as mesmas. Serve como facilitadora no desenvolvimento de seu incubado, quando o mesmo está no seu estágio inicial, fornece um lugar apropriado, serviços compartilhados, experiências vivenciadas, assistência, assessoria. O principal objetivo de uma incubadora está no desenvolvimento no que diz respeito ao sucesso, financeiramente viáveis e altamente competitivas em seu negócio, sendo necessário estar em constante desenvolvimento até mesmo após deixar à incubadora (DORNELAS, 2008).

### **ITCPs no Rio Grande do Sul**

Em estudos realizados por Botelho et al. (2015), em que objetivou avaliar como atuam as ITCPs, identificou-se a existência de sete incubadoras no Estado do Rio Grande do Sul. Sendo a: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-UFRGS), Incubadora de Tecnologia Social e Economia Solidária (ITECSOL-UNIJUÍ), Incubadora de Empreendimentos Solidários e Tecnologia Social (IESTS-PUCRS), Incubadora de Empreendimentos Solidários (IES-UNILASALLE), Incubadora Tecnossocial de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários (ITCEES-UFFS), Incubadora Social (IS-UFSM) e o Programa Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários (TECNOSOCIAIS-UNISINOS).

---

<sup>50</sup> Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

<sup>51</sup> Pró-Reitoria de Extensão

Em relação a essas ITCPs do Rio Grande do Sul observou-se que a média de tempo de atuação é de 7 anos e que a média de participantes é de 10 pessoas por incubadora, sendo estes professores, bolsistas e técnicos. Constatou-se que 57% incubam 6 ou mais empreendimentos, 29% incubam de 1 a 3 empreendimentos e 14%, de 4 a 5 empreendimentos. Essas atuam em distintas áreas, sendo a maioria atuante na linha da economia solidária, do cooperativismo e da agricultura familiar, porém, precisa-se levar em conta a região onde estão inseridas essas ITCPs e sua área de abrangência, pois é determinante no tipo de empreendimento e sua área de atuação (BOTELHO et al., 2015).

Além disso, nesse estudo, demonstrou que as principais dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos no início da sua incubação foram especialmente nos custos de financiamento, seguido pelo desenvolvimento de novos produtos e na venda de produto. E as maiorias dos empreendimentos fazem as vendas dentro do próprio empreendimento (BOTELHO et al., 2015).

Também ficou evidenciado que essas incubadoras encontram-se vinculadas a instituições de ensino superior, gerando aprendizagem e conhecimento ao contexto acadêmico. Sendo que as incubadoras “mais jovens” enfrentam dificuldades na autonomia de tomar as decisões, muitas vezes, atrasando suas atividades em consequência da grande energia demandada de normas que regem as universidades.

Foi possível compreender que as incubadoras são dependentes de recursos financeiros oriundo de políticas públicas disponibilizados por editais e programas de fomento. Visto que a atuação das incubadoras é com trabalhadores informais, desassistidos que não têm condições dignas de moradia, de acesso à saúde, educação e serviços básicos, como saneamento e coleta de lixo (FRAGA, 2012).

### **Considerações Finais**

O objetivo do estudo foi fomentar discussões a respeito de políticas públicas e o papel das ITCPs, especialmente no Estado do Rio Grande do Sul. Em relação às políticas públicas fica evidência do que significam soluções específicas para necessidades e problemas da sociedade, por meio de metodologias e tomadas de decisões, que visam, com base no planejamento político, atingir os objetivos e metas estabelecidas, garantindo os direitos e a justiça social. Também, afirmou-se a importância da participação social no processo decisório de implementação das políticas públicas, sendo um espaço fundamental de negociação em prol do interesse público.

Com base nisso, constatou-se que as ITCPs são iniciativas importantes nos debates teóricos e práticos para o desenvolvimento de experiências solidárias, fundamentalmente de bases populares. Essas fomentam ações integradas, envolvendo temas como desenvolvimento local, tecnologia social, finanças solidárias, moedas sociais, economia solidária, cooperativismo, agricultura familiar e outros. E, tudo isso, são considerados políticas públicas de geração de trabalho e renda, tendo como base experiências coletivas de organização econômica, em que as pessoas se associam para produzir, objetivando a transformação social, promover o dinamismo econômico, social, político e cultural, a preservação ambiental, melhoria da qualidade de vida e o empoderamento de sua população adjacente.

No entanto, percebeu-se que existe uma dependência da promoção de políticas públicas para o funcionamento das incubadoras, tendo em vista de que, sem isto, perde-se a identidade e vulgariza a economia de muitos que atuam na atividade. Além do que o momento é delicado para as ITCPs, uma vez que, as políticas públicas não estão oferecendo ajuda financeira suficiente para funcionem normalmente, dessa forma, essas incubadoras perderam parte de sua equipe, o andamento da incubadora é comprometido e, conseqüentemente, os empreendimentos que

dependem delas, são comprometidos também, assim como as pessoas dependentes desses empreendimentos.

Por fim, tentou-se destacar uma agenda de pesquisa interessante para contribuir a compreensões e debates. Convém destacar outras sugestões de pesquisa, no sentido de desvendar diferentes experiências a respeito de políticas públicas e o papel das ITCPs, assim como pesquisar sobre temas que repercutiram nesse estudo, tais como, desenvolvimento local, tecnologia social, economia solidária, cooperativismo, agricultura familiar e outros, visto que carecem de sustentação para fortalecer possibilidades de melhorias à sociedade.

### Referências

- ASSEBURG, Hans Benno; GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária diante das desigualdades. Dados, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 499-533, 2007.
- BAVA, Silvio Caccia. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: FBB, p. 103-16, 2004.
- BOTELHO, Louise de Lira Roedel et al. Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: atuando a partir da extensão universitária. Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL, v. 9, n. 4, p. 189-205, 2016.
- BOTELHO, Louise de Lira Roedel et al. Discussão sobre a Atuação das ITCPs na Região Sul do Brasil. Revista ELO–Diálogos em Extensão, v. 4, n. 2, 2015.
- BUCCI, Maria Paula Dallari. Políticas públicas: possibilidades e limites. Belo Horizonte: Fórum, p. 225-260, 2008.
- DELLA VECHIA, Renato. et al. A rede de ITCPs: passado, presente e alguns desafios para o futuro. Revista Diálogo. Canoas. n. 18.p.115-144, 2011.
- DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. Políticas públicas: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, p. 1-15, 2012.
- DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios.3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 222 p.
- FONTE, Felipe de Melo. Políticas públicas e direitas fundamentais. Editora Saraiva 2017.
- FRAGA, Lais Silveira. Extensão e transferência de conhecimento: as incubadoras tecnológicas de Cooperativas Populares. 2012. 242 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286682>>. Acesso em: 22 mar. 2020.
- FRANTZ, Walter. Associativismo, cooperativismo e Economia Solidária. Ijuí: Ed. Unijuí, p. 162, 2012.
- FREITAS, Leana Oliveira. Políticas públicas, descentralização e participação popular. Revista Katálysis, v. 18, n. 1, p. 113-122, 2015.
- FROTA, Mariângela Brum. A extensão universitária como estratégia para o desenvolvimento regional: o caso da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Cerro Largo. 2017. 114 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas)-Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas, Cerro Largo, 2017.
- GUERRA, Ana Carolina. Gestão de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: uma análise comparativa. CANÇADO, Airton Cardoso; SILVA JR, Jeová Torres; SCHOMMER, Paula Chies, RIGO, AriádneScalfoni. Os desafios da formação em Gestão Social. Palmas-TO: Provisão, 2008.
- GUIMARÃES, Fábio Celso de Macedo Soares. A política de incentivo à inovação: inovação, desenvolvimento econômico e política tecnológica. Parcerias Estratégicas, v. 5, n. 9, p. 121-128, 2010.
- ITCP- UFV. Projeto Político Pedagógico. 2017. Disponível em:<[www.itcp.unicamp.br](http://www.itcp.unicamp.br)>. Acesso em: 16 mar. 2020.

MARTINS, Mariana; ONUMA, Fernanda. As contribuições da Economia Solidária através da ITCP/UNIFAL-MG e o papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para o desenvolvimento local: O caso da associação sabor & saúde, Varginha-Minas Gerais. Revista Nera, n. 44, p. 134-158, 2018.

MENDES, Alessandra Dias; AZEVÊDO, Paulo Henrique. Políticas públicas de esporte e lazer & políticas públicas educacionais: promoção da educação física dentro e fora da escola ou dois pesos e duas medidas? Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 32, n. 1, p. 127-142, 2010.

NATIVIDADE, Elisangela Abreu; PEREIRA, José Roberto; DE OLIVEIRA, Vânia Aparecida Rezende. Gestão de política pública de geração de trabalho e renda: uma análise do programa nacional de incubadoras de cooperativas populares. Revista de Políticas Públicas, v. 17, n. 1, p. 241-250, 2014.

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. Políticas públicas. São Paulo: Publifolha, 2010.

SANTOS, Aline Mendonça dos; CRUZ, Antonio Carlos Martins da. Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: interdisciplinariedade articulando ensino, pesquisa e extensão universitária. e-cadernos, CES, n. 02, 2008.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, p. 409, 2000.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, p. 116, 2002. Disponível em: <<http://base.socioeco.org/docs/ecosolv2.pdf#page=4>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

SINGER, Paul. Políticas públicas: uma revisão de literatura. Sociologias, Porto Alegre, v. 8, n.16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SCHWENGBER, Angela. Políticas públicas de economia solidária e gestores públicos. Boletim Mercado de Trabalho-Conjuntura e Análise, Brasília, n. 28, p. 5-7, 2005.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão social, um conceito não-idêntico? Ou a insuficiência inevitável do pensamento. Gestão social: aspectos teóricos e aplicações. Ijuí: Ed. Unijuí, p. 23-36, 2012.

Enviado em 31/08/2020

Avaliado em 15/10/2020

## OS RITMOS DO TEMPO NA EXPERIÊNCIA DE JUVENTUDES EM TEMPOS DE INSEGURANÇAS: NARRATIVAS EM CANÇÕES NO FESTIVAL ANUAL DA CANÇÃO ESTUDANTIL (FACE) DA REGIÃO EXTREMO SUL DA BAHIA

Lucieleny Ribeiro Jardim<sup>52</sup>  
Ailton Pereira Morila<sup>53</sup>

### Resumo

Para este artigo, recortamos parte da pesquisa da pós-graduação, onde canções que concorreram no Festival Anual da Canção Estudantil da região Extremo Sul da Bahia, foram tomadas como narrativas do cotidiano. O referido festival é realizado sob a responsabilidade da Secretaria de Educação Básica (SAEB), como parte dos Projetos Estruturantes da Secretaria de Educação do Estado da Bahia. O método da investigação envolveu análises destas canções e as múltiplas linguagens que as juventudes elaboram para representar suas experiências. O texto, em questão, reflete a política do tempo sobre as expectativas da juventude na modernidade.

**Palavras-chave:** canções- tempo-juventude

### Resumen

Para este artículo, recortamos parte de la investigación de posgrado, donde las canciones que compitieron en el Festival Anual de la Canción Estudiantil en el extremo sur de Bahía, se tomaron como narraciones cotidianas. Este festival se lleva a cabo bajo la responsabilidad de la Secretaría de Educación Básica (SAEB), como parte de los Proyectos de Estructuración de la Secretaría de Educación del Estado de Bahía. El método de investigación incluyó análisis de estas canciones y los múltiples idiomas que los jóvenes desarrollan para representar sus experiencias. El texto en cuestión refleja la política de la época sobre las expectativas de los jóvenes en los tiempos modernos.

Palabras clave: canciones- tiempo-juventud

### Introdução

Num presente de tantas inseguranças e inquietações, retomamos as canções das juventudes baianas, pela necessidade de repensar o *tempo abreviado* de Benjamim no modelo neoliberal que se opera ainda mais austero. Este artigo traz parte da pesquisa do Mestrado, na qual as canções do Festival da Canção Estudantil da Bahia são tomadas como narrativas do cotidiano. A síntese<sup>54</sup> dos Projetos Estruturantes, diz que desde 2008, sob a égide da Secretaria de Educação Básica (SAEB), o Festival tem propósito de atender políticas educacionais, especialmente, estimular a musicalidade dos jovens na escola, (Lei nº 11.769/2008).

---

<sup>52</sup> Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro- PUC-Rio, Mestra e egressa do Curso em Ensino na Educação Básica (Ensino, Sociedade e Cultura: Ciências Humanas e Sociais) no Centro Universitário Norte do Espírito Santo UFES. Pesquisadora do Prometheus Núcleo de Estudos Críticos.

<sup>53</sup> Doutor e Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da USP. Bacharel em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Engenheiro Mecânico pela Escola de Engenharia de São Carlos-USP. Professor Associado da Universidade Federal do Espírito Santo. Membro Permanente do Programa de pós-graduação em Ensino na Educação Básica. Pesquisador do Prometheus Núcleo de Estudos Críticos.

<sup>54</sup>Documento instituído em 2008 pela SAEB (Secretaria de Educação Básica) da SEC (Secretaria Estadual de Educação), do Estado da Bahia, que caracteriza os Projetos Estruturantes da rede estadual.

As canções do Festival, selecionadas principalmente no acervo do Núcleo Territorial de Educação do Extremo Sul da Bahia (NTE), foram base documental da pesquisa, na medida em que suas análises expressaram as múltiplas linguagens usadas pelas juventudes para representar suas experiências. No escopo da pesquisa, a literatura crítica da Escola de Frankfurt foi tomada como referência. Assim como outros autores foram revisitados para compreender a cultura popular e a visão sociológica de juventude.

Neste recorte, indagaremos como os ritmos do tempo repercutem nas expectativas dos jovens em relação ao futuro. Portanto, em tempos de incertezas quanto aos usos e a validade do tempo, assumimos na presente reflexão, entre outros autores, o conceito de experiência frente ao advento da modernidade, retratado em Benjamim (1996).

Os ritmos do tempo na experiência de juventudes

*[...] e já passou o tempo em que o tempo não contava. O homem de hoje não cultiva o que não pode ser abreviado*<sup>55</sup>.

Apresentaremos alguns dos impasses enfrentados pelos jovens quando precisam conciliar as normas e padrões sociais aos próprios limites para conseguir objetivos. Na canção “Eternidade” de Vítor mostra que para isso, alguns jovens preferem o fluxo natural do tempo:

A vida acabou de começar  
e tu já quer saber  
como ela termina  
Quer saber o que vai ver  
quando virar a esquina  
Quer saber o que vai ser  
do amanhecer

Vítor parece criticar a urgência de seu interlocutor em querer saber o futuro antes de viver o presente, ou conhecer o desenrolar de eventos que estão por vir. “Quer saber o que vai ver quando virar a esquina/ quer saber o que vai ser do amanhecer. A observação do compositor sobre a pressa iminente em querer ter sempre um passo à frente das situações, nos faz pensar sobre a coerção do tempo social sobre os ritmos e os usos do cotidiano.

Na canção de Roberto, “Estranho mundo”, há uma crise entre o tempo particular e o tempo social:

O sol nasce estou dormindo  
Quando se Poe não posso ver  
Sonhos loucos me dominam  
Nem dá vontade de crescer

Roberto diz dormir enquanto o sol nasce e não ver o sol se pôr, talvez tomado por aflições ou angústias que o desanimam a ponto de resistir à regulação do tempo. “Sonhos loucos me dominam/ Nem dá vontade de crescer”. Parece existir no jovem certo constrangimento entre O seu tempo e o tempo social, um possível desejo em adiar tarefas ou compromissos que ainda não sente apto. Na canção “A vida”, cumprir o tempo é pauta que preocupa Laércio:

---

<sup>55</sup> BENJAMIM, W. **O Narrador**. In: *Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaio sobre Literatura e História da Cultura. Obras Escolhidas. Volume I*. 10ª. Ed. (trad. S. P. Rouanet), São Paulo: Brasiliense, 1996, p.206.

Quem somos de onde viemos e pra onde vamos  
Talvez a vida não seja o que imaginamos  
Será que fizemos tudo o que devia ser feito?  
Será que somos aquilo que pensamos ser?

Sutilmente o tempo passa perante os meus olhos,  
Sem querer esquecermos os nossos sonhos  
E de repente percebo que a vida se desfaz  
Como velas que se derretem nos castiçais

O compositor se mostra preocupado em encontrar o sentido da vida. “Talvez a vida não seja o que imaginamos”. Há um conflito de sentimentos nas palavras de Laércio, talvez pelo receio de não conseguir “ser” ou “fazer” o que é esperado dele. “Será que fizemos tudo o que devia ser feito?”. Cantar sobre a rapidez em que “a vida se desfaz”, pode revelar frustração pelo esquecimento de sonhos, mas possivelmente por experiências vividas de forma breve ou transitória. “E de repente percebo que a vida se desfaz”. Aqui o tempo é o inimigo. Ele passa tão rápido que os sonhos e a própria vida se desfazem. A canção “Ilusão” de Marcelo mostra outra insatisfação com o tempo:

Quando perdemos nossa consciência  
E nos focamos em algo só,  
Perdemos nosso foco de viver.  
O que eu sinto no coração.  
Ninguém me entende  
Ninguém sente o que eu sinto.

Muitos dizem “Não fique assim”  
“outras coisas virão”  
Mas eles não entendem

Marcelo expressa tristeza por ter se concentrado num mesmo objeto/problema, a ponto de perder o sentido da própria vida. “Quando perdemos nossa consciência e nos focamos em algo só, perdemos nosso foco de viver”. Há sinais de um luto/perda por algo não realizado ou mal resolvido, levando o jovem ignorar os conselhos de que poderá ter outras oportunidades. Nesta dimensão, parece existir um sentimento de fracasso por conta de um tempo que aparece como único e irreparável. “Muitos dizem “não fique assim” “outras coisas virão”, mas eles não entendem”. Em “Diário aberto”, Lázaro mostra outra expectativa sobre tempo e futuro:

Eu não sei qual vai ser o final dessa história  
Mas isso é um diário aberto pra ficar na sua memória  
Todos eles pensam em ter uma nova vida  
Um futuro bom constituir uma família

Mesmo consciente da incerteza do futuro, o compositor acredita que há uma agenda acertada para a vida. “Todos eles pensam em ter uma nova vida/ Um futuro bom constituir uma família”. Entretanto, parece existir em Lázaro, a expectativa de viver o presente de forma ou intensidade que possa ser lembrado. “Mas isso é um diário aberto pra ficar na sua memória”. A canção faz refletir sobre os significados e medidas que se atribuem as experiências e ao mundo, mediante conflitos comuns da relação presente/futuro. Em “Tempo”, Daniela e Maycon cantam viver sobre dois tempos:

Não são tão raros aqueles dias,  
Que paramos pra pensar no amanhã,  
Sentindo aquele pôr do sol que passou  
E agora não volta mais.

Ao passo que revela que pensar o futuro é uma tarefa comum, o discurso enfatiza o passado, talvez por ser portador de lembranças que tenham sido significativas. “Sentindo aquele pôr do sol que passou e agora não volta mais”. A canção manifesta a consciência presa em dimensões de tempos diferentes; a memória de um momento passado e o desejo de repetição, mas sem antes deixar de reconhecer que é preciso pensar sobre o novo. “Não são tão raros aqueles dias, que paramos pra pensar no amanhã”. Tiago, na composição “Mundo Melhor”, diz que não se pode parar no tempo:

Mundo melhor é você que faz  
Não perca muito tempo  
Pode ser tarde demais

De acordo o jovem, o mundo desejado depende de atitude e do tempo usado sem perda. O tempo aqui parece ser obstáculo, como um preço a pagar por quem não consegue agir sob o seu compasso. “Não perca muito tempo, pode ser tarde demais”. Em “Futuro Ganho”, Raíssa também fala sobre o preço cobrado pelo tempo:

Quer uma vida feliz? Então não fique parado,  
Pensar no que quer exercer para ficar preparado,  
Ligado, atualizado, pois o tempo passa rápido, então (...)

Para a compositora os usos do tempo precisam estar coerentes com aquilo que se pretende, e não pode ser desperdiçado, pois “passa rápido”. Conforme o título antecipa, a canção repete o discurso disciplinar sobre o valor tempo/produção, que precisa ser bem gasto para garantir o “futuro ganho”. “Quer uma vida feliz? Então não fique parado”. A canção “Chuva da gente” Caroline e Dan, diz sobre reorientar planos:

Muito tempo eu andei contra o vento  
Mas agora é hora e mudar  
Pois o contrário de nada é nada  
E assim não se sai do lugar

Os jovens se referem à possível mudança de rota, que aparentemente se apresentou sem resultados. Na canção, há uma noção de tempo mal administrado que precisa de outro redimensionamento. “Muito tempo eu andei contra o vento, mas agora é hora e mudar”. A Compositora Raíssa recomenda o bom uso do tempo na canção “Viva a sua vida”:

Vou te contar um segredo  
Pra você continuar  
Sobrevivendo neste mundo aqui  
Não perca tempo ouvindo críticas  
Que não vai lhe fazer crescer ou subir  
Na vida  
(...)  
Então viva a sua vida  
Lembre-se que só tem uma  
Faça ela ser a melhor vivida  
Sonhe em realizar  
O futuro que você planejou melhorar

Pense em construir  
As ideias vão fluir  
em sua mente  
Então viva cada minuto intensamente

Raíssa expressa que é preciso resistir e não inutilizar o tempo com opiniões alheias que nada acrescentam nos planos pessoais. Ela lembra que a vida é única, cujo tempo precisa ser usufruído na dimensão necessária do futuro que planeja. Nesta canção, o tempo disciplina o comportamento e regula as possibilidades de futuro. “Não perca tempo ouvindo críticas, que não vai lhe fazer crescer ou subir na vida”. Parecem existir dois valores dados à temporalidade pela autora; aquela que precisa ser preenchida por ações afirmativas que garantam foco e realizações, e aquela facultada à experiência vivida de forma profunda. “Então viva a sua vida, lembre-se que só tem uma/ viva cada minuto intensamente”.

As canções desta unidade nos mostraram que as expectativas da juventude podem se apresentar condicionadas ao tempo e os ritmos do meio social. Abramo (1994) diz que a juventude é um segmento social cuja dinâmica acompanha naturalmente o compasso dos tempos, e com raras exceções, percebe-se que as canções confirmam a lógica da autora. Benjamin (1996, p.206) reflete sobre o tempo na sociedade moderna industrial:

[...] todas essas produções de uma indústria tenaz e virtuosística cessaram, e já passou o tempo em que o tempo não contava. O homem de hoje não cultiva o que não pode ser abreviado. Com eleito, o homem conseguiu abreviar até a narrativa.

E o mesmo Benjamin (2000, p. 11) faz uma análise do compasso do tempo na modernidade e as implicações:

[...] obstáculos que a modernidade opõe ao élan produtivo natural do indivíduo encontram-se em desproporção com as forças dele. É compreensível que o indivíduo fraqueje, procurando a sorte. A modernidade deve estar sob o signo do suicídio que sela uma vantagem heróica que nada concede à atitude que lhe é hostil. Esse suicídio não é renúncia, mas paixão heróica. É a conquista da modernidade no campo das paixões.

O autor toma o conceito de suicídio como um ato heroico do sujeito e não renúncia ou resignação. Esse mal-estar do tempo na modernidade pode ser percebido nos repertórios analisados, cujos discursos expressam perda de liberdade e espontaneidade sobre os usos e interpretações da própria vida. Apropriando-se de Benjamin, não há renúncias, mas “suicídios” de porções significativas da vida.

Segundo Freitas (2005, p. 17), além de histórias individuais, as trajetórias juvenis:

[...] são um reflexo das estruturas e dos processos sociais; processos que se dão de maneira conjunta, ou seja, consideram processos no nível da configuração e percepções desde a própria individualidade e subjetividade do sujeito, e as relações que se estabelecem entre aquelas e os contextos no nível das estruturas sociais nas quais se desenvolvem aquelas subjetividades.

Deste modo, as aspirações e os planos para o futuro são muito mais determinados pela relação sujeito/estruturas, do que pela experiência particular. Se projetos dependem de decisões e escolhas realizadas no presente, diante da automatização do tempo é impossível conjecturar se planos futuros serão viáveis. Alguns jovens parecem perceber estas questões, pois expressam nas canções as angústias deste viver. Já outros aplacam ou tentam aplacar estas angústias com a religião ou com a ideologia liberal.

Matos (2008, p. 3), tomando a perspectiva benjaminiana acerca da retração do tempo experiência, afirma que:

[...] com a produção que visa tão somente o mercado, dá-se a queda do tempo qualitativo em tempo quantificado, tempo que é reificação da duração, pois esta se encontra plasmada no presente - o que resulta na perda da qualidade dialética do vivido, vivido que se tecia de lembrança e esquecimento. E onde não há tempo, tampouco pode haver recordação nem redenção. Como escreveu Benjamin: "as rugas e marcas em nosso rosto são as assinaturas das grandes paixões que nos estavam destinadas. Mas nós, os senhores, não estávamos em casa".

O tempo quantitativo é o tempo válido. Assim, ainda que pretendam ser protagonistas na construção de seus projetos e muitas vezes digam ter potencial para enfrentar situações adversas, a clausura do cotidiano se apresenta como dilema nesse acerto.

## **Conclusão**

A experiência dos jovens inscritos no Festival, em boa medida, é vivida a partir da política do tempo moderno. Os jovens sentem e expressam nas canções os conflitos entre os projetos pessoais e o tempo reificado.

Há uma constante narrativa de um tempo convertido em presente imutável, orientado por uma agenda previamente acertada. Nos discursos das canções exibidas, o tempo aparece único, urgente e irreparável. Tempo administrado que controla e determina caminhos. Um tempo disciplinador que dificulta desligar do já vivido e aventurar em “perigos” que, talvez, possam alargar suas identidades.

Refletindo as canções hoje, parece ainda mais indeciso poder recuperar a experiência numa perspectiva de um tempo qualitativo, onde a consciência crítica, a imaginação e a criatividade possam ludibriar a “ordem das urgências” e o tempo alienado. A temporalidade sob a aceleração do presente, não autoriza nada de novo, e mesmo que um projeto seja consentido, ele será contraditório.

Em tempos de várias crises, é ainda mais difícil crer no tal fluxo natural do tempo cantando pelos jovens. As tarefas e os compromissos pessoais parecem não ter mais urgência, (ou paralisados?) ainda que o sentimento da maioria seja aproveitar um tempo, antes imaginado, único e irreparável. As perspectivas de administrar ou redimensionar o tempo para os planos pessoais e para a experiência vivida de forma profunda se mostram ainda mais improváveis. O que não se arrefece é a ordem neoliberal, que continua ditado a coerção sobre os ritmos e os usos do cotidiano dos tempos pessoais. O tempo permanece fabril e vazio de sensibilidades, preenchido pela pobreza de experiência e espreitado pela barbárie.

### Referências

- ABRAMO, H. W. Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: ANPOCS/Scritta, 1994.
- BAHIA. Festival Anual da Canção Estudantil (FACE): Síntese dos Projetos Estruturantes. Superintendência de Desenvolvimento da Educação Básica – SUDEB, 2008. Ed. 2015.
- BENJAMIN, W. Experiência e Pobreza. In: Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre Literatura e História da Cultura. Obras Escolhidas. Volume I. 10ª. Ed. (trad. S. P. Rouanet), São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BENJAMIN, W. O Narrador. In: Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaios sobre Literatura e História da Cultura. Obras Escolhidas. Volume I. 10ª. Ed. (trad. S. P. Rouanet), São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BENJAMIN, W. Sobre Alguns Temas de Baudelaire. In: A modernidade e os modernos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.
- FREUD, S. O futuro de uma ilusão (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. 21). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1927).
- FREITAS, V. Juventude e adolescências no Brasil: referências conceituais. Org. Freitas, V. Abramo. H.W. Léon, O.D. São Paulo, Ed. Ação Educativa, 2005.
- MATOS, O. O mal-estar na contemporaneidade: performance e tempo. Disponível em <http://comciencia.scielo.br/pdf/cci/n101/a08.pdf> Acesso em 12/12/2018.
- VIANA, N. Juventude e, 2009. Disponível em [revistas.ucg.br/index.php/estudos/article/view/1022/720](http://revistas.ucg.br/index.php/estudos/article/view/1022/720). Acesso em 30/07/2016.
- Enviado em 31/08/2020  
Avaliado em 15/10/2020

## PERCEPÇÃO AMBIENTAL DA COMUNIDADE RIBEIRINHA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO SÃO JOÃO NO MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL – TOCANTINS

Lucivania Pereira Gloria<sup>56</sup>  
Lucas Braga da Silva<sup>57</sup>

### Resumo

Objetiva-se com este artigo, analisar a percepção ambiental da comunidade ribeirinha da bacia hidrográfica do ribeirão São João no município de Porto Nacional – Tocantins. Os dados foram coletados por meio de questionário, aplicado a um total de 60 ribeirinhos que residem próximo a esta bacia. Os resultados obtidos, com aplicação do questionário sobre a percepção ambiental, indicaram que há um grande interesse dos ribeirinhos pela temática ambiental, e que os problemas ambientais influenciam na qualidade da água da bacia. Conclui-se que o aumento do manuseio do solo para a atividade agropecuária e os lançamentos de esgotos domésticos e resíduos de classificações distintas está comprometendo a qualidade da água da referida bacia hidrográfica.

**Palavras-chave:** Meio ambiente. Percepção. Recursos Hídricos.

### Abstract

The aim of this article is to analyze the environmental perception of the riverside community of the São João river basin in the municipality of Porto Nacional - Tocantins. The data were collected through a questionnaire, applied to a total of 60 riverside dwellers who live near this basin. The results obtained, with the application of the questionnaire on environmental perception, indicated that there is a great interest of riverside dwellers in the environmental theme, and that environmental problems influence the water quality of the basin. It is concluded, therefore, that the increase in soil handling for agricultural activity and the release of domestic sewage and waste of different classifications are compromising the quality of the water in that hydrographic basin.

**Keywords:** Environment. Perception. Water resources.

### Introdução

Von Sperling (2005) explica que uma bacia hidrográfica pode ser vista como um espaço físico de gestão dos diversos usos da água, onde se pode melhor perceber e entender os impactos sobre a quantidade e principalmente a qualidade da água como resultante de fenômenos naturais e da atuação do homem. De maneira geral, pode-se dizer que a qualidade da água de uma determinada localidade está relacionada com as condições naturais, de uso e de ocupação da terra na bacia hidrográfica.

Para Tucci (2007) uma bacia hidrográfica é definida pela sua área de captação natural de água precipitada que faz convergir os escoamentos para um único ponto de saída. Pode ser considerada como um sistema físico onde a entrada de água é produto da precipitação e a saída é o volume de água escoada superficialmente, levando em consideração as diversas perdas intermediárias como evaporação, transpiração e perdas por percolação profunda.

---

<sup>56</sup> Mestra em Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade do Vale do Taquari e Professora do Instituto Federal do Tocantins (IFTO).

<sup>57</sup> Mestre em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins e Professor da Faculdade São Marcos (FASAMAR).

Dados da pesquisa de Carvalho et al. (2016) demonstram que a Bacia Hidrográfica do Ribeirão São João, no município de Porto Nacional - Tocantins, localiza-se a margem direita do reservatório da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães, Rio Tocantins, região central deste estado, zona metropolitana de Palmas, capital do estado.

Caldas e Rodrigues (2015) entendem como necessários o gerenciamento, conservação e recuperação dos recursos hídricos, considerando aspectos ambientais, econômicos e sociais, uma vez que durante muito tempo a questão da abundância atrasou a consciência a respeito da sua escassez e, por consequência, desenvolveu uma cultura de consumo com desperdícios e eficiência reduzida.

Além destes aspectos considerados como necessários, existe a percepção ambiental que, surge, como um campo de pesquisa interdisciplinar, cujo objetivo principal é a busca do entendimento dos fatores, dos mecanismos e dos processos atuantes sobre a percepção e o comportamento humano, especialmente sobre a sua relação com o meio ambiente (GALO JÚNIOR; CAVALHEIRO; OLIVATO, 2004).

Contudo, é significativo assinalar, a percepção ambiental pode ser vista como relevante para que se possa compreender melhor as inter-relações entre o homem e o meio ambiente, suas expectativas, suas satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas (PACHECO; SILVA, 2007).

Diante do contexto apresentado, a pesquisa tem como objetivo analisar a percepção ambiental da comunidade ribeirinha da bacia hidrográfica do ribeirão São João no município de Porto Nacional –Tocantins, no sentido de compreender como esta comunidade se relaciona com esta unidade do ecossistema, especialmente com relação aos problemas e às medidas para melhorar a questão ambiental.

### **Percepção Ambiental**

De acordo com Mendes (2006), os primeiros estudos sobre percepção ambiental surgiram no final da década de 1950, advindos da intensa preocupação em se conhecer e tentar explicar quais eram as atitudes e valores atribuídos por determinada população ao que se referia sobre as questões ambientais.

Os estudos que utilizam a percepção ambiental visam investigar a maneira como o ser humano enxerga, interpreta, convive e se adapta à realidade do meio em que vive, principalmente em se tratando de ambientes instáveis ou vulneráveis socialmente e naturalmente (OKAMOTO, 1996).

A percepção ambiental se destaca por tratar da tomada de consciência das problemáticas ligadas ao ambiente, ou seja, o ato de perceber o meio em que se está inserido, aprendendo a proteger e a cuidar do mesmo (VILLAR *et al.*, 2008).

Para Tuan (2012) a percepção reflete as experiências vividas por cada ator social, que compreende aos sentimentos e pensamentos construídos com a natureza. Quando verifica como os sujeitos apreendem conceitualmente e existencialmente o ambiente, é possível refletir sobre a relação entre suas concepções e sua forma de pensar e agir com o ambiente.

Segundo Fernandes et al. (2004), a educação e a percepção ambiental despontam como armas na defesa do meio natural, e ajuda a aproximar o homem da natureza, garantindo um futuro com mais qualidade de vida para todos, já que despertam uma maior responsabilidade e o respeito dos indivíduos em relação ao meio em que vivem.

Vê-se, assim, que o estudo da percepção ambiental requer uma atenção de todos, visto que esta área diz respeito às inter-relações entre o comportamento humano e o meio ambiente, e também pode apontar o melhor caminho para se enfrentar e controlar os danos ambientais dentro de determinadas comunidades (CARVALHO, 2010).

### **Material e métodos**

Para levantamento de informações, o campo de pesquisa escolhido foram residências que se encontram até 30 metros dos cursos d'água, na área de proteção ambiental da Bacia Hidrográfica do Ribeirão São João, no município de Porto Nacional Tocantins, foram selecionados 24 ribeirinhos da zona rural e 36 na zona urbana, totalizando 60 ribeirinhos.

Inicialmente, foi feita uma visita *in loco* para reconhecimento da área de estudo e, logo após, foi aplicado o questionário composto de 16 questões contemplando perguntas abertas e fechadas. Este instrumento de coleta de dados foi aplicado a comunidade ribeirinha localizada nesta área geográfica, no período de maio a julho de 2017. Foram abordadas questões sobre percepção dos moradores, quanto às atividades desenvolvidas no ribeirão, à relação desta população com os recursos hídricos, aos problemas e às medidas para melhorar a questão ambiental.

Segundo Mendes (2006), a utilização de questões fechadas em um estudo de percepção permite avaliar as experiências, as características individuais e coletivas de determinados grupos, bem como as tomadas de decisões e as perguntas abertas complementam as informações obtidas por meio das questões estruturadas, fornecendo informações sobre a identidade dos indivíduos e a percepção dos mesmos.

Após aplicação dos questionários, os dados foram tabulados mediante procedimento manual, uma vez que a população não é grande. Em seguida, foram transcritos em planilha, sendo, posteriormente, convertidos em gráficos e analisados segundo as abordagens quantitativa e qualitativa.

### **Resultados e discussão**

No presente estudo, o questionário aplicado com dezesseis (16) questões, buscou fazer a caracterização dos moradores e compreender as relações socioambientais que os ribeirinhos têm com a Bacia Hidrográfica do Ribeirão São João no município de Porto Nacional – TO.

#### **Distribuição por gênero**

Segundo a pesquisa, nos dados coletados dos moradores entrevistados, houve grande predominância do gênero feminino com 63%, enquanto do gênero masculino foi de 37%. Isso pode ser explicado pela mudança cultural ocorrida nos últimos anos, com a predominância do gênero feminino à frente das residências, que antes era responsabilidade só do gênero masculino.

Os resultados se assemelham ao de Sousa, Brito e Amarante Júnior (2014), que pesquisou a percepção ambiental da população urbana, perto do Rio Buriti em São Bernardo -MA. Nesse estudo, 66,4% era do gênero feminino; e 33,6% do gênero masculino. No que tange à faixa etária, a maioria dos entrevistados, 25% está entre a faixa etária de 48 a 58 anos; e 23% está acima dos 58 anos. Conforme o Gráfico 15, constatou-se que grande parte dos moradores se encontram acima dos 48 anos.

### **Distribuição por nível de escolaridade**

Verifica-se, com relação ao grau de escolaridade, que 23% dos moradores têm ensino fundamental incompleto, 20% fundamental completo, 18% médio completo, 15% médio incompleto, 12% superior completo, 9% com superior incompleto e 3% sem escolaridade.

De acordo com os dados da pesquisa, há grande predominância de moradores com o nível de escolaridade baixa, o que pode ser explicado pela faixa etária, pois a maioria dos moradores estão com idades avançadas e provavelmente não tiveram oportunidades para estudar e concluir seus estudos, principalmente pelo fato de a maioria ser do gênero feminino e o acesso às escolas ser mais difícil, por estarem à frente das suas residências.

### **Distribuição por tempo de residência**

Os resultados apontaram que 38% dos entrevistados residem na proximidade da Bacia Hidrográfica do Ribeirão São João há mais de 20 anos, 20% dos moradores residem há mais de 10 anos. Evidencia-se, desse modo, que a maioria dos entrevistados reside há muito tempo nas proximidades desta bacia, constituindo um vínculo com o mesmo. Assim, foi acompanhada a transformação ambiental ocorrida no decorrer dos anos.

Neste âmbito, Carvalho (2010) considera que o tempo de residência no local, além de fornecer informações sobre a dinâmica da população, é uma das variáveis que podem influenciar na forma como os indivíduos se relacionam com o ambiente em que vivem, visto que os juízos e os valores não são neutros, mas na maioria das vezes contêm uma carga muito grande de sentimentos.

### **Interesse dos entrevistados pela temática ambiental**

De acordo com os resultados obtidos, um total de 50% dos entrevistados têm grande interesse pela temática ambiental, 33% tem pouco interesse e 17% não demonstrou nenhum interesse. Nota-se, portanto, que os ribeirinhos já estão se conscientizando sobre a questão ambiental, inclusive por estarem convivendo com a problemática ambiental no entorno do local em que residem.

### **Significado do termo bacia hidrográfica**

Em relação ao significado do termo bacia hidrográfica, 42% responderam que sim e outros 58% não souberam responder. Considerando que a maioria dos moradores reside no local há mais de 20 anos, ao ser questionado sobre em qual bacia hidrográfica se encontra o Ribeirão São João, apenas 32% soube responder e 68% não soube. Em estudo semelhante, desenvolvido na cidade de Picuí - PB, Azevedo (2011) atesta que 92% de seus entrevistados declararam desconhecer o nome da bacia a que pertence seu entorno.

### **Tipo de uso que os entrevistados fazem da bacia hidrográfica**

Sobre o uso da água da bacia hidrográfica, é importante saber qual a relação entre a bacia e a comunidade que vive em seu entorno. Dos ribeirinhos entrevistados, 93% faz algum uso da bacia e 7% não utiliza a água para nenhum fim. Em relação às atividades desenvolvidas, 48% dos entrevistados responderam lazer, 30% abastecimento doméstico, 17% lançamento de resíduos e 5% pesca. A Bacia Hidrográfica do Ribeirão São João é de fundamental importância para a população, pois é uma das principais fontes de abastecimento público do município de Porto Nacional - Tocantins.

### Percepção dos entrevistados sobre a qualidade da água da bacia hidrográfica

A respeito da qualidade da água da Bacia Hidrográfica do Ribeirão São João, observa-se, que, para 37% dos entrevistados, a água se encontra razoável; para 30% está boa ; segundo 18%, está ruim; 8% não sabe; e 7% a considera ótima.

Questionados sobre o que indica este nível de qualidade da água, 45% dos moradores responderam que são os lixos encontrados no decorrer da bacia hidrográfica; 23% indicou a cor turva da água; 15% determinou que são os esgotos domésticos lançados pelas residências; para 12%, é o odor da água (cheiro); e 5% afirmou que são os animais mortos encontrados (gatos e cachorros).

De acordo com Tuccie Mendes (2006), o lixo se constituiem um dos principais problemas para uma boa drenagem de uma bacia hidrográfica e máre a suburbanizadas, sendo que este problema pode ser minimizado com uma coleta feita com frequência, educação da população e penalidade para depósito e lançamento irregular delixo.

Por sua vez, Mucelin e Bellini (2008) destacam que, entre os impactos ambientais negativos, que podem ser originados a partir do lixo urbano produzido, estão os relacionados à prática de disposição inadequada de resíduos sólidos em fundos de residências, às margens de ruas ou cursos d'água. Essas práticas habituais podem provocar, entre outras coisas, contaminação de corpos d'água, assoreamento e enchentes. Conforme a Figura 5, foram somados a esses problemas, a poluição visual, o mau cheiro e a contaminação do ambiente.

Figura 5. Acúmulo de resíduos sólidos nas margens do Ribeirão São João



Fonte: Autores (2017)

## **Problemas ambientais**

Com base na percepção dos moradores, 97% dos entrevistados responderam que existem problemas ambientais no entorno do local onde residem. Em relação aos problemas ambientais existentes, 44% dos entrevistados afirmaram ser a poluição da água, ficando evidente que a água do ribeirão está perdendo a qualidade, devido ao mau uso desta bacia. Outros 25% citaram o desmatamento, 18% a poluição do solo, e 13% a poluição do ar.

Quando indagado sobre como se sentem em relação a esses problemas ambientais, 80% dos entrevistados afirmaram que se preocupam, 13% não se preocupam e 7% indicaram ser indiferentes. A respeito da preocupação sobre os problemas ambientais, 60% afirmaram que tomam alguma atitude, quando questionados quais atitudes foram tomadas para solucionar ou amenizar esses problemas. Alguns ribeirinhos afirmaram que: “Conscientizar os familiares e os vizinhos sobre o meio ambiente”; “Recolher lixos jogados na água”; “Não jogar lixo no solo”; e “Evitar fazer desmatamento”.

Silveira e Baldin (2013, p. 3571) reiteram que “atitudes voltadas para a conservação e preservação dos recursos hídricos, especialmente em áreas de bacias hidrográficas, trazem benefícios para toda a biodiversidade e equilíbrio para os ecossistemas”. Outra questão colocada pelas mesmas autoras é que “o manejo responsável dos recursos naturais, baseados nos princípios ecológicos, pode resolver ou prevenir problemas ambientais”.

De acordo com o que foi exposto na aplicação dos questionários, fica evidente a necessidade de que os moradores do município de Porto Nacional –TO façam uma reflexão sobre a problemática ambiental, principalmente no que diz respeito à Bacia Hidrográfica do Ribeirão São João, que está passando por uma forte degradação ambiental. Dessa reflexão, espera-se que surjam atitudes que possam contribuir para a manutenção e a conservação desse meio.

## **Considerações finais**

Por meio do estudo realizado com a comunidade ribeirinha da Bacia Hidrográfica do Ribeirão São João, no município de Porto Nacional – Tocantins, foi possível analisar a percepção ambiental da comunidade ribeirinha da bacia hidrográfica do ribeirão São João no município de Porto Nacional –Tocantins.

Sobre a temática ambiental, a metade dos entrevistados se mostrou com grande interesse. Em relação ao termo bacia hidrográfica, 58% afirmou que sabe o que significa. No questionamento sobre o uso da bacia, 93% afirmou que a utiliza para algum fim, com predominância para lazer e abastecimento doméstico. Sobre a qualidade da água da referida bacia, 37% dos entrevistados afirmaram que a água se encontra regular. Ao serem questionados sobre o que indica o nível da qualidade da água se encontrar irregular, os entrevistados informaram que foram os grandes volumes de lixos encontrados no decorrer da bacia, a cor turva das águas e o odor forte.

Quanto aos problemas ambientais encontrados no entorno do local onde moram, a principal indicação foi a da poluição da água, evidenciando que a bacia em estudo está sofrendo com a destruição ambiental. Ao serem indagados sobre como se sentem sobre as questões ambientais, 80% dos ribeirinhos afirmaram que se preocupam e que já fazem algumas ações para conscientizar a população local, como recolher lixo e conversar com familiares e vizinhos acerca da importância da conservação desse recurso hídrico.

Vê-se que esta bacia é umas das fontes de abastecimento público do referido município e que está sofrendo com alterações na qualidade da água, em virtude do uso intensivo da bacia para atividade agropecuária, dos lançamentos de resíduos, dos esgotos domésticos e industriais.

Assim, demonstra-se e verifica-se que as populações ribeirinhas estão conscientes sobre o processo de degradação ambiental, pelo qual a bacia hidrográfica está passando. Como sugestão para outros estudos, indica-se a realização de pesquisas de percepção ambiental em outras bacias hidrográficas. Por fim, o presente estudo recomenda a tomada de medidas de recuperação e preservação ambiental desta bacia, utilizando as políticas públicas e a conscientização da comunidade ribeirinha.

### Referências

- AZEVEDO, D.C.F. **Diagnóstico da percepção ambiental no açude Várzea Grande – Picuí/PB**. 2011. 104f. Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais) - Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Campina Grande, 2011.
- CALDAS, A. L. R.; RODRIGUES, M. do S. Avaliação da percepção ambiental: estudo de caso da comunidade ribeirinha da Microbacia do Rio Magu. **Revista eletrônica do mestrado em educação ambiental**, v. 15, jul./dez. 2015.
- CARVALHO, A.P. **Estudo da degradação ambiental na bacia do Açude Soledade-PB**. 2010. 232f. Tese (Doutorado em Engenharia agrícola) - Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande – PB, 2010.
- CARVALHO, A. P. ; BALDUINO, A. R. ; MACIEL, G. F. ; PICANCO, A. P. Avaliação da poluição em rios usando índices de qualidade da água: um estudo de caso no ribeirão São João em Porto Nacional-TO. **GEOCIÊNCIAS**, v. 35, p. 394-407, 2016.
- FERNANDES, R.S.; SOUZA, V.J.; PELISSARI, V.B.; FERNANDES, S.T. **Usoda percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental**. Rede Brasileira de Centros de Educação Ambiental. Rede CEAS, 2004. Disponível em: <[http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro2/GT/GT10/roosevelt\\_fernandes.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT10/roosevelt_fernandes.pdf)>. Acessado em 02 de jun. de 2017.
- GALO JÚNIOR, H.; CAVALHEIRO, F.; OLIVATO, D. A percepção ambiental como subsídio ao planejamento da paisagem. Estudo de caso: município de Campos do Jordão, SP. In: SANTOS, J. E. dos; CAVALHEIRO, F.; PIRES, J. R.; OLIVEIRA, C. H.; PIRES, A. M. Z. C. R. (orgs). **Faces da polissemia da paisagem: ecologia, planejamento e percepção**. v. 2. São Carlos: RIMA, 2004, p. 781-803.
- MENDES, R. P. R. **Percepção sobre meio ambiente e educação ambiental: o olhar dos graduandos de ciências biológicas da PUC – BETIM** - 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2006.
- MUCELIN, C.A.; BELLINI, M. Lixo e impactos ambientais perceptíveis no ecossistema urbano. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 20, n.1, p. 111-124, jun. 2008.
- OKAMOTO, J. **Percepção Ambiental e Comportamento**. São Paulo: Plêiade, 200p., 1996.
- PACHECO, Éser; SILVA, Hilton P. **Compromissos Epistemológicos do Conceito de Percepção Ambiental**. Rio de Janeiro: Departamento de Antropologia, Museu Nacional e Programa EICOS/UFRJ, 2007.
- SILVEIRA, M. dos S.; BALDIN, N. Percepção ambiental: uma análise a partir de narrativas de professores de escolas localizadas numa área de bacia hidrográfica. In: Congresso Nacional de Educação, 11, 2013, Curitiba. **Anais...** Paraná: EDUCERE, 2013.
- SOUZA, E. O. F. de.; BRITO, N. M.; Amarante Junior, O. P. de. Percepção ambiental da população urbana próxima ao rio buriti no município de São Bernardo/MA. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 9, n. 2 – p. 37-50, 2014.
- TUAN, Y. F. Topofilia - **Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. Londrina: Eduel, 2012.

TUCCI, C. E. M. **Hidrologia: ciência e Aplicação**. 4 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ABRH, 2007.

TUCCI, C.E.M.; MENDES, C.A. **Curso de Avaliação Ambiental Integrada de Bacia**. Brasília – DF: RHAMA. 2006.

VILLAR, L. M; ALMEIDA, J. L. V; ALMEIDA, A. J; SOUZA, L. F. B; LIMA, M. C. A.; PAULA, V. S. A percepção ambiental entre os habitantes da região noroeste do estado do Rio de Janeiro. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v .12, n.3, p.537-543, 2008.

VON SPERLING, M. **Princípios do tratamento biológico das águas residuárias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005

Enviado em 31/08/2020

Avaliado em 15/10/2020

## **“EU DECIDI QUE EU IRIA ESTUDAR”:** TRAJETÓRIA DE UMA MULHER NEGRA PARA CURSAR O ENSINO SUPERIOR

**Rosalia Sousa Lima Costa<sup>58</sup>**  
**Ana Luísa Ribeiro de Araújo<sup>59</sup>**

### **Resumo**

Em uma sociedade machista e racista, por exemplo, a brasileira, não é incomum que mulheres negras considerem a ascensão social pela educação. Em razão disso, este texto problematiza experiências de uma professora negra de Campos Lindos – Tocantins em sua trajetória para cursar o ensino superior. A pesquisa é de abordagem qualitativa, com a entrevista semiestruturada como instrumento de geração de dados. O suporte teórico estrutura-se, sobretudo, a partir de Raffestin (1993), Saquet (2007, 2008) e Sousa e Ratts (2008). Os dados revelam um percurso de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, além da recusa de ser tratada como mero objeto sexual.

**Palavras-chave:** Mulher negra. Sociedade machista e racista. Educação. Território.

### **Abstract**

In a sexist and racist society, for example the Brazilian one, it is not unusual for black women to consider social ascension through education. Because addition, this text problematizes the experiences of a black teacher from Campos Lindos-Tocantins in their trajectory to attend higher education. Research is approach qualitative, with the semi-structured interview as an instrument of data generation. The theoretical support is structured, above all, from Raffestin (1993), Saquet (2007, 2008) and Sousa and Ratts (2008). The data reveal a path of territorialization, deterritorialization and reterritorialization, in addition to the refusal to be treated as a mere object sexual.

**Keywords:** Black woman. Machist and racist society. Education. Territory.

### **Introdução**

Em uma sociedade machista e racista, por exemplo, a brasileira, não é incomum que mulheres negras considerem a ascensão social pela educação. É essa uma das formas que essas mulheres encontram para lutar contra uma cultura excludente, em que nascem com o estigma de serem apenas empregadas domésticas, quando não apenas “donas de casa”. Considerando essa realidade, o objetivo principal deste texto consiste em problematizar experiências de uma professora negra de Campos Lindos – Tocantins em sua trajetória para cursar o ensino superior.

O texto, além desta introdução e das considerações finais, divide-se nas principais seções: a) O trabalho doméstico como profissão: a mulher negra e o mercado de trabalho; b) Da cozinha ao mercado de trabalho: a mulher negra e a educação; c) A mulher negra e (des) territorialidades; d) “Eu não desistiria”: educação como forma de resistência.

---

<sup>58</sup> Universidade Federação do Tocantins/Programa de Pós Graduação Estudos de Cultura e Território. Mestranda do Programa de Pós Graduação em Estudos de Cultura e Território. Pesquisadora voltada a área da Geografia, Educação e EJA.

<sup>59</sup> Secretária da Educação do Tocantins. Graduada em Letras. Profª de Língua Portuguesa e Língua Inglesa na Educação Básica do Tocantins.

## O trabalho doméstico como profissão: a mulher negra e o mercado de trabalho

Na busca por sobrevivência e, sobretudo por conquistas, as mulheres negras deparam-se com grandes adversidades para serem inseridas no mundo do trabalho. Nesse sentido, é compreendido por Souza e Ratts (2008, p. 151) “que passados séculos do escravismo no Brasil, é comum presenciar-se nos dias de hoje a analogia entre as atividades da mulher negra daquela época e a mulher negra inserida na economia de mercado atual”. Nesse sentido, os autores afirmam que, “sendo assim, torna-se comum reproduzir a ideia de que a cozinha e o trabalho doméstico, principalmente, são os espaços sociais por excelência da mulher negra” (SOUZA; RATTTS, 2008, p. 151).

Ressalte-se que em razão de pensamentos dessa natureza a mulher negra vivencia um processo de exclusão do mercado de trabalho ainda mais severo do que aquele comum à mulher branca, “por ser mulher e negra”, impondo-lhe dupla penalidade, conforme assegura Nepomuceno (2013). Nascimento, Monte e Sousa (2020, p. 212), citando Piedade (2017), afirmam que “o racismo e o machismo se retroalimentam nos corpos das mulheres negras, produzindo toda forma de dor e sadismo ‘quanto mais preta, mais racismo, mais dor’”. Supõe-se, portanto, que a mulher negra nasceu para servir tanto a brancos como a brancas, daí por que sua dor, seja física ou não, é algo naturalizado.

O machismo, entre tantas definições, pode ser concebido como “um conjunto de condutas - construídas, aprendidas e reforçadas culturalmente - que encerra o conteúdo dos papéis de gênero masculino na sociedade latina”, esclarecem De Sousa, Baldwin e Rosa (2000, p. 490), em citação a De la Cancela (1986). O racismo, a seu turno, “se caracteriza por uma prática de desqualificação de todas as práticas, sentidos e significados produzidos por pessoas não brancas em todas as esferas da sociedade” (FANON, 2011 *apud* MATTOS, B.; SANTOS; MATTOS, S., 2020, p. 182), incluindo, segundo as autoras, as instituições.

Nesse cenário, diferentes pesquisas têm demonstrado que, se comparadas às variações na remuneração e no acesso ao mercado de trabalho por parte de brancos e negros, chega-se ao entendimento de que as disparidades têm sua razão de ser nas diferenças de oportunidades educacionais (GÓIS, 2008). Esses estudos pontuam o autor, não leva em consideração que muitas das vezes os processos de contratação têm como baliza o preconceito racial e, acrescente-se, o preconceito de gênero.

O capitalismo, associado ao patriarcado e ao machismo, “culminou em um processo perverso em que as mulheres negras foram hipersexualizadas”, esclarecem Nascimento, Monte e Sousa (2020, p. 212). Essa realidade é abordada por Inocêncio (2001, p. 203) quando enfatiza que “há uma série de informações estereotipadas das mulheres negras, entre elas a de que a mulher negra está disponível sempre, a mulher negra sabe fazer sexo como ninguém”. Pressupõe-se, a partir de estereótipos, que o corpo da mulher negra é uma fonte inesgotável de prazer. Por sua vez, Farias e Aras (2017, p. 04) afirmam:

A desvalorização das mulheres negras se expressa em múltiplas violências simbólicas, por meio de representações culturais racistas, banalizantes, sexualizadas e inferiorizantes; da ‘mãe preta’ à ‘mulata sexual’, a mulher negra é estigmatizada.

Por força de estereótipos que estabelecem e mantêm a desvalorização das mulheres negras é que elas, entre outras formas de violação de seus direitos, “ocupam as posições mais baixas nas escalas de assalariamento, seja quando comparadas aos homens brancos e negros, seja quando comparadas às mulheres brancas” (SOARES, 2000 *apud* GÓIS, 2008, p. 745). Essas mulheres, em face de uma sociedade que a inferioriza tanto física quanto intelectualmente e que lhes suprime direitos, por isso desenvolvendo formas de silenciá-las, não raro compreendem a educação formal como instrumento de resistência, capaz de provocar rupturas nas representações culturais excludentes.

### **Da cozinha ao mercado de trabalho: a mulher negra e a educação**

Na sociedade Brasileira, destaca Henrique (2017), a escola nunca foi um ambiente que pudesse ser frequentado por negros ou negras. Não por acaso, no período colonial, às mulheres e meninas negras era assegurado o trabalho doméstico. O advento da abolição da escravidão, entretanto, não significou mudanças nessa realidade:

[...] para as mulheres negras libertas foi concedida a submissão e a exploração, inerentes à escravidão, pois somente lhes foram ofertadas as atividades domésticas, onerosas, mal remuneradas que exigiam apenas uma formação prática – não intelectual (HENRIQUE, 2017, p. 154).

Não foram reconhecidos às mulheres negras, assim como aos homens negros, direitos mais elementares, como à educação. No caso das mulheres, a privação de direitos básicos se estendia ao âmbito doméstico. Em nome da sobrevivência, abriam mão de cuidar de seus próprios filhos em benefício dos de outrem: “[...] precisavam trabalhar como empregadas domésticas e ou babás, cuja função principal era a criação dos filhos das mulheres brancas, da classe média, que lutavam pela sua emancipação política e social” (HENRIQUE, 2017, p. 154).

Entretanto, passados séculos desde a abolição da escravidão,

é amplamente sabido que a possibilidade de aquisição de educação formal guarda uma forte relação com a cor da pele de um dado indivíduo e que os indicadores educacionais de brancos e negros diferem em vários aspectos, com claras desvantagens para estes últimos, notadamente no que diz respeito à escolaridade média dos jovens (HENRIQUES, 2001 *apud* GÓIS, 2008, p. 745).

Quanto à presença do negro no ensino superior, as condições de permanência das mulheres negras não são tão consistentes quanto as das mulheres brancas. Por um lado, porque “continuam a trabalhar em maior proporção; por outro, “se beneficiam menos das bolsas de estudos que poderiam contribuir para uma trajetória educacional de melhor qualidade nesse nível de ensino” (GÓIS, 2008, p. 764).

Mas ainda que desde o pós-abolição “a população negra, e a mulher negra em particular, [tenham tido] maiores dificuldades em integrar o quadro educacional”, até os dias de hoje, “paradoxalmente, a educação [é] vista pelo segmento negro como um caminho eficaz, não só para a eliminação do preconceito racial como para a conquista de lugares menos subalternizados na sociedade” (NEPOMUCENO, 2013, p. 389). A autora pontua que a educação como ascensão social foi destacada por movimentos negros na primeira metade do século XX, contexto em que associações incentivavam as moças negras aos estudos.

No que se refere à opção mais especificamente pelo exercício da prática docente, Souza e Ratts (2009, p.115) ressaltam que “o fato de poderem ter escolhido o magistério como profissão mostra que as mulheres negras professoras conseguiram romper com uma história de exclusão”. Significa dizer que a educação é um caminho que possibilita a eliminação, pelo menos em parte, do preconceito racial, facilitando assim a conquista de lugares menos subalternizados na sociedade, não se constituindo, portanto, em mera possibilidade de saída do trabalho manual para o trabalho intelectual.

A educação é, assim, uma das formas de as mulheres negras “desestabilizarem” estigmas em uma sociedade em que “a invisibilidade e o silêncio das mulheres [particularmente as negras] fazem parte da ordem das coisas” (PERROT, 2007, p. 17). Mas os esforços envidados a essa desestabilização às vezes começam muito cedo, quando, geralmente por força de condições materiais, a luta por melhoria de vida por meio da educação exige da mulher negra que deixe para trás seu território de origem, desenraíze-se.

### **A mulher negra e (des) territorialidades**

No intuito de ascender socialmente por meio da educação, muitas mulheres negras se movem por diversos espaços visando a se estabelecer em um território no qual possam frequentar o ensino superior. O território, para Raffestin (1993, p. 143), “se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) a qualquer nível”. Diante disso, Saquet (2008, p.84) enfatiza que “na vida cotidiana e na constante apropriação e produção do território, há indivíduos [...] com suas normas, regras, objetivos, princípios, representações e características econômicas, políticas e culturais”.

Por ser assim, esclarece Saquet (2007, p.160), “os indivíduos se territorializam na interconexão, na relação, no movimento, na unidade e na diversidade”, o que faz compreender que mediante qualquer realidade “os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização estão ligados, complementam-se incessantemente, por isso, também estão em unidade”. Para o autor, “o território desaparece sem deixar de existir”, em uma dinâmica em que “forças econômicas, políticas e culturais que condicionam o território e a territorialidade geram a desterritorialidade e as novas territorialidades, num único movimento, complexo e heterogêneo” (SAQUET, 2007, p.162). A territorialidade, para esse autor, significa “as relações sociais simétricas ou dessimétricas que produzem historicamente cada território” (SAQUET, 2008, p.79).

Em sociedades multirraciais ou multiétnicas se desenvolve, em meios ao exercício das relações de poder, o que Raffestin (1993) denomina discriminação espacial, quando um grupo A impõe a um grupo B uma localização específica dentro do território, como um bairro, por exemplo. “Na prática, a discriminação espacial tende a interditar, aos membros do grupo B, o acesso às outras partes do território, de uma forma total ou parcial”, estabelecendo, de um modo ou de outro, relações dessimétricas (RAFFESTIN, 1993, p. 132). O autor destaca que a discriminação espacial imposta aos negros por parte dos brancos se soma a tantas outras, gerando uma barreira invisível à efetivação de direitos inerentes à educação, à saúde e ao trabalho digno, para pontuar os mais elementares.

Ou seja, a territorialidade, enquanto condição e resultado da territorialização constituem-se em “um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo social e de grupos distintos” (SAQUET, 2008, p. 88), envolvendo “o exercício de relações de poder e a projeção dessas relações no espaço (espaço que, simultaneamente, também é, enquanto substrato material e ‘lugar’, uma referência e um condicionador das práticas de poder)” (SOUZA, 2008, p. 60).

É nesse sentido que mulheres negras, em seu processo de construção do conhecimento, tendo a educação como instrumento para superação da invisibilidade e do silenciamento, territorializam-se e (des) constroem territorialidades nos conflitos próprios às relações de poder, neles vistas por meio de representações culturais machistas e racistas. É disso que trata a seção abaixo, em que se problematiza o relato da participante desta pesquisa.

### **“Eu não desistiria”: educação como forma de resistência**

A pesquisa cujos resultados são ora apresentados é de natureza qualitativa, haja vista que essa abordagem visa a compreender determinados assuntos e aspectos que envolvem uma comunidade, grupo social ou até mesmo organizações, respeitando-se valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões. O instrumento de geração de dados utilizado é a entrevista semiestruturada, e a participante do estudo, aqui identificada pelo codinome Maria Francisca, por questões éticas, é uma professora negra da rede municipal de ensino de Campos Lindos – Tocantins. Graduada em Letras pela Universidade Federal do Tocantins em 2003, exerce o magistério nesse município há 15 anos.

A trajetória de Maria Francisca em sua busca por um diploma de nível superior não é diferente daquela enfrentada por muitas mulheres, sobretudo negras. No intuito de ascender à vida acadêmica, se movem por diversos espaços visando a se estabelecer em um território no qual possam frequentar um curso superior. A esse respeito, Maria Francisca relata que seu pai, diante de sua recusa, aos 13 anos de idade, em ser apenas mais uma moradora do interior, fiadeira, carregadeira de água e lenha na cabeça, a aconselhou a se “jogar nos estudos”.

E foi então aí, a partir desse conselho que eu decidi que eu iria estudar. Diante de qualquer dificuldade eu não desistiria. E foi por então que eu optei de ficar em Carolina, morando em casa de família, apenas pelo direito da moradia e do alimento até. E também de estudar (Maria Francisca – entrevista, 22/03/2019).

Como se vê, a entrevistada se recusara a ser apenas mais uma mulher negra, pobre e sem instrução. Nesse sentido, o direito aos estudos foi condição por ela imposta para que naquela residência desenvolvesse atividades domésticas, sem que para isso recebesse o salário a que também tinha direito. Ou seja, Maria Francisca já reconhecia a educação como indutora de ascensão social. Ora, foi dito, a partir de Nepomuceno (2013), que se constituem decisão acertada optar pela ascensão social por meio da educação. No entanto, em se tratando de mulher negra, lembra o autor, há que ser considerado que as adversidades por ela enfrentadas emergem de dois sentidos: por lado, por ser mulher; por outro, por ser negra. Dito de outro modo, em uma sociedade machista e racista, mulheres negras estão destinadas tanto a serem empregadas domésticas quanto a satisfazerem os desejos sexuais de seus patrões.

Quanto a esse último aspecto, a desvalorização de que falam Farias e Aras (2017), expressa por meio de múltiplas violências simbólicas, têm a “mulata sexual” como uma de suas maiores representações, o que pode ser comprovado, por exemplo, se considerada a forma como a mulher negra é, via de regra, retratada nas produções televisivas/cinematográficas. Daí por que, em uma sociedade com fortes características machistas e racistas, a mulher negra é vista, em muitos contextos, como mero objeto sexual. Um desses contextos, e isso remonta ao período colonial brasileiro, é o próprio ambiente de trabalho.

A professora Maria Francisca, ao se referir ao motivo pelo qual foi obrigada a iniciar processo de desterritorialização – do município de Carolina, Estado do Maranhão – e reterritorialização – no município de Araguaína, no Estado do Tocantins –, destaca a forma como vivenciou efeitos de estereótipos que atribuem às mulheres negras não apenas a função de trabalhadoras domésticas, mas também a de objeto sexual disponível aos desejos dos patrões:

“Então em 86, eu enfrentei um problema com um dos filhos da patroa; eu acho que ele achava que poderia... sabe? É. *Me* ter como mulher dele, e eu não queria, não *tarra* pra isso. Então por causa disso eu me mudei *pru* Araguaína” (Maria Francisca – entrevista, 22/03/2019).

A fala da professora remete à forma como muitos empregadores – o que pode ser estendido aos seus dependentes – veem as mulheres, de modo geral, e as mulheres negras, em particular, portando-se não apenas como proprietários de sua força de trabalho, mas de seu próprio corpo. No caso em tela, a mulher negra e sem instrução não se submete aos caprichos sexuais, insurge-se contra a visão que a sexualiza e a supõe inferior. Em decorrência, desterritorializa-se, busca novo território, em que possa constituir territorialidades que possibilitem a manutenção de sua identidade.

Entretanto, mulheres negras vivenciam em seu processo de des/re/territorialização, ações que, por força das relações de poder, se voltam a impedi-las, em muitas situações, de estarem espaços que são tidos como “legítimos” a determinados grupos. Conforme relato de Maria Francisca, muitos foram os momentos em que esses grupos exerceram seu “poder” em espaços públicos que com ela tinham em comum. Não raro, quando cursava o ensino médio, colegas de sala de aula exigiam que ela não frequentasse certos espaços dentro da unidade de ensino, na tentativa de impor domínio sobre parte daquele território. A respeito dessa situação vivenciada na educação básica, a entrevistada destaca:

[...] aqueles rapazes que haviam deixado de estudar nas escolas particulares e eles ainda estavam naquele mesmo, ééé, nível achando que estava na escola particular e eles não aceitavam estudar comigo, uma pessoa que era zeladora. Então de tanta perseguição eu abandonei o segundo ano do ensino colegial (Maria Francisca – entrevista, 22/03/2019).

Há que reconhecer que há contextos em que os dominados, em seu conjunto de esforços de resistência, de decisões de enfrentamento, acabam por assumir posturas que à primeira vista pode parecer de submissão. Registre-se, a esse respeito, que a professora participante deste estudo, quando em razão de discriminação espacial, como a acima referida, procurou outra escola para continuidade de seus estudos, ouviu da secretária daquela unidade escolar: “Maria Francisca, pessoas como nós, pobres, pretas e feias, têm que fazer magistério. E eu acatei. E fiz o magistério. Fui. Me apaixonei pelo magistério” (Maria Francisca - entrevista, 22/03/2019).

Maria Francisca complementa que, conquanto para alguns esse discurso possa parecer preconceituoso, não o entendeu “por esse lado”. Ao contrário, a participante deste estudo, ao optar pelo exercício da prática docente, demonstrou não contemporizar com o pensamento de que a mulher, sobretudo negra, dada a sua “inferioridade” para ocupar outros espaços no mercado de trabalho, deve se conformar ao desempenho de atividades domésticas.

Deve ser considerado, portanto, e nesse caso retorne-se a Souza e Ratts (2008), é que a opção pelo magistério implica uma postura de enfrentamento, de busca de ruptura, pelo menos em parte, de um paradigma calcado no machismo e no racismo. É desse modo, na condição de educadoras, que podem lutar por uma sociedade menos excludente, por isso mais justa.

### **Considerações finais**

O relato da professora participante deste estudo retrata uma realidade comum a muitas mulheres negras no que se refere à sua trajetória em busca de ascensão pela educação. Primeiro porque, em grande parte nascidas em famílias humildes, em cidades pequenas, são obrigadas a se desterritorializar, buscar territórios em que possam estudar. Segundo porque não raro passam a

morar em “casas de família”, ali desempenhando atividades domésticas, ambiente em que muitas vezes são vistas como objeto sexual.

Ainda quando não nascidas em pequenas cidades e delas indo a busca de estabelecer novas territorialidades com vistas a ingressar no ensino superior, tampouco tendo que trabalhar como empregadas domésticas apenas pelo exercício do direito aos estudos, o percurso de mulheres negras por ascensão social por meio da educação é perpassado por extremas dificuldades. E isso decorre do fato de a sociedade brasileira ser calcada no machismo e no racismo, razão pela qual essas mulheres são duplamente penalizadas: por serem mulheres e por serem negras. Pode-se afirmar, a partir disso, que, sendo mulheres, a elas cabe o “ofício” de dona de casa. Sendo negras, o que tornaria mais evidente sua “inferioridade”, não há que falar em ocupar espaços outros que não os subalternizados.

Essas duas perspectivas que se lançam à mulher negra, ao que se junta a de mulata sexual, naturalizadas na sociedade brasileira, impõem a ela, em sua luta por ascensão social, seja ela por meio da educação, ou não, obstáculos de ordens diversas, mas que de um modo ou de outro convergem a processos de inferiorização e, por isso, de exclusão. Evidente que, em sua luta por igualdade de direitos com os homens, há um longo e árduo caminho a ser percorrido pelas mulheres negras, mas aos poucos elas avançam, conquistam espaços e veem direitos assegurados.

#### Referências Bibliográficas

- De SOUZA, Eros; BALDWIN, John R.; ROSA, Francisco Heitor da. A Construção Social dos Papéis Sexuais Femininos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 13, n. 3, p. 485-496, 2000.
- FARIAS, A. C.; ARAS, L. M. B. Feminismo Negro, Femicídio e Violência de Gênero Contra as Mulheres!. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 5., 2017, Salvador. **Anais** [...]. Salvador, 2017.
- GÓIS, João Bôsko Hora. Quando raça conta: um estudo de diferenças entre mulheres brancas e negras no acesso e permanência no ensino superior. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 743-768, set./dez. 2008.
- HENRIQUE, Cibele da Silva. Do trabalho doméstico à educação superior: a luta das mulheres trabalhadoras negras pelo direito à educação superior. **O Social em Questão**, Ano XX, n. 37, p. 153-172, jan./abr. 2017.
- INOCÊNCIO, Nelson. Representações visuais do corpo afrodescendente. *In*: PANTOJA, Selma (org.). **Entre Áfricas e Brasis**. São Paulo: Marco Zero, 2001.
- MATTOS, Bianca; SANTOS, Heloisa Helena de Oliveira; MATTOS, Suzana. Os estudos sobre mulheres negras no Brasil: levantamento quantitativo sobre o estado da arte das pesquisas sobre o tema no país. *In*: JOHAS, Bárbara; AMARAL, Marcela; MARINHO, Rossana (org.). **Estudos de gênero, raça e sexualidade**. Teresina: EDUFPI, 2020. p. 181-201.
- NASCIMENTO, Elaine Ferreira do MONTE, Liana Maria Ibiapina do; SOUSA, Ranieri Flávio Viana de. O capuz é vermelho: a violência contra mulheres negras lésbicas no Brasil. *In*: JOHAS, Bárbara; AMARAL, Marcela; MARINHO, Rossana (org.). **Estudos de gênero, raça e sexualidade**. Teresina: EDUFPI, 2020. p. 203-220.
- NEPOMUCENO, Bebel. Mulheres Negras: protagonismo ignorado. *In*: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.
- PERROT, Michele. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.
- RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial. *In*: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular; UNESP: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. p. 73-94.
- SAQUET, Marcos. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOUZA, L. F.; RATTS, Alecsandro J. P. Raça e gênero sob uma perspectiva geográfica: espaço e representação. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 28, n. 1, p. 143-156, jan./jun. 2008.

SOUZA, L. F.; RATTS, Alecsandro J. P. Espaço, cultura e poder: Gênero e raça em análise na Geografia. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 3, n. 1, p. 107-120, abr.2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. *In*: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular; UNESP: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. p. 57-72.

Enviado em 31/08/2020

Avaliado em 15/10/2020

## REFLEXOS DO ENVELHECIMENTO NA IMAGEM CORPORAL DE MULHERES IDOSAS: ESTUDO REALIZADO POR MEIO DE UM LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Solange Beatriz Billig Garces<sup>60</sup>  
Pâmela Fanfa Ribeiro Gonçalves<sup>61</sup>  
Rômulo José Barboza dos Santos<sup>62</sup>  
Adriana Silva Silveira<sup>63</sup>

### Resumo

Este artigo versa sobre os reflexos do envelhecimento quando relacionados aos fatores da imagem corporal, autoestima e depressão em mulheres idosas. A implementação dos padrões de beleza pela sociedade define o que é o belo e o ideal e, assim a mulher é cobrada a permanecer de acordo com este modelo de eterna juventude. Essa busca incessante por beleza faz surgir problemas relacionados a imagem corporal em mulheres, em processo de envelhecimento biológico e natural. Essa não aceitação do envelhecimento pode ocasionar baixa autoestima e aumentar processos depressivos, considerando as pressões criadas por esses padrões de beleza e estética.

**Palavras-Chave:** Envelhecimento. Imagem corporal. Mulheres.

### Abstract

This article deals about the reflexes of aging when related to body image factors, self-esteem and depression in elderly women. The implementation of beauty standards by society defines what is beautiful and ideal and, thus, women are charged to remain in accordance with this model of eternal youth. This unceasing search for beauty raises problems related to body image in women, in the process of biological and natural aging. This non-acceptance of aging can cause low self-esteem and increase depressive processes, considering the pressures created by these standards of beauty and aesthetics.

**Keywords:** Aging. Body image. Women.

### Introdução

Com este artigo, desenvolvido a partir de uma revisão bibliográfica, queremos potencializar uma reflexão sobre envelhecimento e imagem corporal, buscando relacionar ainda a autoimagem com o gênero, a atividade física, bem como com indícios depressivos. Esta pesquisa faz parte da revisão de literatura do Projeto de Pesquisa intitulado Envelhecendo: imagem corporal, autoestima e depressão em mulheres idosas, aprovado no Edital nº 03/2018, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, PIBIC/CNPq/UNICRUZ, período de 2019/2020. Neste projeto propomos realizar uma pesquisa

---

<sup>60</sup> Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> em Ciências Sociais; Docente do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da UNICRUZ - Universidade de Cruz Alta; Líder do GIEEH – Grupo Interdisciplinar de Estudos do Envelhecimento Humano - UNICRUZ/CNPq. Coordenadora do Projeto de Pesquisa Edital PIBIC/CNPq 2019/2020.

<sup>61</sup> Bolsista EM - PIBIC/CNPq 2019/2020.

<sup>62</sup> Acadêmico do Curso de Direito - Bolsista do Projeto de Pesquisa Edital PIBIC/CNPq 2019/2020.

<sup>63</sup> Graduada em Comunicação Social- Relações Públicas e Administração; Aluna do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da UNICRUZ.

de campo para estudar a imagem corporal e a sua relação com a autoestima e a depressão em mulheres idosas, todavia a Pandemia adiou essa possibilidade. Assim sendo, trocamos a proposta para uma pesquisa bibliográfica. Realizamos uma busca nas Bases de Dados EBSCO, Scielo, Google Acadêmico e Portal de Periódicos da CAPEs, a partir dos descritores: envelhecimento feminino, autoestima, imagem corporal, padrões corporais, modelos ideais e indícios depressivos. Assim, nosso objetivo é apresentar uma síntese dos principais estudos encontrados, refletindo sobre a relação entre envelhecimento feminino, autoestima, imagem corporal e indícios depressivos.

O envelhecimento populacional é um marco importante no Brasil, haja vista sua ocorrência de forma acelerada nas últimas décadas. As mudanças demográficas registradas na estrutura etária mundial são corroboradas pela rápida transformação da população brasileira. Como comprovação dessa afirmação constata-se as consideráveis modificações, em termos de redução dos níveis de mortalidade e fecundidade em várias regiões do país (BORGES; CAMPOS; SILVA, 2015). Uma das características do envelhecimento é que ele é predominantemente feminino.

Correa (2009) explicita que o estágio da velhice é um processo natural que deve ocorrer de forma proativa na vida dos sujeitos e, portanto é preciso desenvolver educação para a velhice no sentido de valorização do legado que a geração traz para o presente e as futuras gerações. É com as experiências dos idosos que podemos nos posicionar como sujeitos da história e, ainda que tentemos trapacear a ação do tempo, estamos sujeitos a ele, o que nos faz preleccionar que devemos aproveitar e saborear o que cada fase da vida nos traz de ensinamento e benefícios.

Todavia, a sociedade do século XXI é marcada pela idolatria e supervalorização da beleza e de corpos jovens, o que, por consequência, cria padrões estéticos, associados por opções e entendimentos impostos culturalmente. Corolário lógico, nesse cenário, é a propagação do preconceito e demonização do envelhecer, mesmo este sendo algo biológico e inevitável (SILVA; SANTOS; BERARDINELLI, 2010).

A ideia de imagem corporal pode ser representada por um emaranhado de abordagens teóricas, tendo em vista que envolve uma construção complexa. O conceito refere-se a aquilo que o indivíduo trabalha em sua mente, com relação a medidas, contornos e formas do próprio corpo, bem como as consequências emocionais a ele associadas (MOTA; COSTA; ALMEIDA, 2014). Além disso, essa representação da imagem corporal, independentemente da idade, tem a ver com a subjetividade que é construída na intersubjetividade com os outros e, depende dos contextos socioculturais vivenciados, conforme destacam Boris e Cesídio (2007, p.463):

O sujeito constrói a sua subjetividade na relação com o mundo e com os outros indivíduos, todos inseridos em um mesmo contexto e em determinado período sócio-histórico (*sic*). No processo de construção da subjetividade, são incorporados, a partir da influência da cultura, modos de linguagem, hábitos e costumes e padrões de comportamento e de valores, inclusive modelos de apreciação estética, isto é, do que é belo ou feio, principalmente com relação ao corpo.

Por sua vez, a autoestima está ligada a um sentimento capaz de proporcionar confiança para as pessoas, o que facilita o enfrentamento de determinadas situações difíceis em suas vidas. Além disso, trata-se de uma avaliação subjetiva feita por cada indivíduo de si mesmo, que demonstra ser uma necessidade básica humana. Pode, também, relacionar-se a consciência do próprio ser, sendo expressas por gestos, ações, posturas e atitudes (FONSECA *et al.*, 2014).

O aumento da expectativa de vida proporciona aos idosos a extensão do tempo, porém traz junto uma maior probabilidade deste grupo etário apresentar doenças crônico-degenerativas<sup>64</sup>. A depressão é uma delas e, a maneira que ocorre o enfretamento destas doenças faz surgir um determinado condicionamento mental da população idosa, que tende a requisitar mais os serviços de saúde do que os grupos etários mais jovens. A depressão nesse aspecto configura-se como a inserção de um conjunto de fatores genéticos, eventos vitais, tendo como exemplo o luto e o abandono de familiares e/ou responsáveis, doenças incapacitantes, bem como pela perda da qualidade de vida, somada ao isolamento social (que já acontecia e atualmente obrigatório em razão da pandemia) (STELLA et al., 2002).

### **Autoimagem, Envelhecimento e Gênero**

O envelhecimento feminino está cercado de aspectos complexos que definem a maneira como este processo será enfrentado, sendo influenciador direto da autoimagem das mulheres idosas. Diferentemente do envelhecimento masculino, o envelhecer feminino vem acompanhado de cobranças criadas por uma sociedade que valoriza a aparência e estipula o modelo ideal a ser seguido, preponderantemente entre as mulheres. Ainda, em torno dessa situação narrada, existem fatores que dialogam, diretamente, com a maneira como a sociedade está organizada, a política adotada, bem como imposições advindas pelo capitalismo e consumismo.

Correa (2009) corrobora com a afirmação anterior ao destacar que os modos pelos quais o homem contemporâneo se relaciona com o tempo têm consequências ainda mais fortes na velhice. No culto ao corpo jovem, o velho é estigmatizado. Na velocidade, na aceleração e instantaneidade do mundo, o idoso nem sempre consegue acompanhar o compasso frenético do consumo e da produção. Seu corpo não corre mais na velocidade exigida pelo capital.

Além disso, especificamente o envelhecimento feminino possui uma maior alteração física do que o masculino, tendo como data de início a chegada do climatério/menopausa. Ligadas a esse fator muito relevante estão a angústia, a ansiedade, a tristeza e a depressão, que são geradas pela baixa autoestima das mulheres, ao perceberem que não estão mais correspondendo aos padrões sociais de beleza impostos.

As mulheres, independentemente de idade, na atualidade sofrem as pressões do capitalismo e do consumismo, todavia, essas são imposições que foram se modificando com o passar dos tempos, pois em razão do patriarcado o corpo da mulher era submetido ao poder masculino, tanto dos pais quanto dos cônjuges. Essas afirmações são corroboradas por Boris e Cesidio (2007. p. 453/454):

[...] as concepções acerca da subjetividade e do corpo feminino também acompanharam as modificações políticas, econômicas, históricas e socioculturais, pois, no período patriarcal, a mulher tinha funções voltadas, prioritariamente, para a reprodução e era intensamente submetida ao poder masculino. Com o surgimento do capitalismo, a mulher passou a ter não apenas funções reprodutoras, mas assumiu, também, tarefas produtoras de força de trabalho como resultado do maior espaço conquistado na sociedade. Desta forma, podemos perceber que o corpo e a subjetividade são construídos historicamente, ou seja, cada sociedade tem seu modelo de corpo e cada época tem seu modo particular de representá-lo.

---

<sup>64</sup>As doenças infectocontagiosas estavam totalmente erradicadas, isso porque tínhamos como evidência científica, até dezembro de 2019, quando então surge a pandemia do Coronavírus (COVID 19). Acredita-se que com essa catástrofe no contexto sanitário mundial, haverá mudanças nas pesquisas, especialmente na área do envelhecimento, já que esta é uma população que está sendo muito atingida pela atual pandemia.

Os mesmos autores reforçam que a imposição da manutenção da imagem corporal para as mulheres ocorre em função dos meios de comunicação de massa, os quais “impõem também um tipo ideal de mulher à sociedade, sem levar em consideração a diversidade cultural (classe social, raça, cor e etnia) em que ela está inserida.”(BORIS; CESÍDIO, 2007,p.470).

Um estudo realizado por Chaim, Izzo e Sera (2009), com idosos assistidos pelo Serviço de Geriatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP), participantes do Grupo de Atendimento Multidisciplinar do Idoso Ambulatorial (GAMIA) e do Ambulatório Fisioterapêutico de Idosos Longevos (AFIL), visando “investigar a relação entre satisfação com a imagem corporal e autoestima de idosos” revelou que “a maior parte dos idosos avaliados não está satisfeita com sua imagem corporal, pois gostariam de ter silhuetas mais magras do que as que consideram ter, apesar de eutróficos.”, embora tenham apresentado “elevada autoestima, mesmo aqueles insatisfeitos com sua imagem corporal.”

A relação da autoimagem com o gênero mostra-se evidente pela pressão social enfrentada, principalmente, pelas mulheres. As diferenças de gênero estão relacionadas aos padrões socioculturais do comportamento humano e são fatores relevantes que determinam a ocorrência de eventos e atitudes que podem se tornar limites ou possibilidades para a conquista do envelhecimento mais ativo e com qualidade de vida. Isso significa que o modelo ideal exigido durante a vida toda das mulheres pode causar malefícios que impedirão estas de usufruírem, possivelmente, de qualidade de vida, haja vista a grande probabilidade de ter problemas com autoestima, depressão, imagem corporal, dentre outros (CAMPOS; FERREIRA; VARGAS, 2015).

#### **Atividade Física e Autoimagem em Idosos**

O envelhecimento contribui para diversas modificações no organismo das mulheres idosas, o que acarreta uma diminuição de funcionalidade e alterações na aparência física que influenciam e afetam a autoimagem daquelas. Uma alternativa para essa problemática é a inserção da atividade física no dia a dia, o que pode trazer inúmeros benefícios físicos, psicológicos e sociais, capazes de influenciar, positivamente, na imagem corporal também (FUGULIN, 2009).

Matsuo et al.(2007) realizaram um estudo sobre imagem corporal de idosas e atividade física e no referencial bibliográfico de sua pesquisa relataram que “Alguns estudos que relacionam a satisfação corporal com a idade demonstram que mulheres de meia idade e idosas se sentem insatisfeitas com a imagem corporal”. Para isso relataram os estudos de Halliwell e Dittmar (2003), os quais:

[...] entrevistaram 42 mulheres e homens (22-62 anos) com o objetivo de compreender a relação que tinham com seus corpos, principalmente quanto às atitudes frente às mudanças com o envelhecimento. Os resultados revelaram que os homens tendem a focalizar a funcionalidade e as mulheres a aparência. Estes achados podem auxiliar na compreensão da insatisfação com o corpo nas mulheres durante velhice, visto que estas encaram o envelhecimento negativamente devido seu impacto na aparência. ( HALLIWELL; DITTMAR, 2003 *apud* MATSUO et al., 2007, p. 38).

Nesse viés, o movimento corporal assume um papel fundamental no processo de reconstrução dessa imagem, e, também, para o reconhecimento do próprio corpo e para a comunicação com o mundo externo. Além disso:

[...] atividade física de forma sistematizada, visando a experimentação corporal e a busca da autonomia pelos sujeitos, pode possibilitar melhoras na percepção da imagem corporal em idosos, visto que além de auxiliar na melhor compreensão das suas individualidades fisiológicas, psicológicas e sociais, é através da experiência com o corpo que podemos obter novas representações mentais, que se somam às antigas, desenvolvendo uma imagem corporal íntegra possibilitando uma reconstrução positiva e uma melhor adaptação do corpo à sociedade em que vivemos (MATSUO et al., 2007, p. 41).

Ainda neste estudo de Matsuo et al.(2007), realizado com dois grupos de idosos, sendo um praticante de atividades físicas e outro não, o “resultado aponta para uma insatisfação corporal no grupo não praticante de atividades físicas, que idealizam uma silhueta muito mais magra do que a considerada atualmente.”[...] “ E o grupo não praticante se avaliou com uma silhueta maior do que o grupo ativo.” Este, para os autores pode ser motivo pelo qual o grupo 2 esteja mais insatisfeito com a imagem corporal. E, concluíram ainda que “Essa avaliação positiva da imagem corporal atual no G1 pode estar relacionada aos benefícios da prática de atividades física [...]” (p.37).

Marques et al.(2015) realizaram uma pesquisa sobre a insatisfação com a imagem corporal entre pessoas de meia idade e idosos praticantes de atividade física e apresentaram como resultados “ o desejo de reduzir o peso corporal, elevar a estatura e conseqüentemente reduzir o IMC. Aquelas consideradas mais magras não desejavam diminuir o peso, todavia daquelas que se consideravam “normais”, metade gostaria de modificar o corpo”(p.27). Assim, os pesquisadores concluíram que “parece haver uma maior insatisfação corporal naquelas mais escolarizadas e o desejo de modificar a forma física pode estar associado à predominância de um modelo biomédico hegemônico que tende a estigmatizar o corpo velho e supervalorizar o corpo jovem e magro.” (p.27).

É preciso deixar claro que “a imagem corporal dos idosos não sofre distorção simplesmente porque estas pessoas envelheceram, pois, a imagem corporal não sofre alteração devido a idade e sim devido a problemas vivenciados como patologias,” por exemplo, (FEDERICI, 2004; MONTEIRO, 2003 *apud* MATSUO et al., 2007, p. 38).

### **Relação da autoimagem com a depressão no envelhecimento**

O estado de tristeza é uma resposta comum a situações enfrentadas durante uma vida, tendo como exemplo uma perda ou um desapontamento. A depressão, por sua vez, é algo muito mais grave e carrega a característica da ausência de controle do estado emocional. Em idosos, a depressão corresponde a um modelo biopsicossocial que tem como vetores aspectos sociais, psicológicos e orgânicos que são fatores capazes de manter o quadro depressivo (GARCIA *et al.*, 2006).

Na população envelhecida, a depressão encontra-se entre as doenças crônicas mais frequentes que elevam a probabilidade de desenvolver incapacidade funcional, desencadeando um importante problema de saúde pública, na medida em que inclui tanto a incapacidade individual como problemas familiares em decorrência da doença. Tais fatores somam-se aos custos financeiros, à alta taxa de utilização de serviços de saúde e à diminuição da qualidade de vida. Outro ponto importante, é que entre as principais características associadas à depressão, estão as variáveis demográficas, tais como idade avançada e ser do sexo feminino, condições de saúde, como o declínio do estado funcional, doenças crônicas e prejuízo cognitivo, além das condições sociais precárias (LEITE, 2006).

É no período da velhice que o isolacionismo recai mais intensamente como reflexo da estrutura social na contemporaneidade. A condição de solidão a que muitos idosos estão submetidos é avassaladora. O afastamento do mundo do trabalho, única condição de expressão e valor humanos, da vida social, do lazer e isolada no próprio espaço doméstico, suas possibilidades de contato e apropriação do mundo encontram-se bastante reduzidas (CORREA, 2009).

Em estudo realizado por Skopinski, Resende e Schneider (2015) sobre imagem corporal, humor e qualidade de vida, verificamos nos seus resultados de pesquisa que “as mulheres mais insatisfeitas com a imagem corporal apresentaram escores mais elevados de sintomas sugestivos de depressão” (p.100). Assim, os autores concluíram que: “Para as participantes do estudo, a satisfação com a imagem corporal está relacionada a melhor qualidade de vida, menor probabilidade de apresentar sintomas depressivos, menor índice de massa corporal e maior renda pessoal e familiar”(p.95),

Cabe ressaltar ainda, o que Neves *et al.*(2015) colocam quando da realização da pesquisa intitulada *Avaliação da Imagem Corporal: Notas Essenciais para uma Boa Prática de Pesquisa*, estudo o qual servirá de parâmetros para a coleta de dados da pesquisa de campo que ainda será realizada por nós nesta temática:

É essencial à pesquisa na área de Imagem Corporal uma compreensão teórica muito bem estabelecida sobre esse tema. É também indispensável o conhecimento das diferentes perspectivas (cognitivo-comportamental, cognitiva, psicodinâmica, neurológica, sociocultural, evolucionista, feminista), as nuances de cada uma dessas perspectivas na definição teórica da Imagem Corporal, assim como suas formas específicas de investigação (NEVES *et al.*, 2015, p.376)

Assim, reforçamos que a ideia com esta revisão de literatura foi justamente de ampliarmos nosso conhecimento sobre a temática, tanto em termos de conceitos, teorias e proposições, como de pesquisas já realizadas e seus resultados para que sirvam de comparação e parâmetros ao estudo de campo e, ainda para que definíssemos que, a compreensão teórica que embasará nossa pesquisa de campo a ser realizada futuramente, será cognitiva-comportamental e sociocultural.

Cabe ainda ressaltar, que avaliando os reflexos atuais, a fase da velhice apresenta, enquanto construção social, aspectos diferentes em relação aos exibidos no início do século XX. Até mesmo a nomenclatura usada alterou-se com o aparecimento de outras designações. Terceira idade, melhor idade, feliz idade, maturidade, segunda juventude, são novas materialidades, sujeitos e procedimentos para referir-se à velhice, assim como alusões a novas possibilidades de vivê-la. Além da nomenclatura identifica-se uma alteração nos signos de construção e apresentação do corpo, pois os cuidados são mais expressivos (CORREA, 2009).

Enfim, a vivência contemporânea, imersa nesse constante presente, igualmente se traduz diante do culto ao corpo jovem como um valor, um bem a ser adquirido por meio das mais variadas práticas. Um corpo que o tempo não atravessa, com o ideal de permanecer eternamente jovem cristalizado na sua fase áurea da vida, a juventude. As rugas, a flacidez, os cabelos brancos de fato não são valores exaltados pelos padrões de beleza; ao contrário, são indesejáveis (CORREA, 2009)

### **Considerações Finais**

Com esta revisão bibliográfica observamos que a percepção da imagem corporal tem muito a ver com os estereótipos sociais que enaltecem a juventude e a beleza. Embora predomine como questão problemática para o sexo feminino, a percepção da autoimagem envelhecendo/envelhecida atinge não apenas a mulher, mas também influencia na qualidade de vida do homem.

O velho é considerado algo descartável e, quando se trata de mulher idosa a pressão social sobre o envelhecimento corporal, associado a questões estéticas é maior ainda, porque isso tudo é herança histórica do patriarcado e, atualmente reflete o consumismo e a potencialização da juventude impetrados pelo Capitalismo.

Assim, uma alternativa para se envelhecer com qualidade de vida é aceitar o processo de envelhecimento como algo biológico, natural e inevitável. Quando o envelhecimento for visto e encarado como algo natural e para todos, sem sobreposição de modelos ideais impostos pela sociedade se estará diante de uma fase da vida menos problemática, mais saudável e conseqüentemente, de aceitação da imagem corporal.

### Referências

- BORGES, G. M.; CAMPOS, M. B.; SILVA, L. G. C. Transição da estrutura etária no Brasil: oportunidades e desafios para a sociedade nas próximas décadas. In: ERVATTI, L. R.; BORGES, G. M.; JARDIM, A. P. (Org). **Mudança Demográfica no Brasil no início do século XXI: subsídios para as projeções da população**. Rio de Janeiro: IBGE, p. 138-151, 2015. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv93322.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2020.
- BORIS, G. D.J.B.; CESÍDIO, M. de H. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. **Revista Mal - estar e Subjetividade**, Fortaleza – CE, v.7, n.2, p. 451-478, set/2007.
- CAMPOS, A. C. V.; FERREIRA, E. F.; VARGAS, A. M. D. Determinantes do envelhecimento ativo segundo a qualidade de vida e gênero. **Ciência e Saúde Coletiva**, [S.l.], p. 2221-2237, 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S14181232015000702221&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S14181232015000702221&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 05 abr. 2020.
- CHAIM, J.; IZZO, H.; SERA, C. T. N. Cuidar em saúde: satisfação com imagem corporal e autoestima de idosos. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, n.33, v.2, p. 175-181, 2009.
- CORREA, Marieli Rodrigues. **Cartografia do Envelhecimento na Contemporaneidade: velhice e Terceira Idade**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.
- FONSECA, C. C. et al. Autoestima e satisfação corporal em idosas praticantes e não praticantes de atividades corporais. **Revista da Educação Física/UEM**, [S.l.], v. 25, n. 3, p. 429-439, 3 tri. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1983-30832014000300429&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1983-30832014000300429&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 05 abr. 2020.
- FUGULIN, B. F. et al. Prática de atividade física e autoimagem de idosas. **Ceres: Nutrição e Saúde**, [S.l.], p. 57-64, 2009. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/ceres/article/viewFile/1890/1471>>. Acesso em: 05 abr. 2020.
- GARCIA, A. et al. A depressão e o processo de envelhecimento. **Ciência e Cognição**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 111-121, 2006. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1806-58212006000100010](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212006000100010)>. Acesso em: 05 abr. 2020.
- LEITE, V. M. M. Depressão e envelhecimento: estudo nos participantes do Programa Universidade Aberto à Terceira Idade. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 6, n. 1, jan.-mar. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-38292006000100004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-38292006000100004&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 05 abr. 2020.
- MARQUES, R.S. et al. Insatisfação com a imagem corporal entre pessoas de meia-idade e idosas praticantes de atividade física. **Estudos Interdisciplinares sobre Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 27-40, 2015.
- MATSUO, R. F. et al. Imagem corporal de idosos e atividade física. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 37-43, 2007. Disponível em: <[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:iucS5dElCs4\]:editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/view/1281/985+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:iucS5dElCs4]:editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/view/1281/985+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)>. Acesso em: 05 abr. 2020.

MOTA, D. C. L.; COSTA, T. M. B.; ALMEIDA, S. S. Imagem corporal, ansiedade e depressão em mulheres submetidas à cirurgia bariátrica. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, set.-dez. 2014 p. 100-113. Disponível em: <<http://www.bibliotekevirtual.org/index.php/2013-02-07-03-02-35/2013-02-07-03-03-11/2014-07-19-06-15-59/667-psicologia/v16n03/5599-imagem-corporal-ansiedade-e-depressao-em-mulheres-submetidas-a-cirurgia-bariatrica.html>>. Acesso em: 05 abr. 2020.

NEVES, A. N. et al. Avaliação da Imagem Corporal: Notas Essenciais para uma Boa Prática de Pesquisa. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília-DF, v.31, n.3, p. 375-380, Jul-Set 2015.

SILVA, A. C. S.; SANTOS, I; BERARDINELLI, L. M. M. A imagem corporal do idoso no reflexo do autocuidado no envelhecimento saudável: estudo socio poético. **Online Brazilian Journal of Nursing**, [S.l.], 2010. Disponível em: <<http://www.uff.br/?q=revista/objn-online-brazilian-journal-nursing>>. Acesso em: 05 abr. 2020.

SKOPINSKI, F.; RESENDE, T de L.; SCHNEIDER, R.H. Imagem Corporal, Humor e Qualidade de Vida. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v.18, n.1, p. 95-105, 2015.

STELLA, F. et al. Depressão no idoso: diagnóstico, tratamento e benefícios da atividade física. **Motriz**, Rio Claro, v. 8, n. 3, p. 91-98, ago.-dez. 2002. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2544.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2020.

Enviado em 31/08/2020

Avaliado em 15/10/2020

## ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS EM PROCESSO INCLUSIVO NAS ESCOLAS ESTADUAIS EM ARAGUAÍNA-TO: DADOS DE 2018.

Thiago Valadão Costa<sup>65</sup>

Hélio Alves Lima<sup>66</sup>

Karla Beatriz Hortolani Rodrigues Hashimoto<sup>67</sup>

Alexsandro Silvestre da Rocha<sup>68</sup>

### Resumo

Buscou-se neste trabalho fundamentação e embasamento teórico, explorando alguns aspectos legais que regem a educação brasileira e o direito do portador de deficiência. Ademais, mostramos o quantitativo de estudantes portadores de necessidades especiais que se encontravam em processo de inclusão educacional na cidade de Araguaína-TO no ano de 2018. Os dados mostraram que apenas 1,25% (valor aproximado) dos alunos matriculados em diversas séries na rede pública enquadram-se nas deficiências estabelecidas pela Secretaria de Educação.

**Palavras chave:** Inclusão. Portadores de Deficiência. Ensino.

### Abstract

This paper sought to provide a theoretical basis and foundation, exploring some legal aspects that govern Brazilian education and the rights of the disabled. Furthermore, we show the number of students with special needs who were in the process of educational inclusion in the city of Araguaína-TO in 2018. The data showed that only 1.25% (approximate value) of students enrolled in several grades in public schools fit into the deficiencies established by the Department of Education.

**Keywords:** Inclusion. Disabled People. Teaching.

### Introdução

A educação é um bem social igualitário que todos têm direito, sendo que a manutenção deste direito é de responsabilidade do Estado. Para entendimento deste argumento deve-se considerar que a educação não pode ser vista apenas como um conjunto de direitos positivados nas diversas leis vigentes resguardá-la é válido. Porém, o Estado, principal agente fornecedor desses direitos deve solucionar a problemática que ainda persiste; a histórica, cultural e sistemática exclusão social. A respeito do direito e a efetivação do mesmo, a Constituição Federal Brasileira de 1988 em seu art. 205, escreve:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL 1988).

---

<sup>65</sup> Professor Mestre da Rede Estadual de Ensino do Tocantins. Mestrado Profissional em Ensino de Física.

<sup>66</sup> Técnico em Eletrônica da Universidade Federal do Tocantins, Especialista Gestão Educacional e Metodologia do Ensino e Especialista em Administração Pública em Gestão Universitária.

<sup>67</sup> Professora Mestre Educadora do Curso de Direito da Faculdade Católica Dom Orione.

<sup>68</sup> Professor Doutor Curso de Licenciatura em Física e do Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física da Universidade Federal do Tocantins.

Como é possível perceber pelo artigo constitucional destacado acima, a Constituição Federal garante o direito à educação, mas é notório que os problemas enfrentados pela sociedade para obter a acessibilidade e permanência à escola são muitos e, uma série de fatores, como condições socioeconômicas, culturais, geográficas, questões didáticas pedagógicas e a qualidade do ensino nas escolas podem ser apontadas como agentes plausíveis para a evasão escolar no Brasil. Ficando visível que os fatores citados anteriormente impedem o exercício deste direito e que sejam de fato efetivados pelas políticas públicas sociais (INFOESCOLA 2018).

Neste sentido (BRASIL 1988), a escola pública deve ser acolhedora, destacando que a mesma possui meios norteadores (Leis) que na teoria oferecem condições de acesso para aqueles que são considerados marginalizados, "vítimas" de diversas situações e muitas vezes esquecidos pelo sistema, pelo simples fato de serem pobres, imigrantes ou comunidades indígenas, portanto, as minorias acabam não tendo seus direitos resguardados, ressaltando que todas essas comunidades devem ser recepcionadas pelas escolas públicas, já que um dos direitos fundamentais é o acesso à educação de qualidade.

Com esta afirmação e baseado na Constituição Federal, o Estado deve solucionar os problemas existentes na educação, mas cabe a família, mesmo que em situação de vulnerabilidade, matricular e acompanhar as crianças no processo educacional. O artigo que detalha essa Declaração de Direito é o 208, formulado nos seguintes termos da Constituição Federal de 1988. O dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela EC n. 59/2009)161 Art. 211, § 1º
- II – progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela EC n. 14/1996)
- III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV – educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela EC n. 53/2006)
- V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
- VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (“Redação dada pela EC n. 59/2009”) (BRASIL 1988).

Mesmo sendo garantias escritas em nossa Carta Magna, parte da população brasileira desconhece tais direitos, tornando-os passivos de cobranças para fazer valer seus direitos de cidadão. Ademais, a educação brasileira possui um nível baixíssimo, alcançando as últimas colocações entre os 70 países participantes do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (DIÁRIO 2018), em grande parte, pela falta de investimentos e políticas administrativas adequadas, ou seja, enquanto a Constituição declara os direitos educacionais dos cidadãos, os mesmo não conseguem ter acesso pleno ao serviço devido a uma série de fatores, como número insuficiente de escola, à distância até elas, salas lotadas, baixo número de servidores, falta de professores e profissionais qualificados, entre outros aspectos que desestimulam o ingresso e a permanência no ambiente escolar, acarretando um baixo índice de aprendizado e, conseqüentemente um ínfimo desenvolvimento social e cultural.

Mesmo com a atuação de órgãos nacionais e internacionais que trabalham e divulgam os números educacionais brasileiros é necessário que a população compreenda que existem mecanismos de garantia de seus direitos, e usá-los de forma a pressionar os gestores a atuarem responsabilmente.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9394/96 em seu art. 73 estabelece o seguinte:

“Os órgãos fiscalizadores examinarão, prioritariamente, na prestação de contas de recursos públicos, o cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal, no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e na legislação concernente” (BRASIL 1996).

Ainda sendo a população o principal instrumento de fiscalização, é importante lembrar-se da existência de órgãos inspetores retratados na lei, que são os Tribunais de Contas, Ministérios Públicos e até mesmo o próprio Conselho Municipal de Educação. Ou seja, a educação é função do Estado, mas obter um sistema educacional de qualidade é dever de todos.

### **Educação igualitária: direito à educação inclusiva**

Educação inclusiva está relacionada à aplicação dos métodos adequados para garantir a formação e o desenvolvimento físico, intelectual e moral de um ser humano e, no âmbito escolar associa à pedagogia, didática e ensino. A educação no Brasil é um direito reconhecido pela Constituição Federal de 1988, cabendo ao Estado o dever e a responsabilidade de oferecer uma educação de qualidade aos brasileiros. Sendo assim, todos os indivíduos que buscarem a participação em instituições de ensino devem ser inseridos no processo, com uma educação de qualidade e igualitária, independentemente de suas origens, raça, limitações, idade, sexo ou cor.

Desse modo, as escolas precisam ser ambientes educativos, que proporcionem a construção de personalidades críticas e autônomas em seus alunos e as demais pessoas inseridas no processo. A escola deve ser um local onde todos os alunos tenham as mesmas condições de aprendizagem, convivendo num mesmo ambiente educacional.

É importante ressaltar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL 1996), em seu artigo 59 afirma a necessidade de uma educação igualitária em que crianças e jovens portadores de necessidades educacionais especiais precisam ser matriculadas preferencialmente em escolas regulares, enfatizando ainda que quaisquer necessidades especiais dessas crianças e jovens devem ser atendidas através de uma organização específica, assegurando a capacitação dos professores para que hajam de forma inclusiva à integração desses alunos nas salas de aula regulares.

Em meados de 2015 foi instituída a Lei nº13.146 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL 2015 – pg 1) que em seu Art. 1º destina “assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”. Esta mesma Lei, em seu Capítulo IV assegura o direito a educação ao portador de deficiência.

De fato, quando se fala de educação inclusiva é preciso atentar-se que a palavra inclusiva não se limita em apenas matricular o aluno na rede pública regular de ensino, também é preciso oferecer um ambiente adequado e com condições pertinentes aos portadores de deficiência. Assim, ao receber esse aluno portador de necessidades se faz necessário obter condições igualitárias proporcionadas com recursos pedagógicos voltados à assistência desse alunado, também é fundamental educadores preparados para essa nova dinâmica de ensino e aprendizagem.

A educação inclusiva no ensino regular e completamente possível, pois há meios de inserir as minorias nesse universo de aceitação, que é a educação, assim diz Barbosa, “quando se pensa na lógica da inclusão, as diferenças individuais devem ser reconhecidas e aceitas e constituem a base para a construção de uma inovadora abordagem pedagógica” (BARBOSA 2012).

Seguindo por esse mesmo contexto é possível visualizar através do censo demográfico o aumento de pessoas que se auto declararam com algum tipo de deficiência no Brasil entre os anos de 2000 e 2010 (IBGE 2000; IBGE 2010). O censo escolar 2014 (BRASIL 2014) revelou que cerca de 900 mil pessoas com algum tipo de deficiência estavam matriculadas na educação básica. Destas, 698.768 estariam matriculadas nas escolas e salas de aulas regulares. Esses números não param de crescer, como apresenta a mais recente pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (BRASIL 2018), em que 1.066.446 pessoas com algum tipo de deficiência estavam matriculadas na educação básica. Destas, 896.809 estavam matriculadas nas escolas e em salas de aulas regulares.

Diante dos números apresentados observa-se uma grande relevância no quantitativo de matriculas nas escolas regulares, deixando evidente a busca por inclusão e espaço na sociedade, onde estas pessoas sejam tratadas de forma igualitária e tenham seus direitos/deveres garantidos e atendidos em toda sua essência e amplitude.

Essa dinâmica de interação e inserção das pessoas com deficiência nas classes regulares se faz presente a partir de uma visão sociointeracionista de Vygotsky (PIRES 2010), que segundo o autor, “o conhecimento é construído na interação entre o sujeito e objeto, mas mediado socialmente”. Nessa perspectiva, a interação entre alunos com ou sem deficiência é de suma importância para essa inclusão e aceitação no meio escolar e social. Portanto, partindo dos resultados das pesquisas do Instituto Anísio Teixeira, torna evidente o crescente número de alunos portadores de alguma deficiência matriculados nas escolas comuns, acarretando uma atenção maior das políticas educacionais na preparação, adequação e formação de profissionais para a recepção desse aluno, que carece de ter seus direitos/deveres garantidos e assistidos de forma igual a todo cidadão.

Os demais portadores de deficiência, que não se encontram matriculados em salas comuns da rede de ensino, estão assistidos em salas de classes exclusivas, designadas por programas governamentais e assistências, como as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES). Contudo resta a sociedade, juntamente as forças públicas desenvolver programas, metodologias de ensino e aprendizagem, assim como adequar as infraestruturas para receber e incluir o aluno portador de deficiência, trabalhando da melhor forma possível essa interação de troca de conhecimento.

### **Perfil educacional Tocantinense.**

O estado do Tocantins, o caçula brasileiro, foi criado através do desmembramento da parte norte de Goiás por medida Constitucional em 1988 que deu origem ao mais novo Estado do Brasil, o Tocantins, criado em cinco de outubro deste mesmo ano, e implantado em 1º de janeiro de 1989. Apesar de jovem, o estado vem conseguindo grandes avanços com respeito a melhores condições de ensino.

Em anos atrás a educação no Estado era precária e os motivos da precariedade eram o isolamento da região, a falta de oportunidades de crescimento, capacitação profissional e as grandes distâncias. Até as unidades escolares que existiam na região não davam muitas alternativas aos que moravam no antigo norte goiano e sonhavam em ver seus filhos diplomados (VIEIRA 2011).

A educação, denominada como um “direito de todos e dever do Estado e da família”, era privilégio de poucos e aspiração de muitos antes da criação do Estado em 1988, como lembrou o secretário da Educação na época, Danilo de Melo (VIEIRA 2011), "o isolamento dessa região era responsável por um dos maiores índices de analfabetismo e de baixa cobertura escolar, tornando um atraso à educação do Estado antes de sua criação".

Antes de ser emancipado, o hoje denominado Tocantins, dispunha em torno de 70 cidades nessa região, os municípios não eram pequenos e havia grandes extensões territoriais, por isso, as poucas escolas existentes ficavam distantes de certas regiões, o que dificultava o acesso a elas e conseqüentemente o atraso na educação e o crescente número de analfabetos.

Com tamanha precariedade e necessidade de mudança, a construção de um estado com melhores condições de vida e desenvolvimento trouxe uma nova oportunidade de melhoria para todos, em especial para educação, aumentando o número de escolas, proporcionando maior qualificação para os professores, acessibilidade aos diferentes níveis de ensino e condições sociais, buscando assegurar educação para todos, como preconiza a Constituição Federal.

Hoje o Tocantins possui 139 cidades e sua rede de ensino conta com 1.669 escolas distribuídas pelo Estado, divididas entre públicas e privadas; um número considerável que a priori atende à demanda do Estado. Esta rede acolhe cerca de 402.772 estudantes, sendo 13.000, portadores de algum tipo de deficiência. Considerando esse contexto, nossa pesquisa foi realizada no município de Araguaína e, segundo um levantamento junto a Diretoria Regional de Educação do município (DREA 2018), a cidade agrega 33 escolas, assistindo aproximadamente 41.000 alunos. Dentre estes estudantes, 514 alunos (1,25%) são portadores de deficiência em processo inclusivo em diferentes séries e são classificados conforme demonstrado no Quadro1.

**Quadro 1.** Alunos com deficiência nas escolas estaduais de Araguaína-TO/2018.

	TIPO DE DEFICIÊNCIA													TOTAL DE ALUNOS	
	S.D	D.F.		D.Mult	D.I.	B.V	D.A	SURD.	CEG.	S.C	T.G.D				
		CAD	PC								AUT	SA	SR		TDI
Quantidade de alunos inclusos por deficiência	10	9	6	43	322	39	14	15	3	-	30	4	1	18	514

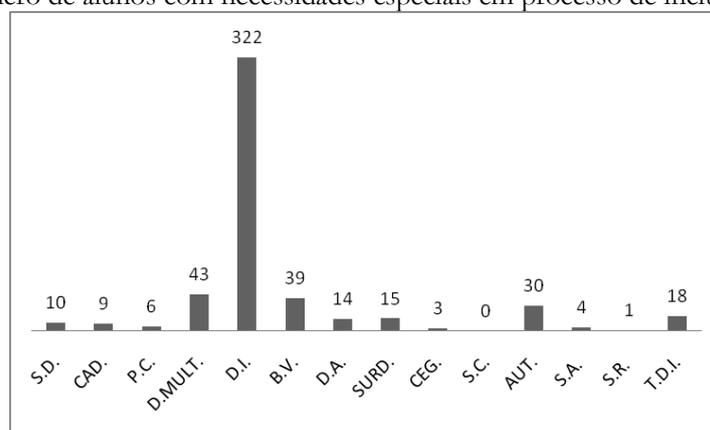
Fonte: Diretoria Regional de Educação de Araguaína (DREA 2018), modificado pelos autores.

Os dados do Quadro 1 estão identificados conforme as siglas; SÍNDROME DE DOWN (S.D.). DEFICIÊNCIA FÍSICA (D.F.): (CAD) cadeirante sem comprometimento intelectual e (PC) paralisia cerebral. DEFICIÊNCIA MULTIPLA (D.MULT.): associação de duas ou mais deficiência “neste grupo estão os alunos que possuem mais de uma deficiência. DEFICIÊNCIA INTELECTUAL (D.I.): alteração significativa no desenvolvimento intelectual e na conduta adaptativa, na forma expressa em habilidades práticas, sociais e conceituais. BAIXA VISÃO (B.V.): acuidade visual entre 0,3 e 0,5 no melhor olho, com a melhor correção óptica. (ou seja, mesmo usando óculos ou lentes, necessita de ampliação dos materiais didáticos). DEFICIÊNCIA

AUDITIVA (D.A.): perda leve a moderada, consegue se comunicar verbalmente. CEGUEIRA (CEG.): acuidade visual igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; ausência total da visão. SURDEZ (SURD.): perda severa profunda, utiliza a Libras ou gestos para se comunicar. SURDOCEGUEIRA (S.C.): deficiência única, caracterizada pela deficiência auditiva e visual concomitante. TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO (T.G.D.): AUT. - autismo, S.A. - síndrome de asperger, S.R. - síndrome de Rett, T.D.I. - transtorno desintegrativo da infância.

O Quadro 1 apresenta apenas o quantitativo de alunos considerados da educação especial, excluindo estudantes com dislexia, transtorno de déficit de atenção com ou sem hiperatividade, dificuldade de aprendizagem, entre outros. A Figura 1 gráfico dos dados do Quadro 1.

**Figura 1.** Número de alunos com necessidades especiais em processo de inclusão educacional.



Fonte: Autores

Fazendo uma análise quantitativa do Quadro 1 e da Figura 1, observa-se que o maior número de alunos portadores de necessidades especiais em processo de inclusão são os deficientes intelectuais (322 estudantes), seguidos por deficientes múltiplos (43 alunos). Em sequência temos os portadores de baixa visão (39), autistas (30), os portadores de transtorno desintegrativo da infância (18), surdos (15), deficientes auditivos (14), pessoas com síndrome de Down (10), cadeirantes (9), com paralisia cerebral (6), portadores da síndrome de Asperger (4), cegos (3) e um estudante com síndrome de Rett.

A inclusão destas pessoas no ambiente escolar convencional implica em número e qualificação de servidores para atender este público, onde no ano de 2018 as escolas estaduais de Araguaína contavam com 172 profissionais de apoio (auxiliar), que acompanham os estudantes que precisam de maiores cuidados para exercer certas atividades no ambiente escolar. Caso observemos estes números friamente (que não é o caso em educação) e dividíssemos os 514 alunos deficientes pelo número de servidores qualificados para atender este público (172 profissionais), a cidade de Araguaína contaria com um funcionário especializado para acompanhar três estudantes. Entretanto, a realidade educacional não pode ser baseada exclusivamente em números, pois os envolvidos estão inseridos em um contexto social que não é perfeito.

Mesmo assim, o Estado está em desenvolvimento constante, buscando promover todos os meios de integração educacional, como a educação inclusiva, aonde vem se adequando aos parâmetros exigidos pela lei, sendo que atualmente este atendimento é oferecido em escolas regulares, acolhidas e assistidas pelos Núcleos de Apoio Pedagógico e Produção em Braille (NAPPB) e Centros de Apoio Pedagógico (CAP).

## Referências

- BARBOSA, M. C. A. Barbosa-Lima Ensino de óptica para alunos cegos: possibilidades, *Educar em Revista*, Ed. UFPR. Curitiba, n. 44, p. 311-313, 2012.
- BRASIL (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal: Centro Gráfico, revisada 2017, p.1-531,1988.
- BRASIL (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, revisada 2017, p.1-63, 1996.
- BRASIL (2014). Ministério da Educação. *Censo escolar. 2014*, Brasília. Disponível em <<http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp>>. Acesso em junho de 2018.
- BRASIL (2015). Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em agosto de 2020.
- BRASIL (2018). Instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Básica 2017. Brasília: Inep, 2018. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatistica-da-educacao-basica>>. Acesso em novembro de 2018.
- DIARIO (2018). Diário Do Nordeste, *Brasil cai no Pisa; Cingapura lidera*. Disponível em <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/mundo/brasil-cai-no-pisa-cingapura-lidera-1.1664838>>. Acesso em dezembro de 2018.
- DREA. Diretoria Regional de Ensino de Araguaína, *Levantamento de alunos ano letivo de 2018*, p.1-2, 2018.
- IBGE (2000). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Censo2000*. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em novembro de 2018.
- IBGE (2010). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Censo2010*. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em novembro de 2018.
- INFOESCOLA (2018). *Evasão Escolar, 2010*. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/educacao/evasao-escolar/>>. Acesso em dezembro de 2018.
- PIRES. R. F. M. Pires, Proposta de Guia para apoiar a prática pedagógica de professores de Química em sala de aula inclusiva com alunos que apresentam deficiência visual. Brasília: UnB; 2010. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências), *Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências*, Universidade de Brasília, Brasília, p. 20-23, 2010.
- VIEIRA, E. *Educação no Tocantins: uma história de desafios em intensa transformação*. 2018. Disponível em: <<https://casacivil.to.gov.br/noticia/2011/10/3/educacao-no-tocantins-uma-historia-de-desafios-em-intensa-transformacao/>>. Acesso em outubro de 2018.
- Enviado em 31/08/2020  
Avaliado em 15/10/2020